

LÚCIA MARIA PAIXÃO ARAGÃO

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO
PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA -
O CASO DO CEARÁ**

Fortaleza – Ceará

2003

LUCIA MARIA PAIXÃO ARAGÃO

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA
REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA -
O CASO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na sub-área de concentração de Manejo Racional de Recursos Naturais, integrante do Programa Regional de Pós-Graduação - PRODEMA, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza - Ceará

2003

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca de Ciências e Tecnologia e da Economia Agrícola da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética profissional.

Lucia Maria Paixão Aragão

ANALISE DA SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA - O CASO DO CEARÁ

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/12/2002.

Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, Ph.D.
Orientador

Profª Maria Irlles de Oliveira Mayorga, Ph.D.

Prof. Sérgio Sauer, Dr.

DEDICO

Às crianças das áreas pesquisadas, na esperança de que brevemente transformem seu lugar em um espaço saudável para morarem, trabalharem e serem felizes.

Às crianças que perambulam pelas ruas, praças e calçadas, não por escolha ou opção, mas premidas por uma situação que se sustenta em um modelo de Brasil que precisamos destronar.

Ao Ícaro, Luciana e Melissa, pela alegria, ternura e esperança que conseguem me repassar mediante seus olhinhos que me transmitem energia e me invadem de luz.

À Camila, Mariana, Ana Beatriz (Bia), Rafele, Ana Carolina (Cacá), Vanessa (Xexa), sobrinhas, crianças, mulheres lindas e maravilhosas que eu prezo e amo demais.

AGRADECIMENTOS

Quando o espírito de Deus soprou, o mundo inteiro se iluminou. O cego viu, o surdo escutou, e os oprimidos das correntes libertou. Lutar e crer, vencer a dor, louvar ao criador. Justiça e paz hão de reinar e viva o AMOR.

(Zé Vicente)

A Deus, pela força e energias enviadas por meio dos espíritos iluminados, que me ajudaram a elaborar este trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais mutuários/as do Programa Reforma Agrária solidária dos imóveis Video, em Aratuba, Tapuio do Meio II, em Quixadá, e Córrego Manoel Luiz, em Acaraú, que nos permitiram entrar em seus territórios, espaços de socialização, para estudá-los, observá-los, acolhendo-nos com simpatia e carinho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Sítio Baixo/Gamileira, em Tianguá, localidade na qual tivemos a oportunidade de testar os questionários desta pesquisa.

Ao professor Luiz Antônio Maciel de Paula, meu orientador, que apesar de tantas ocupações me acompanhou, acreditou na minha capacidade e respeitou minhas idéias em todos os momentos das propostas discutidas e partilhadas.

Ao PRODEMA, na pessoa do professor José Levi Furtado Sampaio, sempre solícito, ao atual coordenador Prof. Rogério e a todos os professores (José Gerardo Bezerra de Oliveira, José Borzacchiello da Silva, Botelho, Edson Vicente da Silva, Roberto Cláudio de Almeida Carvalho, Mônica Martins, Manuel Osório de Lima Viana, em especial a professora Maria Irles de Oliveira Mayorga, integrante da banca examinadora) com todos e todas, tive a oportunidade de vivenciar momentos de apreensão e de aprofundar conhecimentos na sala de aula. Aos colegas de turma, pela riqueza partilhada e socializada dos conhecimentos e experiência de cada um nos debates na sala de aula. Aos funcionários do PRODEMA, em especial, Josy; à Coordenação do curso de Pós-Graduação, na pessoa de Mônica.

Ao Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), entidade onde pude trabalhar, ensinar e aprender com os trabalhadores e trabalhadoras do campo, durante dezessete anos, na luta para garantir sua terra como espaço de vida, exercício de cidadania, ensaiando novo modo de vida, respeitando direitos e deveres e lutando pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como forma concreta de construir um desenvolvimento solidário e humano. Obrigada pelo tempo a mim concedido por esta instituição para realizar esta dissertação.

Agradeço, também, aos homens e mulheres, jovens e adolescentes das áreas de assentamento Maceió, em Itapipoca, Várzea do Mundaú, em Trairi, Sabiaguaba, em Amontada, e Escalvado, em Itapipoca, pela compreensão e apoio nos períodos em que precisei me distanciar para me dedicar a esta produção. A essas pessoas queridas, principalmente aos jovens e às mulheres, meu respeito e admiração.

Agradeço, ainda, a contribuição recebida de Broederlijk Delen (BD), entidade de cooperação internacional da Bélgica, com sede em Bruxelas, na pessoa de Greet Schaumans, representante de BD no Brasil, pelo apoio mediante bolsa de pesquisa, durante os dois anos que me dediquei a esta investigação.

Agradeço ao Sérgio Sauer, doutor pela UnB e estudioso da questão agrária, pela disponibilidade para contribuir nesta produção e compor a banca examinadora desta apresentação.

Às entidades e pessoas que colaboraram na articulação para que o trabalho fosse realizado, como Luiz Henrique, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Quixadá, José Valter, da Missão Tremembé, em Aratuba, e Zé Nóbio, do CEAT, em Sobral; ao Henrique e ao Oliveira (alunos da Universidade Vale do Acaraú) e a Karinne, pela colaboração na aplicação dos questionários e apoio nas oficinas. Ao amigo Ivonildo, companheiro de mestrado, pela contribuição como estatístico na tabulação dos dados desta pesquisa.

Aos órgãos IDACE, INCRA, IBGE, IPLANCE pelos documentos emprestados.

À minha família, pais, irmãos, filhos, netos, cunhados e sobrinhos e a Josenita, pelo zelo e cuidado com meu bem-estar.

Agradeço ao Fernando Santos, mestre em Sociologia pela UnB, consultor do Senado Federal e acima de tudo um grande amigo.

Enfim, esta produção é resultado de muitas mãos, de muitas mentes, quero agradecer a todos e a tudo que de uma forma ou de outra me ajudaram e estiveram comigo neste processo

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS.....	14
RESUMO	16
ABSTRACT	17
I - INTRODUÇÃO	18
1.1 Considerações Gerais	18
1.2 Contextualização do Problema	19
1.3 Justificativa da Pesquisa.....	20
1.4 Objetivos.....	21
1.4.1 <i>Geral</i>	21
1.4.2 <i>Específicos</i>	21
II - TRAJETÓRIA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL ...	25
2.1 Resgate da Reforma Agrária no Brasil	25
2.1.1 <i>Estrutura Fundiária</i>	28
2.1.2 <i>Organização e Luta dos Trabalhadores(as) no Brasil - 1950-2001</i>	30
2.1.3 <i>Ações Governamentais - Resposta aos Movimentos Sociais no</i>	
<i>Campo</i>	47
2.1.4 <i>Características das Desapropriações de Terra no Brasil e no</i>	
<i>Ceará - 1980-1990</i>	51
2.2 Novo Mundo Rural	54
2.2.1 <i>Contextualização do Projeto Piloto no Ceará</i>	54
2.2.1.1 <i>Indicadores e Situação de Pobreza do Ceará no Contexto</i>	
<i>Brasileiro</i>	54
2.2.1.2 <i>O estado do Ceará</i>	61
2.2.1.3 <i>Nascedouro do Projeto Piloto no Ceará</i>	62

2.2.1.4 Programa Reforma Agrária Solidária e a Relação com o Banco Mundial.....	68
III - METODOLOGIA.....	76
3.1 Procedimentos Metodológicos.....	76
3.2 Área de Estudo	76
3.2.1 <i>Fazenda Video - Município de Aratuba</i>	78
3.2.2 <i>Imóvel Tapuio do Meio II - Município de Quixadá</i>	81
3.2.3 <i>Imóvel Córrego Manoel Luís - Município de Acaraú</i>	83
3.3 População e Amostra.....	86
3.4 Fontes de Dados	87
3.5 Métodos de Análises.....	87
3.5.1 Definição de Parâmetros de Análises	88
3.6 Fundamentação Teórica dos Parâmetros	89
IV - RESULTADOS DO ESTUDO- O CASO DO CEARÁ	93
4.1 Caracterização das Famílias	94
4.1.2 <i>Escolaridade</i>	97
4.2 Trabalho Produtivo e Relação Familiar.....	100
4.2.1 <i>Características</i>	100
4.2.2 <i>Culturas Exploradas e Sistema de Produção.....</i>	102
4.2.3 <i>Práticas e Técnicas Utilizadas pelas Famílias</i>	108
4.3 Conhecimento dos(as) Mutuários(as) sobre o Programa.....	111
4.3.1 <i>Conhecimento do Programa</i>	111
4.3.2 <i>Conhecimento e Situação dos(as) Mutuário(as) em Relação às Dívidas</i>	114
4.4 Formas Organizativas Existentes e o Grau de Participação dos(as) Mutuários(as)	118
4.5 Condições de Vida das Famílias: Análise Comparativa entre 1997-2001	125

	Página
<i>4.5.1 Condições de Vida das Famílias Antes e com o Programa</i>	125
<i>4.5.2 Aspectos de Higiene Sanitária</i>	126
<i>4.5.3 Hábitos Alimentares</i>	130
4.6. Melhoria de Vida e Hábitos Adquiridos.....	136
V - CONCLUSÕES	140
5.1 Considerações sobre o Estudo	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
ANEXOS	153

LISTA DE TABELAS

	Página	
TABELA 1	Concentração de terra pelo Índice de Gini por região - 1992 e 1998.....	30
TABELA 2	Proporções de pobres nas áreas rural e urbana, sobre população total - Brasil e regiões - 1990 e 1997.....	55
TABELA 3	Evolução temporal dos indicadores de desigualdades de renda.....	60
TABELA 4	Número de pessoas por família.....	94
TABELA 5	População das áreas estudadas e distribuição por faixa etária.....	97
TABELA 6	Hectares explorados por família e culturas.....	101
TABELA 7	Como as famílias tomaram conhecimento do programa.....	111
TABELA 8	Razões justificadas pelos/as mutuários/as entrevistados/as para o não pagamento da 1ª parcela da compra da terra.....	114
TABELA 9	Engajamento e participação dos/as mutuárias nas demais organizações.....	124

	Página
TABELA 10 Consumo de água.....	128
TABELA 11 Custo e hábitos alimentares depois da compra da terra.....	130
TABELA 12 Consumo de mercadoria ofertadas no mercado: Aparelhos ou eletrodomésticos adquiridos pelas famílias após a compra da terra.....	133

LISTA DE FIGURAS

		Página
FIGURA 1	Índice de pobreza no Nordeste – 1997	55
FIGURA 2	Percentual da população analfabeta no Nordeste – 1997.....	56
FIGURA 3	Percentual da população sem acesso a água encanada no Nordeste.....	57
FIGURA 4	Percentual da população sem saneamento básico no Nordeste – 1997.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS

AATR - Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
BD - Broederlijk Delen
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
CEAT - Centro de Estudos e de Assessoria ao Trabalhador
CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODENO - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
CONSIR - Conselho Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPM - Conselho Popular da Mulher
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRC - Companhia de Revenda e Colonização
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FACIC - Federação da Agricultura, Comércio e Indústria do Ceará
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBFF - Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IFMS - Instituições Financeiras Multilaterais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ITERCE - Instituto de Terras do Ceará

MARA - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável
OIT - Organismo Internacional para o Trabalho
ONG - Organização não-Governamental
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural
PCT - Programa Cédula da Terra
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNB - Produto Nacional Bruto
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNUD - Programa das Nações Unidas
PNUMA - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
PRAS - Programa Reforma Agrária Solidária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
 PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e
 Estímulo à Agroindústria Norte e Nordeste
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TDA - Título da Dívida Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMC - União das Mulheres Cearenses
UNICAMP - Universidade de Campinas

RESUMO

A reforma agrária no Brasil sempre foi e continua sendo o sonho acalentado por trabalhadores e trabalhadoras que necessitam da terra mãe para dela tirar seu sustento, a vida, a felicidade. Da mesma forma, a reforma agrária tem sido utilizada como arma poderosa pelos administradores deste país, sob compromisso de executá-la, em seus planos de governo, nas últimas quatro décadas, como estratégia para atrair a simpatia da sociedade civil comprometida com a reforma agrária e dos que da terra precisam para viver e dela tirar seu sustento. Várias políticas de redistribuição de terra vêm sendo adotadas ao longo destas últimas três décadas; no entanto não resolveram o problema da concentração da terra. Baseado no índice de GINI, a estrutura fundiária do Brasil, fundamentada no cadastro do INCRA de 1967 a 1988, é uma das maiores do mundo. Em 1985, foi aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que norteou critérios para desapropriações de terras no Brasil, resguardando, porém, interesses dos grandes proprietários e empresas rurais. Em 1997, o Ceará inaugura uma política de financiamento de terras com apoio do Banco Mundial, já implantado na África do Sul, na Colômbia e Paraguai, sob a denominação de Reforma Agrária Solidária, posteriormente ampliado para a região Nordeste com o nome de Cédula da Terra, Banco da Terra, hoje Crédito Fundiário, programa que visa reduzir e aliviar a pobreza rural, por meio da reestruturação fundiária, capaz de inserir os beneficiários em um processo sustentável que elimine a pobreza e promova o bem-estar social das famílias. O objetivo deste trabalho é investigar a sustentabilidade do Programa Reforma Agrária, considerando sua proposta original. A pesquisa foi realizada em três municípios de ecossistemas diferenciados - serra, sertão e litoral - e os dados coletados permitem analisar e concluir que as condições e normas do programa não garantem nem mesmo sua duração por um tempo mais longo, muito menos a redução da pobreza no campo. A pobreza é um fenômeno que resulta de um modelo de desenvolvimento fundamentado no crescimento econômico e, de acordo com estudos do NEAD, principalmente a partir dos anos 70, a economia sustentou-se na expansão do mercado interno de bens de consumo durável, identificados à cesta básica de consumo da classe média e alta, e nos investimentos de base, modelo caracterizado como excludente. Marginalizou parte significativa da população dos benefícios do progresso econômico. Modelo este criado não pelos interesses da nação brasileira, mas estimulado pelos organismos internacionais multilaterais, que têm interesses econômicos no Brasil. A pesquisa realizada permite analisar e concluir que o Programa Reforma Agrária Solidária apresenta-se como medida de reestruturação fundiária via mercado de terras, mas não se sustenta como uma política agrária capaz de proporcionar à população beneficiada condições de tornar a terra produtiva e rentável, pela omissão de políticas agrícolas, tendo por base a realidade do semi-árido cearense.

ABSTRACT

The Brazilian Agrarian Reform was and still being the possible dream for workers who needs the mother land for their survival, their live and happiness. On the same way, the Agrarian Reform has been used as a powerful arm from administrators of this country, with the compromise to do it, in their government plans, in the last four decades, as a strategy to attract sympathy of the society compromised with Agrarian Reform and of those who needs the land for their live and to gain their survival. Various land redistribution policies have been adopted along the last three decades; however did not resolve the land concentration problem. According with studies of Professor Rodolfo Huffmann of UNICAMP, based on GINI index, the fundiary structure of Brazil, according on INCRA registers from 1967 to 1988 is one of the greatest in the world. In 1985 was approved a National Plan of Agrarian Reform – PNRA, which has given a north for criteria's for Brazilian lands misappropriation, keeping, however, the interest of huge land owners and rural business. In 1987 the state of Ceará starts one policy of loaning for buy land with support of World Bank, already implemented in South Africa, Colombia and Paraguay, under a denomination of Solidary Agrarian Reform, further amplified for the Northeast Region with the name of Land Cellule, Land Bank and today as Fundiario Credit. This program has as a goal reduce and alleviate the rural poverty throughout a fundiaria re-struturation, capable of put the beneficiaries in a sustainable process that ends poverty and promote the social well being of the families. The objective of this work is to investigate sustainability and the Agrarian Reform Program impacts on the mutuarias families life's, considering the original propose. The research was made in three municipalities of different ecosystems, serra, sertao and litoral, and the collected data allows make a analysis and conclusion that the conditions and program norms doesn't guarantee not even his duration for a long period, much less a poverty reduction in the campo. Poverty is a phenomena which results from a development model funded in the economic growth and according to studies of NEAD, particularly from the 70's, the economy was sustained in a internal market expansion of durable consume goods, identified with a basic consume box of the middle and high classes, model characterized as a excluding. Significant part of the population marginalized from the benefits of the economic progress. This model was created not from the Brazilian nation interests, but stimulated by multilaterals international organisms that have an economic interest in Brazil. The research can make an analysis and conclusion that the Solidary Agrarian Reform Program show itself as fundiaria restructuration through the land market but isn't sustainable as an agrarian policy capable of bring to the benefited classes conditions of turn the land productive and rentable for omission of agrarian policies, having as a basis the reality of the Ceará semi-arid.

I INTRODUÇÃO

1 Considerações Gerais

Nas últimas décadas, a questão agrária no Brasil tem sido uma das temáticas mais discutidas e pautadas pelos governos, principalmente a partir dos anos setenta. Não há como negar sua relação com a continuidade da luta das Ligas Camponesas na década de cinquenta. Na leitura da história, a bibliografia das teorias sobre a luta pela terra revela como o processo foi acontecendo a partir dos anos setenta. Como os pequenos produtores e produtoras, trabalhadores e trabalhadoras sem terra foram sendo preteridos e preteridas, pela modernização dos centros urbanos. A política agrícola passou a dar prioridade ao agronegócio, com a implantação de agroindústrias para os grandes e médios proprietários, conforme afirma (TEIXEIRA, 2002).

O movimento social no campo, cresceu e fortaleceu-se a ponto de fazer surgir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como MST. Fez nascer também o Movimento Sindical Rural combativo, ligado a CONTAG e, na década de 90, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e, por fim acompanhou o nascedouro da Pastoral da Terra, entre outros. Todos empenhados na luta pela reforma agrária.

Apesar dos esforços para promover a reforma agrária, as estratégias e medidas utilizadas pelos governos nas últimas quatro décadas, desde o Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra, Fundo de Terras, PNRA e por último o Novo Mundo Rural, não foram suficientes para mudar o perfil fundiário do Brasil. Quando Fernando Henrique Cardoso assume o poder, uma reorientação nas políticas de desenvolvimento rural é efetivada, tendo em vista o alívio da pobreza rural. Surge, portanto, o reordenamento fundiário e com ele nasce a proposta do “Novo Mundo Rural”. No Ceará, em 1997, instalou-se um laboratório com 44 experiências da então reforma agrária de mercado com apoio do Banco Mundial, conhecida como Reforma Agrária Solidária. No

mesmo ano, o governo brasileiro estende a experiência tanto no Ceará como para outros estados do Nordeste, com o nome de Projeto Cédula da Terra.

Órgãos ligados ao governo, como o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao MDA e representações da sociedade civil, por meio do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, realizaram pesquisa sobre o referido programa. Há controvérsias, pois ambos apresentam resultados diferenciados quanto a sua sustentabilidade.

1.2 Contextualização do Problema

O Programa Reforma Agrária Solidária apresenta vantagens e desvantagens. O maior problema está centrado na sua falta de sustentabilidade, nos moldes em que foi pensado. Duas hipóteses são discutidas acerca da viabilidade econômica, social, ambiental e cultural deste programa: Por um lado, o Governo Federal, respaldado em pesquisas e estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), afirma a sustentabilidade do programa e o apresenta como uma experiência bem-sucedida porque teria o custo baixo, a agilidade no acesso à terra e aos créditos destinados aos trabalhadores e trabalhadoras e, ainda, o fato de ser não conflituosa. Por outro lado, a sociedade civil, especialmente as entidades ligadas ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo¹, assessorias e entidades de apoio aos pequenos produtores e produtoras que já adquiriram a terra via programa, explicita e elabora estudos comprovando a pouca possibilidade de sustentabilidade nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

¹ Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, criado em 1995, é uma articulação com caráter amplo e pluripartidário, reunindo 32 entidades- movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não governamentais, dentre elas o MST, CPT, CONTAG, ABRA, etc. Tem como Objetivo articular as ações desenvolvidas pelas várias entidades que apóiam a realização da Reforma Agrária.

As duas hipóteses foram prematuramente construídas, considerando que todos os estudos realizados se deram quando o programa estava em fase de experiência e ainda não havia completado o período de carência, inicialmente de três anos. Com exceção da pesquisa realizada pela CPT, “Pesquisa Cédula da terra: Estudo de caso do Ceará”.em 2002, mesmo não tendo o caráter oficial, é uma referência para dados analíticos e comparativos. Mesma assim, não se tem seus resultados publicados. Também, até o momento desta pesquisa, os estudos encomendados e realizados pelo governo em 2000 e 2001 não tiveram seus resultados disponíveis nem para a sociedade civil organizada, nem para os atores da reforma agrária.

Os dados da pesquisa da CPT acima mencionada, realizada por meio do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, apesar de não terem sido publicados oficialmente foram apresentados por ocasião do seminário “Projeto Cédula da Terra”: estudo de caso no Estado do Ceará, promovido pela CPT Regional do Ceará, em maio de 2002. Por esta razão, cita-se apenas os dados referentes ao Ceará.

1.3 Justificativa da Pesquisa

Esta dissertação nasceu da necessidade de estudar e analisar a atual política de distribuição de terra no Brasil como alternativa de redução e alívio da pobreza rural por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), dentro dele a reestruturação fundiária iniciada em 1997 no Ceará, intitulado “Reforma Agrária Solidária”, com apoio do Banco Mundial.

Faz-se necessário oferecer elementos que identifiquem se o referido Programa nestes cinco anos de existência, conseguiu reduzir e aliviar a pobreza rural, melhorar as condições de vida das famílias, dentro de um processo ágil, mais barato, organizado, para que, a partir desta constatação, seja possível planejar estratégias e ações para o mundo rural. Pretende-se, com o referido trabalho, comprovar qual das hipóteses se apresenta como

expressão da realidade sobre o Programa Reforma Agrária Solidária. Também são posições políticas, idéias sobre o programa, no entanto, são as idéias que constroem as hipóteses.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Investigar a sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária.

1.4.2 Específicos

a) Resgatar a história de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e contextualizar o Novo Mundo Rural;

b) Identificar os sistemas agrícolas e as técnicas utilizadas pelas famílias na produção agrícola e na preservação ambiental;

c) Perceber o grau de conhecimento e domínio das famílias sobre o programa;

d) Aferir as condições de débito dos mutuários junto às agências de financiamentos;

e) Identificar formas organizativas no imóvel e envolvimento das famílias, sua importância na execução dos projetos e na vida das famílias mutuárias;

f) Verificar em que grau homens e mulheres têm as mesmas oportunidades e estão integrados nas atividades sociais, econômicas e políticas; identificar as condições econômicas das famílias por meio da renda familiar e consumo;

g) Fazer uma análise comparativa das condições de vida das famílias antes e após o programa.

O presente trabalho tenciona se distanciar de conceitos preconcebidos, sem isolá-los, voltando-se para um estudo mais aprofundado do programa. “Procurar não cair na armadilha do objeto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata por definição de um objeto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse interesse” (BOURDIEU, 1998, p.30).

Obviamente não é possível fazer a investigação sem partir das elaborações teóricas. No entanto, construir um objeto científico é, como afirma Bourdieu, romper com o senso comum, ou seja:

“romper com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte (BOURDIEU, 1998, p. 34)”.

Entretanto, utilizam-se dados e informações das duas hipóteses definidas, por meio de publicações do NEAD. Portanto, uma opinião de representantes do governo brasileiro e outra da sociedade civil organizada, via Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.²

O trabalho de elaboração científica exige considerar a realidade como um fenômeno relacional. É possível que nada se saiba de uma instituição acerca da qual se julga tudo conhecer, até porque ela não significa nada fora das suas relações com o todo.

O estudo ora elaborado, mesmo sem o caráter da neutralidade, procurou se distanciar da armadilha das construções pressupostas e do senso comum, para ter como resultado uma produção científica não por interesses de antiquários, na expressão de BOURDIEU (1998), mas sim preocupada em perceber por que e como se compreende, tentando romper não só com o senso

² REDE BRASIL- Instituição sobre Instituições Financeiras Multilaterais é uma rede de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Fundada em 1995, reúne atualmente 56 organizações filiadas com objetivo comum de acompanhar e intervir em questões relativas às ações de Instituições Financeiras Multilaterais (IFMS) no Brasil, como grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

comum, mas também “... com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se construíram” (BOURDIEU, 1998, p. 37).

Minha atribuição como pesquisadora, produtora do conhecimento e estudiosa da realidade social nesta pesquisa, é investigar o Programa Reforma Agrária Solidária, identificar seus limites e potencialidades e apresentar um resultado sobre o referido estudo, com opiniões e conclusões de sua sustentabilidade ou não.

Os resultados desta pesquisa serão apresentados aos próprios mutuários e mutúrias do Programa Reforma Agrária Solidária, aos movimentos sociais e sindicais rurais, às pastorais populares e aos órgãos governamentais executores da reforma agrária neste país. A finalidade é constatar como se comporta o Programa Reforma Agrária Solidária e quais seus efeitos na vida das famílias rurais. De que maneira ele trata o fenômeno da pobreza, como a reduz e quais seus resultados diante da realidade fundiária do país.

Na introdução do trabalho são tecidas considerações gerais sobre o problema agrário no Brasil, as iniciativas do movimento social no campo para enfrentar o problema da concentração da terra e as ações do governo; em seguida, a contextualização do problema a ser investigado, sua justificativa e objetivos.

No segundo capítulo Trajetória e a Luta pela Reforma Agrária no Brasil, faz-se uma contextualização da Reforma Agrária e um resgate da história e da organização dos trabalhadores no período de 1950-2001. Caracterizam-se os tipos de desapropriações e direito de uso da terra no Brasil e no Ceará entre 1980-1990, por meio de regularização fundiária para os moradores e assentamentos sem terra. Desenvolve-se uma memória das ações do governo em resposta ao movimento social no campo. Neste capítulo, é possível identificar de que maneira a ação governamental contribuiu ou não para combater as desigualdades sociais no campo, aliviar a pobreza rural e ainda identificar como a criação de estruturas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional - como é o caso do CODENO e SUDENE, entre outras -, combatem e reduzem a pobreza rural. Além de medidas mais recentes como Novo Mundo Rural, Programa de Reestruturação Fundiária, no Ceará com o Reforma Agrária

Solidária, em outros estados do Nordeste, o Cédula da Terra, evoluindo para Crédito Fundiário, e nos demais estados, para Banco da Terra. Na análise Ainda do Novo Mundo Rural e situa o nascedouro do Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS).

No terceiro capítulo, Metodologia, constam procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os resultados da pesquisa; seleção e área pesquisada; fonte de dados e coleta de informações; definição das variáveis e as medidas de análises com as referências teóricas.

Já no quarto capítulo, Resultados do Estudo - o Caso do Ceará, se faz uma caracterização das áreas pesquisadas, com mapas situando o município e a área em estudo. Apresenta-se a composição das famílias, a identificação social e a escolaridade. Em seguida, os parâmetros de aferição em relação aos indicadores econômicos, sociais e ambientais. Todos os dados foram coletados nas entrevistas mediante aplicação do questionário e nas oficinas realizadas em cada área.

No quinto capítulo, Conclusões, mostra-se que as experiências pesquisadas apresentam realidades de sistemas diferentes, as primeiras implantadas no Ceará, em 1997, com espaço temporal suficiente para as análises. Neste capítulo, estão postos limites e dificuldades que impediram uma análise mais profunda para um resultado mais completo. Aponta-se a continuidade do estudo e sugerem-se alternativas de qualificar melhor o atual programa.

II TRAJETÓRIA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 Resgate da Reforma Agrária no Brasil

O problema agrário no Brasil é histórico. Teve início no Brasil Colônia e resistiu mesmo com as mudanças econômicas dos ciclos do açúcar, do algodão e do café. Tornou-se tema discutido em todas as conjunturas, passando a integrar a pauta social e política do país. A concentração fundiária é a característica fundamental da realidade agrária brasileira, principalmente no Nordeste, sendo responsável pelos conflitos, violência e assassinatos no campo. A violência é, pois, característica constante e visível de um modelo de vida social onde as relações de dominação estão permanentemente presentes. Conforme Hamilton de Mattos Monteiro, a violência se expressa pelo uso da força por grupos de indivíduos ou pelo Estado, ao tentar impor outras formas de conduta que satisfaça seus objetivos, e a resultante das relações de dominação de uma classe social sobre a outra, embora esta última não implique necessariamente o uso da força (MONTEIRO, 1980, p. 30 e 31).

Existe uma predominância do Estado, mas não podemos deixar de ressaltar a força brutal usada pelo poder do latifúndio para garantir seu *status* social. A terra ainda é vista como patrimônio de ostentação e poder.

Considerando que as décadas de 50 e 60, do século XX, mais se destacaram em termos de movimento e organização no campo, a luta pela terra nesse período foi a mais importante organização existente. Caio Prado Junior (1960) afirma, em sua obra a **Questão agrária no Brasil**, que a luta pela terra tem se manifestado como forma de resistência ao capital, na medida em que, ao se direcionar à posse da terra, dirige-se diretamente contra o capitalismo no campo, aquele que domina a terra como fonte de concentração de poder e riqueza (PRADO JUNIOR, p.18-19).

Caio Prado (1960), quando analisa a questão agrária brasileira na década de 60, afirma que o modelo de desenvolvimento brasileiro tem bases no capitalismo. É excludente e que não há uma nova etapa capitalista ou progressista. Ao tratar da questão agrária, faz uma interpretação crítica das relações do campo, consideradas como restos feudais ou pré-capitalistas.

“Trata-se do enquadramento, ou antes tentativa teórica de enquadramento da reforma agrária brasileira num suposto processo sócio-econômico que significaria, assim se predestina, transição de “restos feudais” pré-capitalistas para uma nova etapa capitalista e, progressista (PRADO JÚNIOR, 1960, p:9)”.

Esta é uma concepção que Caio Prado analisa à luz da realidade brasileira e considera esta Reforma Agrária como simples divisão de terras. Uma estratégia para transformar a agricultura de subsistência em gigantes industriais modernos e ricos, tendo em vista a dinamização do setor agrícola, o abastecimento das cidades, a ampliação dos mercados e a resolução dos conflitos e tensões sociais. Para o mesmo autor, a Reforma Agrária na década de 60, com o modelo de desenvolvimento predominante, precisava se aplicar simultaneamente na base de duas ordens de medidas que visassem, por um lado, à regulamentação legal das relações de trabalho no campo; e por outro, à facilitação do acesso à propriedade e uso da terra, por parte da população trabalhadora rural. No entanto, a proposta do governo era a difusão do capitalismo e da tecnologia, que trariam o progresso e conseqüentemente a redução da pobreza e da miséria.

Diante de tudo isso, percebe-se que o discurso da redução de pobreza e miséria no campo é antigo. Registra-se em quase todos os momentos conjunturais em que a questão agrária torna-se pauta. A própria criação da SUDENE, é uma ilustração de compromissos assumidos, na perspectiva de vencer a situação de pobreza no Nordeste. Assim, muitos outros utilizam indicadores de pobreza e de miséria como justificativa para criação de programas e contrair empréstimos perante os países desenvolvidos, com o discurso de combater a pobreza rural. No entanto o problema continua.

Neste contexto surgiram a resistência do movimento social (Ligas Camponesas, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Movimento dos Agricultores Sem Terra) e as lutas para garantir a terra para quem nela vive e trabalha. No entanto, violência e perseguição foram às marcas que caracterizaram o campo, sobressaindo como as áreas de maiores conflitos: Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, parte de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande Sul, Paraná e Goiás.

A grande maioria desses conflitos relacionava-se à reação dos trabalhadores e trabalhadoras diante do aumento da renda da terra, imposta pelos proprietários, grilagem por parte de políticos, instalação de empresas rurais que expulsavam os posseiros de suas terras e, por fim, à questão dos assalariados rurais, à luta pelo pagamento do salário mínimo, horas extras, férias, descanso semanal. No Nordeste, essa situação é mais explícita, particularmente com os cortadores de cana em Pernambuco, refletindo o modelo de desenvolvimento aplicado no país.

Com o fortalecimento das lutas, alguns grupos de trabalhadores obtêm vitórias, apoiados tanto por setores mais progressistas da Igreja Católica como a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC), entre outros, como por lideranças políticas do Partido Comunista (PCB). A burguesia também se organizou e buscou aliados entre setores mais conservadores da Igreja Católica e entre os militares. Como consequência, muitas lideranças foram perseguidas.

O pavor do comunismo, apregoado pela burguesia e pelo conservadorismo religioso, toma conta do campo e da cidade. Porém, a coragem e resistência da população impulsionam a organização e a luta, incentivam o debate da Reforma Agrária, conquistam apoio, somado à luta dos movimentos sociais urbanos. No entanto, a luta no campo e na cidade é barrada, abafada e quase silenciada com o golpe militar de 1964. Muitas lideranças foram perseguidas, violentadas, outras, desapareceram ou foram mortas.

As políticas agrícolas passaram a ocupar o espaço da Reforma Agrária como forma de desviar a atenção de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse foi um período muito duro, com o firme propósito de enquadrar a questão

agrária e agrícola dentro do modelo legalista e com limites para conquistas agrárias e agrícolas. Apesar de várias entidades apoiarem, com ajuda de técnicos, agentes educativos, no Ceará, em meados de 1976, a situação de vida e as condições de produção dos trabalhadores não melhoraram, como afirma de Mônica Martins, tendo em vista duas razões básicas:

“Contexto econômico-político do período compreendido entre 67/76 no qual a ditadura militar “endurece”, verificando-se uma das fases de maior repressão aos movimentos populares e as organizações sindicais, dificultando um processo de educação libertadora mesmo por parte da Igreja; Segundo, a assimilação precária da idéia de cooperativismo levando pouca participação nos trabalhos (MARTINS, 1994, p: 46)”.

A luta dos trabalhadores no campo e na cidade continuou. Várias bandeiras são levantadas como continuidade da luta pela democracia. O país inicia a experiência da Nova república. É sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento concentrador de riqueza e produtor de miséria, baseado e ancorado na dependência ao FMI, que o Brasil define suas estratégias e projetos, voltados para o crescimento econômico, cujo fundamento é a livre iniciativa de mercado.

O movimento social não pára estimulado pelo embate político de projetos antagônicos entre trabalhadores e empresários. No entanto, todos os segmentos populares do campo e da cidade se unificam em torno de estratégias voltadas para as Diretas-Já e, posteriormente, Reforma Agrária-Já.

2.1.1 Estrutura Fundiária

Apesar de décadas de resistência e luta contra o latifúndio, o Brasil sobressai como campeão na concentração fundiária. Existem oficialmente duas fontes tradicionais que subsidiam os estudos referentes à estrutura

fundiária, sob diferentes perspectivas. Os dados do INCRA, que focam a distribuição do espaço entre seus detentores, e os do IBGE, que retratam a ocupação desse espaço pelos produtores rurais. Mas a avaliação da estrutura agrária brasileira, tanto sob a ótica do INCRA quanto sob a do IBGE, evidencia o elevado grau de concentração da terra em ambas as situações, ainda que pesem as diferenças conceituais.

Até o final deste estudo, julho de 2002, conforme documentos do INCRA (1998) havia mais de 35 mil latifúndios improdutivos com áreas superiores a 600 módulos rurais, compreendendo mais de 166 milhões de hectares, ou seja, uma área com possibilidade de assentar quatro milhões de famílias. Dos 3.114.898 imóveis cadastrados no Brasil, 24,5% são improdutivos.

No Ceará existem 928 mil hectares de solo de boa qualidade que estão sem produzir. Esta realidade tem sido responsável pelos conflitos, violência e assassinatos no campo, pois gerou e continua gerando a fome e a pobreza rural.

O professor Rodolfo Hoffmann, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fundamenta-se em um estudo intitulado A estrutura fundiária no Brasil, e afirma a concentração de terra no Brasil. De acordo com o cadastro do INCRA de 1967 a 1998 (apud TEIXEIRA, 2001), a concentração de terra no Brasil ainda é grande, como pode ser observado nos dados a seguir. Pelo índice de GINI, a concentração da terra no Brasil está assim distribuída: no ano de 1992 era de 0,831. No ano de 1998 chegava a 0,843. Para analisar a concentração a partir das regiões, basta verificar os dados da TABELA 1.

No mesmo estudo, foi detectado ainda que, no período mencionado, a porcentagem da área total ocupada pelos 10% maiores imóveis rurais do país cresceu de 77,1% para 78,6%.

TABELA 1 - Concentração de terra pelo Índice de GINI por região - 1992 e 1998

REGIÃO	ANO DE 1992	ANO DE 1998
Norte	0,849	0,851
Nordeste	0,792	0,811
Sul	0,705	0,712
Sudeste	0,749	0,751

Fonte: Estudos do professor Rodolfo Hoffmann – UNICAMP.

As análises feitas por Hoffmann indicam que esta concentração da terra, que tem acentuado a situação de pobreza, está fortemente correlacionada com o modelo de desenvolvimento e sistema político vigente do país, este então, em um crescimento econômico concentrador de renda e multiplicador da miséria. Isto fica explícito nos baixos níveis de educação, no baixo incentivo à atividade agrícola desestimulada pela falta de condições, incluindo-se juros exorbitantes, índices de desemprego e emprego informal e na concentração da renda, inoperantes políticas agrícolas e falta de assistência técnica adequada, além de solos de baixa qualidade.

2.1.2 Organização e Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Brasil - 1950-2001

A trajetória dos trabalhadores brasileiros na sua relação com a terra, embora com algumas alterações, foi marcada por dois fortes aspectos. Um primeiro, pela coragem de resistir a todos os problemas gerados pela negação do direito de permanecer na terra e usá-la, restringindo suas possibilidades de garantir uma produção suficiente para sobrevivência familiar de modo que evitasse o êxodo rural, enfrentando os latifundiários na luta pela permanência na terra ou na tentativa de fazer valer direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelo Estatuto da Terra. Segundo, arriscando a vida e entrando em confronto com os pistoleiros ou capangas dos patrões, como única

forma de não serem expulsos de suas áreas de plantação. Mais recentemente, buscando aliados para fazer acontecer na prática, a Reforma Agrária.

Entre as várias organizações de 1950 a 2002, identificam-se acontecimentos importantes, todos voltados para a posse e uso da terra. Um deles foi o surgimento da mobilização camponesa no Nordeste em 1954, no Engenho da Galiléia, que recebe posteriormente a denominação de Ligas Camponesas, pela identificação com as antigas Ligas, fundadas pelo PC em Pernambuco entre 1930 a 1948. Os Galileus criaram a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), que se caracterizou, do ponto de vista legal, como sociedade beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos eram a criação de uma escola, a constituição de um fundo funerário, a aquisição de implementos agrícolas e, por fim, a reivindicação de assistência técnica governamental.

Mesmo com a perseguição de alguns proprietários, com a visão de que a sociedade era um foco de subversão, tentaram interditar a sociedade e pedir judicialmente a expulsão dos trabalhadores. Alguns resistiram e a luta continuou. Mais tarde, as ações foram tomando dimensões maiores, com denúncias via parlamento, orientações jurídicas e de parlamentares, como Francisco Julião, militante do PCB.

A associação passou a ser conhecida na imprensa como “Liga Camponesa” e assumiu o papel de questionar a aliança industrial-agrária, mobilizando trabalhadores do campo do Nordeste, organizando-os em torno de reivindicações que iam desde a garantia de um funeral digno até o direito de ter a terra para plantar e produzir, denunciando o cambão que, na definição de Moacir Palmeira (1977), era um período no qual os camponeses trabalhavam de graça, e que variava entre dez e vinte dias, uma vez por ano, para manutenção da propriedade, ou na cultura da cana-de-açúcar (PALMEIRA, 1977, p.107)

As Ligas lutaram contra o latifúndio, cresceram e se expandiram por todo o Nordeste e Centro-Oeste. Em 1954 é fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) a fim de coordenar as associações camponesas existentes, com sede em São Paulo.

Em 1959, por meio de um projeto de lei encaminhado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, de autoria do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade, foi desapropriado o Engenho da Galiléia (BASTOS, 1984), sendo o projeto sancionado pelo governador de Pernambuco Cid Sampaio. A palavra de ordem “Reforma Agrária” passara a fazer parte de todas as discussões e soluções do país, portanto, preocupação para o governo brasileiro.

A gestão da terra e do assentamento das famílias não passou pelas mãos dos Galileus. O engenho desapropriado foi entregue à Companhia de Revenda e Colonização (CRC), a quem coube o papel de distribuir e colonizar a área, com o firme propósito de realocar os Galileus em outras áreas. Uma estratégia clara para desmobilizar o movimento e enfraquecer uma ação no meio rural.

Os Galileus reagem. O governo, por sua vez, delega poderes para CRC, fazer o assentamento na terra e estabelece critérios que fogem à realidade rural, como, por exemplo, idade, desempenho físico, prestação de serviço militar, atestado de facilidade de adaptação, uma forma clara de punição àquelas pessoas que reivindicam o caráter político da ação. Sob o argumento de que as terras eram fracas e as áreas pequenas, também não assentam todas as famílias. A CRC entra com recurso na justiça para desalojar os camponeses. Regras são estabelecidas com prazo para pagamentos e critérios para a emancipação da CRC. A organização do Engenho da Galiléia fragilizou-se em virtude dessas medidas. Os Galileus enfrentam inúmeras dificuldades, desde os empréstimos para garantir a produção até a comercialização de seus produtos.

Apesar das perseguições, às lideranças das Ligas Camponesas e a seus seguidores, sua expansão é real em quase todo Nordeste. Em outras regiões também, mas em menor proporção. O movimento das Ligas cresce, congregando muitas categorias, embora com outras dimensões, sob orientação de lideranças diversas, como Francisco Julião e José dos Prazeres.

Ao lado da ULTAB e das Ligas, surgem duas novas forças em nível nacional. Uma no Rio Grande do Sul, durante o governo de Leonel Brizola, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), em 1960. Outra em

Natal e Recife, Movimento da Igreja Católica pela sindicalização rural, como uma forma de combater o comunismo no campo.

A luta das Ligas tem a marca da Reforma Agrária. Vale destacar que esse momento é rico na história dos trabalhadores rurais, também pela realização do 1º. Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, tendo a Reforma Agrária como proposta prioritária. Além do sentimento de adquirir a terra como fonte de vida, outras reivindicações são consideradas e também discutidas nos Congressos, para garantir direitos trabalhistas, pagamento de horas extras, 13º. salário, férias.

“As classes dominantes não podem desconhecer que o campesinato passa a se constituir como um novo personagem histórico no panorama nacional. Demonstrem esse reconhecimento tanto denunciando o clima de intranquilidade no campo, quanto desenvolvendo tentativas de articulação das reivindicações daquele setor. É neste sentido que se explicam os projetos de extensão da legislação trabalhista ao campo e sindicalização rural (BASTOS, 1984, p. 20)”.

O resultado mais concreto foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Mesmo sendo uma conquista parcial dos trabalhadores, até do ponto de vista da sindicalização, não representa grande vitória, pois de acordo com a avaliação de Elide Rugai Bastos (1984), não ultrapassou os limites conseguidos na CLT, que, no fundo, implica a delimitação e controle das condições de atuação política das classes assalariadas (BASTOS, 1984, p. 90).

Desta forma se afirma que mesmo sem ultrapassar limites legais, todos os benefícios concedidos, resultam de muitas reivindicações que culminam em conquistas para os trabalhadores. O Estatuto do Trabalhador Rural não representa uma doação, mas resultado de reivindicações reais, geradas por tensões e conflitos, resultantes de lutas de longo tempo. No entanto, se questiona até que ponto a legislação responde às reivindicações

dos trabalhadores rurais. Em alguns casos, ela passa a ser um controle da atuação política dos trabalhadores assalariados.

Com base nos registros de Elide Rugai Bastos (1984), outra conquista foi adquirida. Para completar a legislação, o Ministro do Trabalho Almino Afonso baixa uma portaria, 364, definindo a organização sindical dos trabalhadores rurais e, em seguida, seu sucessor institui a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) (BASTOS, 1984, p.91).

O movimento do campo se amplia com os movimentos sociais urbanos e há, nesse período, grande pressão da sociedade organizada em torno das reivindicações das classes populares. O governo, com apoio da burguesia e da Igreja católica conservadora, reage e decreta o Golpe de Estado em 31 de março de 1964.

Durante vinte anos, vive-se uma ditadura militar que amortece e cala os que lutam por democracia e justiça social. Lideranças sindicais, representantes das Ligas Camponesas, dirigentes do movimento estudantil e de partidos políticos são perseguidos, desaparecem e outros são assassinados. O golpe militar torna-se um dos fatos mais marcantes e cruéis de toda luta operária do Brasil no século XX, sem falar em outras experiências do início do século XX também no Nordeste.³

Segundo informações de pesquisa coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1987), entre os anos de 1964 e 1986, 940 trabalhadores rurais foram assassinados nos conflitos de terra, incluindo-se dezessete crianças. Esse número está relacionado apenas aos crimes que se tornaram conhecidos e divulgados.

Os projetos de colonização iniciados no fim década de 50, segundo Bastos (1984), vão deslanchar no Estatuto da Terra (ET), Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Projeto que só vai ser regulamentado em 1966, por meio do Decreto nº 59.428, de 27 de novembro, criado em plena ditadura militar com o intuito de arrefecer a organização dos agricultores em torno da

³ Canudos - Movimento de luta pela terra, acontecido no início do século XX, na Bahia, liderado por Antonio Conselheiro e Caldeirão na Chapada do Araripe, nas terras do Vale do Cariri no Ceará, liderado pelo beato José Lourenço. Ambos destruídos pelo poder opressor do governo e das forças armadas.

luta pela conquista da terra, estabelecendo regras e normas de uso e pagamento da terra. Na verdade, o objetivo dos militares não foi alcançado, pois na prática, o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento “revolucionário” que garantiu a desapropriação de muitas áreas, com base na Lei nº 4.504, para que a regularização fundiária fosse realizada. Por meio do Estatuto da Terra, alguns dos termos politizados no debate ganham o estatuto de categorias legais, com critérios relativamente precisos de definição em termos de tamanho de área, formas e grau de utilização da terra, natureza das relações de trabalho, etc.

“Essa categorização cristalizou o estigma que pesava tanto sobre o “latifúndio” como sobre o “minifúndio” e estabelecia como meta sua extinção, em nome da racionalidade da exploração agrícola (MEDEIROS, 1993, p.15)”.

No entanto, concordando com a análise de Leonildes Sérvulo Medeiros, o espaço legal que se abria para a realização de transformações na estrutura fundiária estava sob estrito controle de um Estado autoritário, que propiciou a privatização de espaços públicos. Com os movimentos sociais duramente reprimidos, lideranças perseguidas, sindicatos sob intervenção, a nova lei pouco significou em termos de medidas concretas em direção às demandas por terra dos trabalhadores.

Do ponto de vista institucional, Medeiros (1993) ilustra com fatos importantes este momento e expõe que, em 1965, coerentemente com o espírito do Estatuto da Terra, foram criados dois organismos para cuidar da questão agrária: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Com eles, ganhou corpo uma cultura institucional, cujas raízes remontam ao próprio debate sobre a Reforma Agrária, onde a questão agrária se constitui como esfera de ação do governo federal e onde se separa a questão agrária da questão agrícola. Isso implicava não só uma concepção do que deveria ser a Reforma Agrária, como também traduzia uma disputa pelo controle do poder de intervenção sobre a questão.

Desta forma, os dois organismos tinham o papel de executar apenas os problemas relacionados a terra.

Essa disputa se colocava não só em termos de um órgão próprio para realização da Reforma Agrária, sua subordinação ou não ao Ministério da Agricultura (disputa que vai permear os anos 70 e 80), mas também referia-se ao poder dos governos estaduais, uma vez que, no período imediatamente anterior ao golpe, os estados perderam o poder de tributar a propriedade territorial e só detiveram a possibilidade de desapropriar por utilidade pública.

“A extinção do IBRA e do INDA em 1972 e sua substituição pelo INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, manteve essa separação e promoveu a junção, em único órgão, de duas questões distintas, indicando o sentido que concretamente estava sendo dado à problemática da reforma agrária no regime militar. Instituíam-se, assim, uma vertente que levaria à recorrente tentativa de antepor à crítica à estrutura fundiária uma saída através da ocupação dos “espaços vazios”, as terras públicas das fronteiras. Na proposta dos organismos estatais, reforma agrária tornava-se “colonização” (MEDEIROS, 1993, p.15-16)”.

No início da década de setenta, quando da criação do INCRA, o Estatuto da Terra passou a ter dois tratamentos pelos segmentos mais significativos no campo. A recente organização sindical estruturada e coordenada em nível nacional pela CONTAG, criada pelo governo federal, utiliza o Estatuto da Terra como instrumento de luta para garantir as desapropriações e realizar a regularização fundiária. Outro segmento ligado à oposição sindical rural, mais tarde consolidado com a criação do MST, diverge e considera-o como amortecedor da luta.

Diante dos argumentos mencionados, o Estatuto da Terra, para alguns, foi recuo na mobilização pela Reforma Agrária, para outros foi um instrumento “revolucionário”. Na verdade, pelas abordagens apresentadas, ele torna-se um instrumento de luta. A partir da reivindicação de pagar a renda de acordo com a Lei, garantida no Estatuto da Terra, os proprietários reagem, surge conflito e gera tensão social, situação que culmina com a

desapropriação e regularização fundiária. Neste sentido, o Estatuto da Terra foi revolucionário sim, pois viabilizou, tornou possível a desapropriação de muitas áreas. Até meados da década de 80, de acordo com pronunciamentos de advogados do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), no Ceará, grande parte das desapropriações, até 1994, acontecem com o aparato legal do Estatuto da Terra, a partir do conflito criado em torno do pagamento da renda.

Passados os momentos mais duros, mesmo com toda repressão, a iniciativa de reconstrução do movimento social continua em ação. Organizações clandestinas articulam-se na tentativa de encontrar companheiros perdidos e recuperar a coragem para manter a luta. Na época, muitas organizações conseguem se reerguer, principalmente as ligadas à Igreja Católica, como a Juventude Operária Católica, a Juventude Universitária Católica e alguns sindicatos. Mesmo com as divergências, o interesse comum unia a todos.

Ao resgatar um pouco a posição da Igreja Católica, mesmo envolvida no processo e no debate, apenas nos anos 70 é que ela passa a se identificar mais claramente com os sem terra e expulsos do chão. Incentiva e apóia as lutas de resistência dos trabalhadores rurais, em especial nas áreas de posseiros. Em virtude dessa posição da Igreja no campo, muitos conflitos de terras, tornam-se públicos e os trabalhadores envolvidos ganham aliados e fôlego para resistir à pressão que sofrem. O resultado concreto dessa prática foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, como principal canal de denúncia da violência contra os trabalhadores.

O movimento continua na luta pela democracia. E com o fim da ditadura militar em 1984, aqueles que defendem a liberdade continuam decididos e entram em cena. Movimentos populares, sindicais, mulheres, estudantes e os partidos políticos se articulam em torno do grande acontecimento que foi a Constituinte. Ressurge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Sul do país, agregando trabalhadores que estão à margem do processo de modernização agrícola. Nasce dentro do movimento sindical, mas mantém uma identidade própria e se distingue da ação da CONTAG.

No campo e na cidade, no final da década de 70 e início de 80, se fortalece a idéia capitalista, e a Reforma Agrária passa a ser a grande bandeira do MST que, em

1984, o MST realizou seu primeiro congresso e defendeu desde então uma Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, tendo como propostas: Modificar a estrutura da propriedade da terra; Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude; Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido; Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos

Apesar de tantas lutas, a concentração fundiária tem sido uma das ilustrações simbólicas do conservadorismo rural. Há muito tempo a reforma agrária tornou-se uma das grandes bandeiras dos trabalhadores rurais, de suas entidades de representação e de entidades de assessoria e apoio, ONGs, pastorais. Mas os espaços e instrumentos de geração e exercício de poder e decisão não são facilmente socializados.

A terra foi e continua sendo meio de produção riqueza e poder. Possuí-la constitui prestígio dos latifundiários e/ou empresários rurais e políticos que controlam as terras e as pessoas, tornando-as submissas e manipulando-as de acordo com seus interesses.

Algumas mudanças ocorreram no campo nos últimos quarenta anos. Algumas como resposta às reivindicações dos trabalhadores, outras para amortecer a efervescência do movimento no campo. Inúmeros projetos voltados para o desenvolvimento rural foram adotadas pelos governos como

por exemplo: POLONORDESTE, PROJETO CEARÁ, PROTERRA, FUMAC, SÃO JOSÉ. De acordo com as estatísticas e estudos realizados, nenhum desses projetos conseguiu resolver o maior problema, isto é, a concentração fundiária, multiplicadora da fome e da pobreza no Brasil.

As intervenções políticas do Estado, em relação à questão agrária, não conseguiram eliminar a fome e a pobreza no campo, haja vista estes problemas estarem relacionados com o modelo de desenvolvimento do país, que tem privilegiado o crescimento econômico mantendo a concentração fundiária.

A análise de Caio Prado sobre a questão agrária no Brasil, mesmo produzida em 1960, ainda parece muito real. Quando ele trata da Reforma Agrária brasileira dentro de um contexto capitalista. É uma concepção confusa e vacilante e tem levado a conclusões utópicas e irrealizáveis. Fundamenta-se em modelos europeus, como simples distribuição de terras entre os camponeses, sem qualquer relação com a realidade brasileira. Esta visão, na interpretação de Caio Prado, confunde a reforma agrária com aplicação de tecnologias e de aperfeiçoamento da exploração agrária brasileira.

“Transformar a agricultura de subsistência em gigantes industriais modernos e ricos, tendo em vista a democratização do setor agrícola, abastecendo as cidades, ampliando os mercados, conflitos e tensões sociais (PRADO JUNIOR, 1960, p. 9-10)”.

As articulações do movimento social não param. Entra em cena a campanha pelas Diretas-Já, em 1983, com grande capacidade de mobilização, reúne movimentos e setores populares diversos. Em 1985, apesar das diferenças quanto a idéias políticas em relação a questões nacionais, o mesmo movimento se organiza em torno da Campanha Nacional “Reforma Agrária Já”.

No Ceará, a campanha se desenvolve por meio de uma ampla articulação de vários organismos da sociedade civil.⁴ Dez mil trabalhadores e setores da população, ocupam a Praça José de Alencar vindos de todos os municípios do Estado, para exigir Reforma Agrária imediata, fortalecendo assim a Campanha Nacional “Reforma Agrária Já” (Relatório anual de atividades – CETRA, 1985).

O Brasil inteiro se mobiliza em torno da campanha “Reforma Agrária Já”. Ainda no mesmo ano, vários setores e segmentos populares e atores da Reforma Agrária articulam-se em torno de propostas para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo da Nova República, José Sarney com apoio da CONTAG. Na mesma ocasião, uma disputa crucial ocorre no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em maio de 1985.

“Embora as forças presentes ao Congresso da CONTAG, tenham chegado a um consenso ao nível do que deveria constar do documento final do Congresso, apresentando o Estatuto da Terra como ponto de partida para uma reforma agrária, reconheceu-se a necessidade de elaborar uma nova proposta a ser apresentada à Constituinte, proposta onde estavam contidas uma série de pontos debatidos no Congresso e que implicavam não só em alterações profundas na lei vigente, como também numa inversão de seus objetivos (MEDEIROS, 1993 p.32)”.

Em 1987, as entidades (inclusive a CONTAG) lançam uma campanha para incluir um artigo na Constituição, viabilizando a Reforma Agrária. Para muitos um esforço legalista e com resultado previsível, ou seja, a derrota. Mesmo assim todo o Brasil foi mobilizado por meio das forças progressistas e atores da Reforma Agrária. Um abaixo-assinado foi elaborado e milhões de

⁴ Campanha Estadual pela “Reforma Agrária Já” composta por Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR); Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regional NE I; Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Popular da Mulher (COM); Federação de Órgãos para assistência Social e Educacional (FASE); Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE); Frente Sindical de Trabalhadores Urbanos e Rurais, e União das Mulheres Cearenses. (UMC).

assinaturas chegam até o Congresso Nacional, com as propostas dos trabalhadores, para integrar a proposta de Reforma Agrária na Constituição. O resultado já era esperado: a derrota com a inclusão do conceito de propriedade produtiva no texto Constitucional, defendido pela UDR e aprovada pelo CENTRÃO. O imóvel rural foi preservado, latifúndio por exploração ou dimensão também, desde que cumpra a função social.

Enfim, a Constituição de 1988, conforme ressalta MEDEIROS (1993), tem inscrita em seu texto a Reforma Agrária como um tema do capítulo da "Ordem econômica e social". Nela foi assegurado que a propriedade deve atender à sua função social (art. 5, XXIII), com uma definição explícita do que se entende por tal (aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente), observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores (MEDEIROS, 1993, p. 54).

Em 1988 os artigos da Constituição relacionados à Reforma Agrária são votados e aprovados, implicando grande recuo naquilo que era fundamental para os trabalhadores sem terra, ou seja, para a Reforma Agrária. O cumprimento da função social da terra e a desapropriação por interesse social são relegados a segundo plano com a criação do "latifúndio produtivo". A prioridade para áreas de conflitos é deslocada para o programa de regularização fundiária. Neste caso, as empresas rurais, as terras produtivas e pequenas propriedades não serão desapropriadas.

As restrições na Constituição tornam o "latifúndio" insuscetível de desapropriação, pelo menos até que fosse regulamentado o tema por uma Lei Agrária, aprovada em 25.2.1993, sob o número 8.629.

No processo da Constituinte, legislativos e partidos se articulam em blocos, com objetivos de garantir a aprovação de uma Constituição de acordo com seus interesses. É o caso do deputado José Lourenço, fundador do Centrão na Constituinte, que conseguiu impedir os avanços na Constituição. Como afirma Medeiros (1993)

“A constituição de um "centrão" multipartidário, ou mesmo de um "bloco ruralista", composto por membros do PFL, PDS, PL, PMDB, e outros partidos menores, que ganhou vida a partir da Proposta do PNRA e que reaparece a cada matéria significativa referente à propriedade da terra colocada em votação, são indicadores de que os interesses vinculados à manutenção da atual estrutura fundiária permeia grande parte dos partidos e consegue a adesão, em momentos decisivos de votação, da maioria dos parlamentares (MEDEIROS, 1993, p. 70)”.

Outra articulação foi dos grandes proprietários e pecuaristas com representação no Congresso Nacional, liderado por Ronaldo Caiado via UDR, criada para enfrentar e controlar o movimento dos trabalhadores, seu crescimento e organização no campo.

No entanto, a votação da Lei Agrária em 1993, trouxe à luz alguns fatos que nos parece importante apontar, ou seja, uma perda de poder por parte da UDR em consequência de suas ações violentas.

“O primeiro deles é um certo isolamento dos deputados mais ligados a Ronaldo Caiado. Foram elaboradas doze versões do projeto de regulamentação, sendo que somente a última conseguiu acordo, embora com oposição do chamado "grupo da UDR". O grande contingente da bancada dos "ruralistas" (vinculados principalmente ao PPR, PFL e parte do PMDB), embora não totalmente satisfeito com o projeto que saiu da Câmara, considerou-o aceitável (antes dos vetos do presidente da República identificados com práticas truculentas de Caiado (MEDEIROS, 1993, p. 71)”.

Para Plínio de Arruda Sampaio, a reforma agrária deve ser tratada como mecanismo econômico e social. Neste sentido, critica os teóricos que sempre defenderam a reforma agrária e que passaram a justificar sua necessidade pelo social, abrindo portas para as políticas compensatórias, que não se traduzem em políticas de mudanças estruturais, mas, paliativas.

“Para grande alegria dos economistas liberais, a realidade dos anos 70 e 80 desmentiu a tese dos reformistas agrários. Nos anos 70, os governos militares conseguiram, sem alterar a distribuição da propriedade da terra, aumentar a produção, tecnificar a agricultura e atender à demanda. Uma “modernização conservadora”, dolorosa sem dúvida, pois não alterou substancialmente o padrão de vida da população rural, mas suficiente para fazer com que a agricultura deixasse de ser considerada um setor atrasado, anacrônico, impeditivo do desenvolvimento do país. Até a alegria dos conservadores com essa constatação, tudo bem, nada a admirar. O que é de admirar é o impacto dessa conclusão entre os analistas de esquerda, que usam obviamente outro instrumento teórico para lidar com a realidade. A partir do momento em os teóricos que sempre defenderam a Reforma Agrária passaram a justificá-la como um objeto social e não mais como objeto econômico, não demorou muito para que as propostas de Reforma Agrária fossem cedendo lugar envergonhadamente a propostas que não diferem muito das “políticas compensatórias” preconizadas pelos teóricos do neoliberalismo (SAMPAIO, 2001, p. 16)”.

A afirmação de Sampaio coloca elementos para um aprofundamento tanto do ponto de vista da estrutura agrária quanto das políticas de desenvolvimento rural adotadas neste período. Evidente que não se registra grandes alterações na qualidade do padrão de vida da população rural, até porque as políticas se direcionam para a agricultura tecnificada, para exportação, portanto, para os grandes proprietários. Os pequenos agricultores e os sem terra continuam excluídos do processo. Mesmo assim sem universalizar, é possível identificar que, a partir da década de oitenta, conflitos ocorrem no campo, originados pelo instrumento legal já mencionado “Estatuto da Terra”, que possibilita, principalmente no Nordeste, a desapropriação para regularização fundiária.

Obviamente que não teve uma intensidade e significação a ponto de desconcentrar a terra, mas de influência na conjuntura do país. Acirraram-se os grandes proprietários já organizados na UDR, fazendo pressão e enfrentando severamente e de forma violenta o movimento dos trabalhadores

rurais. Esse fenômeno já compõe produções de vários teóricos, entre eles, Stédile e Gorgen. Faltaram, entretanto, políticas para as áreas de Reforma Agrária, com incentivo à agricultura familiar, gerando novas oportunidades de trabalho, capacitação dos assentados e assentadas.

Quanto à justificativa por parte dos “analistas de esquerda” da Reforma Agrária como objeto social, preocupa-se se ela foi pensada a partir de ações ou políticas pontuais, isoladas de uma cadeia produtiva ou mesmo fora de uma visão mais integradora ou sistêmica. A Reforma Agrária é objeto social na medida em que a vertente econômica é também social. Não há como promover a Reforma Agrária sem proporcionar políticas de incentivo à produção; sem gerar oportunidades novas de trabalho no campo; sem garantir créditos para melhorar, aumentar e diversificar a produção. Neste sentido, algumas políticas sociais, como o Projeto São José e o Lumiar, tendem a contribuir no melhoramento da agricultura e das áreas reformadas.

Vale concordar com Sampaio que, na verdade, os projetos implementados para os trabalhadores sem terra ou pequenos produtores nas últimas décadas não são de Reforma agrária, identificam-se como medidas que amenizam o problema da fome e da pobreza, mas não aprofundam a raiz do problema. A exemplo de programas e projetos já mencionados, as mudanças são insignificantes. Constatam-se alterações no padrão de vida das populações pobres da zona rural em relação a infra-estrutura como pavimentações de estradas, habitação, eletrificação rural. Mas o fundamental é que, sobre a melhoria nas condições de vida, alimentação, condições sanitárias, saúde, educação, registra-se um quadro de estagnação, principalmente em relação à concentração da terra e da renda.

O que se percebe até agora são intervenções, políticas governamentais, de forma pontual, com propostas de redistribuição de terras e não de uma verdadeira Reforma Agrária, como bem explicita Gorgen. “A reforma agrária é muito mais que uma política pública para o meio rural. Engana-se profunda, redondamente quem quiser reduzi-la a isto. Reforma Agrária é uma intervenção direta do Estado no regime de posse e da

propriedade da terra, visando sua desconcentração e redistribuição” (GORGEN, 2001, p. 24-25)

O núcleo central da Reforma Agrária, tanto na política como na operacionalização, reside na questão fundiária. Sem alterar a propriedade concentrada da terra não existe Reforma Agrária e mexer na concentração da terra exige capacidade de ação e respostas complexas, específicas, conflitivas, exigentes e profundas (GORGEN, 2001, p. 25).

Logicamente que ao afirmar essas exigências para se fazer uma Reforma Agrária, Gorgen refere-se a todos os limites que estão relacionadas desde o Programa de Reforma Agrária até sua implementação na sua instância local: as áreas e terras passíveis de desapropriação. Envolvendo desde o compromisso do primeiro escalão do governo até o poder local.

É evidente que, para haver uma concretização da Reforma Agrária no Brasil, de forma que desconcentre a terra e proporcione medidas sustentáveis ao desenvolvimento do campo, exige-se muito mais do que um simples instrumento legal. Exigem-se empenho de todos os setores da sociedade, principalmente aqueles relacionados à questão agrária e agrícola.

Passou-se menos de dez anos de experiência de distribuição de terra no Brasil, sob amparo legal, garantido na Constituição brasileira. Novamente as idéias se confrontam em torno da Reforma Agrária. No mundo rural, as idéias se dividem em torno dos programas que são destinados aos trabalhadores. Desta vez, um programa coloca em pólos distintos o governo federal e os movimentos sociais, o então Programa de Reestruturação Fundiária, o chamado “Programa de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza Rural - Cédula da Terra”, lançado em 1996 e implantado a partir de 1997 pelo governo federal com apoio do Banco Mundial.

As primeiras experiências tiveram o Ceará como laboratório, por meio do Reforma Agrária Solidária, como um componente do Projeto São José, fazendo parte de um programa maior: Combate e Alívio à Pobreza Rural (PCPR). Em 1997, as primeiras experiências ocorrem e, no mesmo ano, o governo, sem nenhum estudo mais aprofundado desta experiência, estende o

programa para outros estados do Nordeste, apenas mudando o nome para Cédula da Terra.

“De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), a filosofia do projeto possui três enfoques. O primeiro trata da descentralização da reforma agrária não somente para os estados, mas para os próprios beneficiários. O segundo objetivo é melhorar a renda e bem-estar das famílias rurais não apenas fazendo a redistribuição das terras, mas também proporcionando aos beneficiários o acesso aos recursos para construção de infraestrutura básica (casas, estradas, energias, etc.). O terceiro enfoque do projeto é a cuidadosa avaliação da experiência, uma vez que esta é uma abordagem nova em reforma agrária, necessitando pois de ajustes durante sua implementação (PEREIRA; PAULA, 2001, p.1)”.

A polêmica foi criada e o movimento social (MST, CPT, ONGs) avalia que as regras do programa e sua implementação têm como objetivo esvaziar a organização e fortalecimento no campo. Críticas foram tecidas, estudos foram realizados. A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (ONG brasileira que tem como missão acompanhar e intervir junto às ações das agências multilaterais de financiamento no Brasil), com sede em Brasília, juntamente com vários organismos da sociedade civil (CPT, CONTAG, MST), solicita um painel de inspeção ao Banco Mundial, o maior financiador, para apurar o andamento do programa. Vários estudos foram feitos, no entanto, nada de concreto foi apresentado ao movimento dos trabalhadores, e os resultados de muitas pesquisas realizadas pelo governo não foram divulgados.

Sem estudos aprofundados, é criado o Banco da Terra em 1998, e, em 2001, o Crédito Fundiário. Mesmo assim, entre 1997 e 2000, o programa Cédula da terra, financiou o assentamento de 15 mil famílias. No Ceará até 2001, financiou a compra de 223 propriedades, assentando um total de 3.641 famílias.

2.1.3 Ações Governamentais - Resposta aos Movimentos Sociais no Campo

A história de organização e luta dos trabalhadores rurais no Brasil mostra a capacidade de articulação em torno de interesses e poder de pressão diante do governo, para garantir atendimento às reivindicações. Grandes partes atendidas, outras não. Sem nenhuma ingenuidade, os trabalhadores conseguem administrar algumas delas que camuflam interesses dos setores contrários.

Nas décadas de 50-60 do século XX, quando as Ligas Camponesas se rearticularam no Nordeste tendo como principal luta a Reforma Agrária e obtiveram a desapropriação do Engenho de Galiléia, em Pernambuco, as forças políticas, representadas pelo poder do latifúndio, se organizam com o intuito de arrefecer o movimento. Neste sentido, ao invés de entregar a terra aos Galileus, criaram a Companhia de Revenda e Colonização com o firme propósito de garantir o controle sobre a organização e o pagamento da terra, tirando dos Galileus a autonomia quanto à gestão das terras.

A articulação dos trabalhadores e trabalhadores no campo nordestino avançou. O movimento dos lavradores e pecuaristas se fortalece e a bandeira da Reforma Agrária assume uma dimensão maior, com repercussão em todo o Nordeste. Usando como preocupação e disfarce o separatismo político, resultado do descompasso entre o desenvolvimento no Sul e no Nordeste, no final da década de 50, empresários, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio do governo de Juscelino Kubitschek, promovem em Garanhuns-Pernambuco um seminário sobre o Desenvolvimento do Nordeste, que dá origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ambos voltados para realizar programas e políticas com vistas à superação do estado de pobreza e subdesenvolvimento que, na visão de alguns economistas, tinha origem no Nordeste.

Entretanto, em pleno 2002, quarenta e três anos depois, a realidade não é diferente. O Nordeste continua em estado de pobreza e miséria.

Enquanto isto, medidas semelhantes são adotadas, como algo inovador, como veremos a seguir.

Na década de 80, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, diminuem as possibilidades de emprego e aumenta a limitação das políticas agrícolas no campo. Cresce o número de famílias sem terra e sua organização em torno da Reforma Agrária. O Movimento dos Trabalhadores, nascido no Sul na década de 70, expande-se por todo país e se transforma na mais poderosa pressão ao governo federal. Articula trabalhadores e trabalhadoras que estão no campo, sem terra, e nas periferias das cidades, expulsos de suas áreas de produção, para ocupar terras e latifúndios improdutivos, como estratégia de fazer acontecer, na prática, a Reforma Agrária.

Trabalhadores e trabalhadoras se unem com vistas à Constituinte, mobilizando organizações sociais, movimento sindical, popular, partidos políticos do Brasil inteiro na elaboração de uma proposta de Reforma Agrária para o país. Surge a UDR como alternativa dos latifundiários para reagir, pressionar, combater, frear os movimentos populares e em especial o MST e propor outra política agrária.

Apesar de toda mobilização dos movimentos populares rurais e urbanos e das reivindicações em torno das propostas à Constituinte, não foi garantida a vitória dos trabalhadores. Os artigos aprovados na Constituição relacionados à Reforma Agrária representam, em maior grau, interesses dos grandes proprietários e integrantes do empresariado rural moderno.

Ao reler o artigo Reforma Agrária: Concepções, controvérsias e questões, de Leonilde Servolo de Medeiros (1993), é possível fazer uma grande retrospectiva em relação a todo o processo da votação das propostas de Reforma Agrária na Constituinte. Com a derrota da proposta do PNRA e, conseqüentemente, de uma leitura desapropriacionista do Estatuto da Terra, a grande batalha no sentido de institucionalizar canais que viabilizassem a realização de transformações significativas na estrutura fundiária deu-se na Constituinte .

A Constituição de 1988 tem inscrita em seu texto a Reforma Agrária, como um tema do capítulo da "Ordem econômica e social". Nela foi

assegurado que a propriedade deve atender à sua função social (art. 5º, XXIII), com uma definição explícita do que se entende por tal (aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores). Isso não impediu, no entanto, que a Carta Magna contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à Reforma Agrária. Entre eles, destacam-se: a)- as desapropriações devem ser feitas mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 20 anos, a partir do segundo ano. Com isso, consolida-se a tendência dominante, mas que fora questionada em meados dos anos 80, através da proposta do PNRA para que a desapropriação não tivesse o caráter de púnico pelo não uso adequado da terra; b)- tornam-se insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural bem como a propriedade produtiva. As definições dessas categorias seriam objeto de legislação própria; c)- o caráter ambíguo e vago dos critérios de cumprimento de função social (exceto no que se refere ao item III, referente à observância das disposições que regulam as relações de trabalho). Com essas restrições, a Constituição tornou o "latifúndio" insuscetível de desapropriação, pelo menos até que fosse regulamentado o tema através de uma "lei agrária", e eliminou o caráter punitivo, reivindicado pelos movimentos populares, às desapropriações .

Em que pesem as denúncias das entidades de representação e de apoio dos trabalhadores do campo, articuladas em torno da CNRA, sobre os óbices que a nova Constituição trouxe à Reforma Agrária, apontando para as contradições internas do texto, até mesmo a regulamentação da questão foi sendo adiada . Foram necessários quase cinco anos para que essa regulamentação fosse feita e, quando sua discussão se iniciou, nova batalha parlamentar se travou, fazendo reviver o "bloco ruralista".

A "Lei Agrária" (Lei nº 8.629, de 25/2/93), tal como aprovada pelo Legislativo, definiu que a propriedade que não cumprir sua função social é passível de desapropriação; manteve os critérios constitucionais para definição

da função social; estabeleceu que as terras rurais públicas (de domínio da União, dos estados ou municípios) passariam a ser destinadas preferencialmente à execução da Reforma Agrária; confirmou o banimento dos termos da lei da categoria "latifúndio", substituído por um critério menos politizado, de tamanho definido modularmente. O critério de produtividade (que já estava contido no Estatuto da Terra, para definir categorias de imóveis) explicitou-se com maior precisão (art. 6º).

Na disputa pela regulamentação, travada nos estreitos termos da Constituição de 1988, as entidades representativas dos trabalhadores conseguiram que o Presidente da República vetasse alguns artigos mantidos pela Câmara e que oporiam óbices ainda maiores a processos desapropriatórios. Trata-se em especial do art. 17, que estabelecia uma escala de desapropriação segundo critérios de produtividade em nível nacional. O veto restabelece a escala de micro-região, meso-região e grande região, alegando que, nos termos da lei, a imposição legal de que "a ordem vocacional das propriedades eleitas para assentamento não pode ferir a preferência de localização na região dos beneficiários". Um outro veto refere-se ao artigo que determinava que o proprietário teria a posse do imóvel desapropriado até o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos da ação de desapropriação. (Lei Agrária 8.629, de 25/2/93 - Retirado da Constituição Brasileira) .

O modo como os governos tratam a Reforma Agrária no Brasil fundamenta-se sempre no descaso, na indiferença. Por exemplo a primeira fase do governo Fernando Henrique Cardoso, em relação à Reforma Agrária, foi de apatia, omissão e imobilismo. Com a pressão organizada pelos movimentos populares no campo e na cidade, as ações de pressão e ocupação do MST, o massacre de Corumbiara em Rondônia em 1995, e de Eldorado dos Carajás no Pará, o governo passou a olhar com outros olhos a situação agrária. O MST intensifica sua ação, e o governo começa a sair do imobilismo, propondo políticas fundamentadas no projeto neoliberal. Na esfera agrária, essa estratégia se expressa por meio de ações e esforços voltados para consolidar a chamada "Reforma Agrária de Mercado".

Neste sentido, para dar vida a este projeto, no lugar da desapropriação, o governo segue a orientação do Banco Mundial e institui mecanismo de compra e venda de terra entre latifundiários e trabalhadores sem terra e minifundistas. Paralelo aos processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária, e sem nenhum estudo mais aprofundado de seus resultados, o governo federal criou, em 1996, novo programa de distribuição de terras no Ceará, implantado a partir de fevereiro de 1997, denominado “Reforma Agrária Solidária”. Este foi ampliado para quatro outros estados do Nordeste com o nome “Programa Cédula da Terra”, cuja concepção se baseia na chamada “Reforma Agrária baseada no Mercado”. Em seguida, amplia para outros estados e cria o Banco da Terra, que está sendo implantado em todo país, e o Crédito Fundiário em quatorze estados.

Apesar de tantas lutas dos trabalhadores ante as estratégias montadas pelos governos para amenizar o problema, o povo trabalhador, homens, mulheres, jovens, adultos do campo, não perdem a esperança, como bem traduz a música.

2.1.4 Características das Desapropriações de Terra no Brasil e no Ceará – 1980 - 1990

As desapropriações de terra no Brasil vêm acontecendo com as seguintes características:

1. Desapropriação por interesse social de áreas onde trabalhadores são moradores e lutam para permanecer na terra, fundamentada no Estatuto da Terra, Lei nº 4.504. Após identificar o conflito, a terra é desapropriada para fins de regularização de direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da política agrícola.

A situação mais comum no Nordeste brasileiro, em relação ao uso da terra, é a seguinte: os trabalhadores usam a terra para plantar, recebem do proprietário a terra bruta, ou seja, sem nenhuma benfeitoria ou vantagem (conhecida como “terra nua”) para fazê-la produzir, e pagar a renda que o

proprietário estabelecer. A aprovação do Estatuto da Terra fixou regras para esta relação de arrendamento e parceria. Ao receber a terra nua (a terra bruta com mata e sem cercado, sem sementes, adubos, implementos agrícolas), todos os custos cabem ao trabalhador que, no final da safra, paga 10% da produção ao patrão. Se o dono da terra contribui, cerca a terra, oferece sementes e os insumos necessários, no final da safra o trabalhador paga uma renda que varia entre 20% e 30%.

Essa lei é desrespeitada pela maioria dos proprietários, cuja prática é fornecer a terra nua e exigir no final da safra 50, 40 e, no mínimo, 30% da produção. Daí o motivo de muitos conflitos e tensões sociais no campo no Nordeste. Diante desta situação, nas décadas de 70 e 80, no Nordeste brasileiro, trabalhadores rurais organizaram-se em comunidades e lutaram no intuito de fazer valer o Estatuto da Terra, passando a pagar aos patrões apenas 10% da sua produção. Acirraram-se os conflitos e assim as desapropriações, com violência e até assassinatos. Essa foi uma das características das desapropriações no Nordeste, e particularmente no Ceará, de 1985 a 1994, constituindo a maioria dos assentamentos do estado.

2. Desapropriação também por interesse social, mas provocada por ocupação das terras ociosas e improdutivas, pelos trabalhadores sem terra. A criação do MST, ocorrido em 1985, foi fruto das ocupações que iniciaram por volta de 1979.

“Esse tipo de ocupação passa a acontecer no Brasil na década de 70, principalmente no Rio Grande do Sul, que se destaca não apenas pela agricultura modernizada, mas também pelos sérios conflitos que vêm acontecendo entre colonos sem terra e os grandes fazendeiros pecuaristas (STÉDILLE; GORGEN, 1991, p. 21)”

3. Desapropriação por utilidade pública, quando convém ao Estado construir alguma obra ou utilizar determinada área para fins de seu interesse. No Ceará, pode ser citado como exemplo a Barragem do Castanhão, em Jaguaribara, que levou à desapropriação de terras, até mesmo produtivas, com conseguinte reassentamento das famílias. O mesmo acontece com os moradores

nas áreas do entorno do Porto do Pecém, município de São Gonçalo do Amarante, e freqüentemente em outras barragens.

4. Por fim, o usucapião que garante ao dono ou morador (aquele que trabalha a terra) da área o direito de uso e de propriedade.

Os dois primeiros casos das desapropriações por interesse social tiveram a marca da organização e luta. Mesmo assim, de acordo com informações, nenhuma das áreas desapropriadas de 1980 até os dias hoje, conseguiu se emancipar do INCRA e dos financiamentos, mesmo com as condições oferecidas.

Isto só vem comprovar que as políticas de assentamento ou os programas de acesso à terra adotados até hoje pelo governo federal, não têm respondido às necessidades e diversidades do país, principalmente do Nordeste. O acesso à terra oferece poucas condições de produção. Por outro lado, os programas de compra de terras não são fundamentados na realidade e diversidade do Brasil e do Nordeste. O Reforma Agrária Solidária, por exemplo, é baseado em realidades de outros países, cuja meta é assentar famílias, sob orientação do banco financiador, BIRD, como forma de reduzir a pobreza rural. São medidas baseadas no modelo de desenvolvimento tradicional que prioriza o crescimento econômico, em detrimento do social, do humano e do meio ambiente.

Apesar de tantas lutas, adoção de programas que não resolvem o problema da fome e da miséria, o povo trabalhador, homens e mulheres, jovens e adultos, não perdem a esperança em ter a sonhada terra “prometida”, como bem traduz a música.

Grande esperança

*A classe roceira e classe operária,
ansiosa espera a Reforma Agrária,
sabendo que ela dará solução
para situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
e cada roceiro plantar sua área,
sei que na miséria, ninguém viveria,*

*e a produção já aumentaria
quinhentos por cento até na pecuária.
Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferido em brio
Dentro de um país, rico e altaneiro
Morre brasileiro de fome e de frio
Em nossa manchester rica em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
A desigualdade que vive é tamanha
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando o salário
Que sobe depois que tudo subiu
produção...(Livro de cantos populares - Diocese de Crateús)*

2.2 O Novo Mundo Rural

2.2.1 Contextualização do Projeto Piloto no Ceará

2.2.1.1 Indicadores e Situação de Pobreza do Ceará no Contexto Brasileiro

O Brasil se destaca como um dos países de maior concentração de terra e renda, resultado do modelo de desenvolvimento que vem sendo consolidado desde a colonização. Mais recentemente, fundamentado nas idéias da política econômica do projeto neoliberal, ou seja, um modelo no qual o culto ao mercado passou a ser o indicativo para solução de todos os problemas, incluindo-se o fundiário.

Esse paradigma de desenvolvimento tem provocado o aumento de problemas sociais graves como a fome, a miséria, a prostituição e a violência. No ano de 1997 as pesquisas indicam o Brasil, o Nordeste e o Ceará no *ranking* dos mais pobres.

Baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), o professor José de Jesus Sousa Lemos, da UFC, elaborou o Mapa da pobreza no Brasil, que mede o índice de pobreza para os estados brasileiros em 1997, como mostram a TABELA 2 e a FIGURA 1 a seguir.

TABELA 2 - Proporções de pobres nas áreas rural e urbana, sobre população total - Brasil e regiões – 1990 e 1997.

Regiões	Urbano (%)		Rural (%)	
	1990	1997	1990	1997
Sul	16,8	21,96	28,9	47,08
Sudeste	17,7	17,64	27,1	42,76
Nordeste	43,8	41,60	49,1	69,25
Centro-Oeste	23,2	32,34	31,8	62,31
Norte	-	-	-	-
Brasil	26,8	24,71	39,2	58,35

Fonte: Mapa da pobreza no Brasil - elaborado pelo professor José de Jesus Sousa Lemos - UFC.

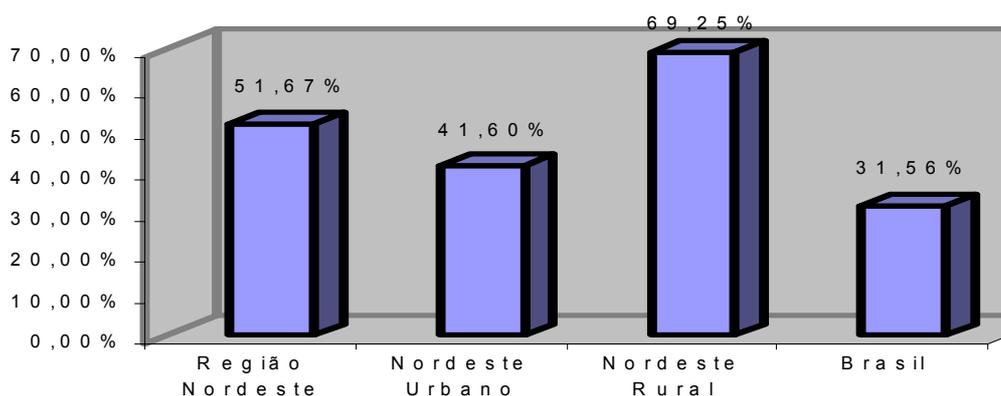


FIGURA 1 - Índices de pobreza no Nordeste – 1997.

Gerada a partir das informações do Mapa da Fome, de autoria do professor Lemos - UFC.

Vale destacar que esses percentuais relacionam-se aos 31,56% de pobres no Brasil em 1997. Ou seja, o Nordeste é a região de maior percentual de pobreza no país.

O Nordeste se destaca também em analfabetismo. Dos 15,12% de analfabetos brasileiros, 27,90% estão no Nordeste. E a maior concentração, como pode-se verificar na FIGURA 2, está no Nordeste rural.

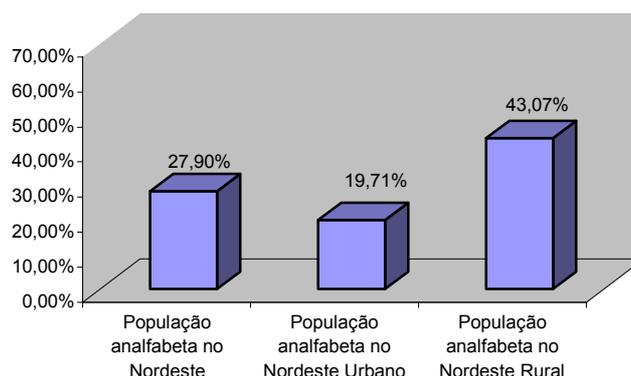


FIGURA 2 – Percentual da população analfabeta no Nordeste – 1997.

Gerada a partir das informações do Mapa da Fome, de autoria do professor Lemos- UFC.

Convém lembrar que o Nordeste é campeão nos indicadores de pobreza, tanto que no Brasil existem 23,89% de domicílios sem água encanada, e, destes, 38,31% estão no Nordeste, com o maior percentual na zona rural, como mostra a FIGURA 3. A mesma realidade se repete em relação ao saneamento básico. No Brasil, 40,07% da população não têm acesso aos serviços de saneamento básico; destes, 28,38% estão nos centros urbanos e 85,60% na zona rural. Novamente o Nordeste sobressai. Ou seja, dos 40,07%, o Nordeste detém 66,66%, e destes, 92,74% estão no Nordeste rural.

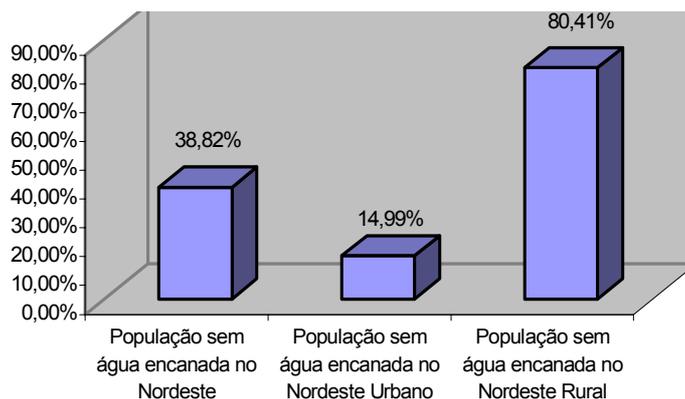


FIGURA 3 – Percentual da população sem acesso a água encanada no Nordeste.

Gerada a partir das informações do Mapa da Fome, de autoria do professor Lemos – UFC.

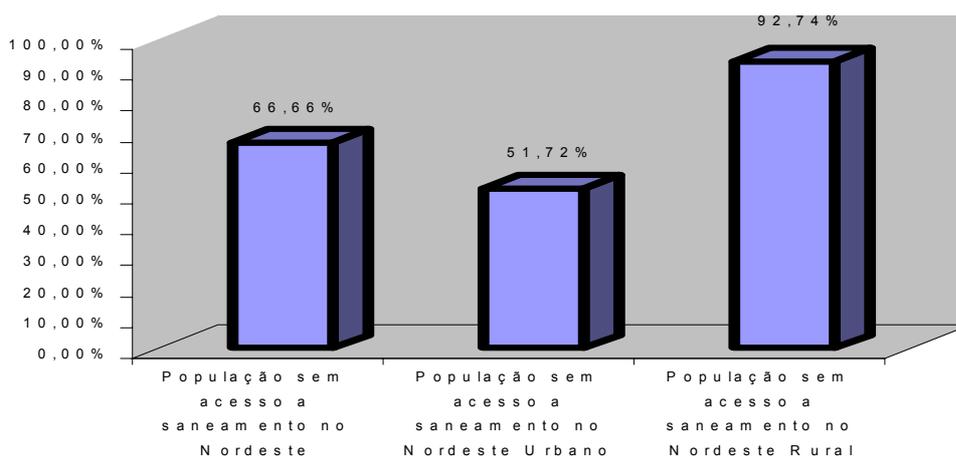


FIGURA 4 – Percentual da população sem acesso a saneamento básico no Nordeste – 1997

Mapa da pobreza no Brasil - elaborado pelo professor José de Jesus Sousa Lemos - UFC.

Em relação à renda familiar, pode-se observar o seguinte: da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de 0 a 3 salários mínimos, há no Brasil 38,89% de domicílios. Destes, 32,09% se concentram nos centros urbanos e 68,17% na zona rural. No Nordeste existem 62,61%

das famílias que sobrevivem com esta faixa de renda. Destes, o maior percentual é no rural, com 80,44% .

Estas informações fundamentam as afirmações sobre a ineficácia das políticas de desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento rural, voltadas para as populações pobres do campo. Todos os percentuais que indicam concentração de pobreza, analfabetismo, ausência de saneamento básico, entre 1990 e 1997, estão no Nordeste e principalmente no Nordeste rural.

Estes indicadores atribuem aos responsáveis pela implementação dos programas, um profundo descomprometimento político em resolver o problema da pobreza. As análises sobre a eficácia e eficiência na aplicação dos mesmos comprovam o nível de falta de seriedade, compromisso e vontade política dos governantes. Se faz necessário analisar não só do ponto de vista da política nacional, mas sobretudo a questão da regionalização.

O problema é também regional. Se o Sudeste é a região que apresenta menor percentual de pobres, com 20,49% de acordo com o Mapa da fome do Professor Lemos - UFC, o que pode medir essa diferença? São as oportunidades destinadas à região pelo governo? São as condições climáticas específicas de cada realidade regional? Ou são as estruturas operacionais políticas que se diferenciam de região para região? Se não existir um diagnóstico que identifique tamanhas diferenças regionais, não adianta criar novas políticas ou programas para o campo.

Neste sentido, o professor Frederico de Castro Neves, em seu livro **Imagens do Nordeste**, faz uma reconstrução do conceito de Nordeste, tendo como elemento fundamental a seca entre 1978-1983. Aponta elementos que aprofundam as disparidades regionais e avaliam projetos implantados com objetivo de vencer a situação de pobreza. Analisa o Nordeste como uma instituição de racionalidade econômica, destacando três princípios básicos fundamentados na idéia do crescimento infalível e ilimitado das capacidades de produção.

“Primeiro, o ponto de vista dos projetos, programas e análises sobre o Nordeste é o da necessidade da capacidade de aproveitamento

ótimo das potencialidades regionais. Estas mal exploradas ou inexploradas são incapazes de incorporar a totalidade da região à economia de mercado. Segundo, em consequência destas medidas, as soluções propostas apontam entre outras coisas para o aumento da produtividade. E por último pode-se constatar a permanência da questão regional e que as terapias para sua solução prosseguem centradas na busca de taxas aceleradas do crescimento econômico, e na suposição de que os efeitos e benefícios desse crescimento seriam disseminados pela população (NEVES, 1994, p. 25-26)".

O Nordeste destaca-se como a região possuidora dos piores índices de desenvolvimento. A pobreza cada vez mais se concentra no Nordeste Rural. Em que se diferencia o planejamento e aplicação das políticas regionais? Qual seu caráter? O que caracteriza as diferenças dos indicadores regionais?

O crescimento econômico por si só não garante o desenvolvimento de uma região ou município. Faz-se necessário casar o objeto social com o objeto econômico.

Sabe-se perfeitamente que falta de indicadores sobre essa realidade não é o problema. A prova é que organismos internacionais vêm tratando de construir dados para uma melhor aplicabilidade dos recursos financiados pelas agências multilaterais e bilaterais.

De acordo com o relatório do Banco Mundial, de 1999, utilizando a linha de pobreza (o limite de R\$ 65 por mês *per capita*), a taxa de pobreza do Ceará é de 49% em comparação com 23% no Brasil, 9% no Sudeste e 48% no Nordeste, onde 56% de todos os pobres estão na zona rural. Esses dados diferem em pequena proporção do Mapa da pobreza produzido pelo professor Lemos. Por exemplo, no Nordeste, em 1997, havia 51,67% de pobres, dos quais, 41,60% estavam na zona urbana e 69,25% na zona rural.

Para entender melhor o processo evolutivo da concentração de renda no Brasil, pode-se observar a TABELA 3, verificando a evolução dos indicadores, em dois momentos, de 1977 a 1987, e de 1988 a 1998.

TABELA 3 - Evolução temporal dos indicadores de desigualdades de renda

NO	COEFICIENTE DE GINI	ÍNDICE DE THEIL	RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 20% MAIS RICOS E OS 20% MAIS POBRES	RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E OS 40% MAIS POBRES
977	0,62	0,91	27,5	26,8
978	0,60	0,74	31,2	25,0
979	0,59	0,72	24,0	22,6
981	0,59	0,69	24,2	22,0
982	0,60	0,72	25,9	23,2
983	0,60	0,73	25,9	23,7
984	0,59	0,71	23,8	22,6
985	0,60	0,76	25,6	23,8
986	0,59	0,73	24,2	22,3
987	0,60	0,75	27,9	34,7
988	0,62	0,79	31,1	27,3
989	0,64	0,91	34,5	30,7
990	0,62	0,78	31,4	27,1
992	0,58	0,70	26,8	21,8
993	0,60	0,77	28,9	24,5
995	0,60	0,74	28,1	24,1
996	0,60	0,73	29,9	24,6
1997*	0,60	0,74	29,2	24,5
1998	0,60	0,74	28,2	24,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNDA).

A maior redução no grau de desigualdade pode ser verificada entre os anos de 1989 e 1992. No restante, há uma estabilidade resistente nos indicadores. Vale lembrar que no ano de 1997 é quando se dá a implantação do Programa Reforma Agrária Solidária.

2.2.1.2 O Estado do Ceará.

Dentro de toda essa realidade situa-se o Ceará, estado localizado no semi-árido do Nordeste, com uma área de 146.817 km² e regiões geoambientais diferenciadas: serra, sertão e litoral. O maior ambiente é o sertão, com 106.817 km², equivalendo a 72,75% do território; o litoral com 15.000 km² equivale a 10,21% e as serras ocupam uma área de 25.000 km², correspondendo a 17,02% do território cearense. De acordo com dados da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ceará, 95% do território cearense é constituído de semi-árido, com predominância de solos cristalinos e limitada disponibilidade de águas subterrâneas. Sobre evolução da concentração de renda, índices de pobreza e indigência, ver tabelas no anexo 1.

De acordo com a Pesquisa por Amostragem de Domicílio (PNAD) 2000, existe evidências sobre a situação de pobreza no Ceará. O Estado tem uma participação de 4,50 do total da população brasileira. No Nordeste perde para os estados da Bahia e Pernambuco. Dos 53.933,96 de pobres no Brasil, o Ceará tem uma participação de 4.247,29. A proporção de pobres no Brasil em 1997 é de 33,92, no Ceará é de 59,31. Em termos gerais, de todos os pobres do Brasil, 7,87 estão no Ceará.

Quanto à população rural, a Pesquisa por Amostragem de Domicílio (PNAD), indica que, em 1997, o Ceará teve uma participação de 7,45 do total da população rural do Brasil, perdendo apenas para Bahia e Maranhão. Quanto ao número de pobres, em 1997, no Brasil é de 18.965,83. Deste total, o Ceará possui 1.950,11.

Têm-se, portanto, duas informações: uma do Banco Mundial, de 1999, que apresenta a linha de pobreza, por meio da renda *per capita* de R\$ 65,00 mês, o que vai indicar a taxa de pobreza de 49% em relação aos 23% do Brasil. E a estrutura de pobreza no Brasil de 1997, definida pela PNAD em 2000. Nos dois casos, as duas metodologias de pesquisa sobre a pobreza no Brasil e no Ceará apresentam dados muito altos, principalmente considerando a proporcionalidade das populações por estado. Ao verificar a localização da população pobre, a maior concentração está no Nordeste e no meio rural.

2.2.1.3 Nascedouro do Projeto Piloto no Ceará

Apesar das diversas políticas implementadas nas últimas décadas, o quadro demonstra preocupação, apesar das informações dos órgãos governamentais apresentarem um quadro bastante otimista sobre a exploração e produção agropecuária.

O governo do Estado do Ceará, em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável, elaborado para o período de 1995-1998, definiu algumas prioridades na área de ordenamento do espaço, sobressaindo entre elas, o programa de organização fundiária. A partir de 1995, o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará passa a desenvolver estudos sobre a situação do mercado de terras e a avaliar como se apresentam os mecanismos historicamente utilizados para realizar a Reforma Agrária no Ceará. Os resultados desses estudos levaram a governo do Estado a elaborar uma proposta de Reforma Agrária alternativa ao processo existente de acesso à terra, que deveria funcionar de maneira mais ágil, simples, sem burocracia, descentralizada e participativa.

De acordo com o documento do Banco Mundial, intitulado “A Reforma Agrária assistida pelo mercado”, o novo enfoque traduzido por José Nelson Bessa Maia, apresenta a proposta da experiência, já vivenciada em outros países, para o governo brasileiro.

Em agosto de 1996, é criado o Fundo Rotativo de Terras (FTR), o que facilitou a viabilidade da parceria com o Banco Mundial para a criação do componente Ação Fundiária do Projeto São José, transformando-se em um projeto piloto, mediante concessão de crédito para compra de terras, conhecido como Reforma Agrária Solidária. Quarenta e quatro projetos de assentamentos foram financiados de janeiro a dezembro de 1997, por meio do Reforma Agrária Solidária, com o objetivo de reduzir a pobreza no campo.

O programa constitui-se, basicamente, na instituição de uma linha de crédito para compra de terras por trabalhadores sem terra e minifundistas que, segundo o governo, oferece vantagens que justificam a criação do programa com medidas eficazes e ágeis.

“O Ministério Extraordinário de Política Fundiária justificava a criação e implementação do Cédula, afirmando que esse projeto possibilitaria: desideologização da reforma agrária; o barateamento e aceleração dos assentamentos via mercado; a pacificação do campo, com sem terras e latifundiários negociando diretamente a compra e venda de terras; a contribuição do Ministério para o esforço fiscal através da contenção de gastos (SAUER, 1999, p. 23)”.

As principais características desse programa na sua origem, em 1997, eram: concessão de crédito para aquisição de terras; recuperação integral dos recursos; capitalização do valor de crédito via aplicação de juros de longo prazo (TJLP: taxa de juro de longo prazo); perda da propriedade da terra caso a associação torne-se inadimplente; autonomia dos beneficiários em relação aos recursos financeiros (IDACE, 1998).

O governo do estado definiu novos rumos para o desenvolvimento agrícola e rural no Ceará. O documento “ Rumo ao desenvolvimento Rural no Ceará”, registra que a agricultura emprega, em média, 40% de todas as pessoas que trabalham no Estado. Em algumas áreas chega a 80% e é exatamente neste setor que se concentra a maior pobreza, segundo estudos do Banco Mundial.

“Atualmente, 77% da população empregada na agricultura do Estado está abaixo da linha de pobreza. Isso significa tecnicamente um rendimento “per capita” inferior a US\$ 65,00 mensais (SDR, 1999, p. 29)”.

Esse contexto de extrema pobreza, caracterizada tanto pela baixa renda monetária familiar quanto pela omissão de políticas públicas voltadas para oferecer uma qualidade de vida saudável à população cearense, é utilizado pelo BIRD para justificar a criação do programa. Assim surge o Projeto Piloto de Ação Fundiária do Projeto São José, que denominou-se de “Reforma Agrária Solidária”, como segmento ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará.

O discurso oficial, divulgado por meio do MDA e NEAD, afirma que:

“Em relação a questão agrária, após a promulgação da Constituição de 1988, a questão da abrangência, em certa medida, foi definida. Ao caracterizar que as áreas produtivas não seriam desapropriáveis, a Constituição seguiu o que dispunha a Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra) e adicionou uma outra categoria de imóveis rurais imunes à desapropriação: aqueles com área inferior a 15 módulos. Muitas experiências de aquisição de terras através do mecanismo de compra e venda foram realizadas tanto pelo INCRA como pelos Estados, já previstos, inclusive pelo próprio Estatuto da Terra. Tais experiências terminavam por reproduzir o modelo básico da reforma agrária: a incorporação de terras ao patrimônio público para futura redistribuição. Em verdade, a utilização de diferentes instrumentos para a promoção e execução da reforma agrária se compatibiliza com a idéia de ampliação do seu alcance. Com relação à abrangência, ela pode ser ampliada graças às formas de transferência de terras através do mecanismo da negociação. A transferência diretamente aos grupos interessados introduz uma nova modalidade, que pode incorporar virtualidades aos mecanismos tradicionais, desde que adotados os contrapesos essenciais: transparência e participação. O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza surge como uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com apoio do Banco Mundial, e que vem contando, desde a sua origem, com a participação da Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que reivindicava, há longos anos, um programa de Crédito Fundiário complementar aos programas tradicionais de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar (MDA, 1998, p.318)”.

No seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, realizado pelo MDA em 1998 em Fortaleza, representantes do Banco Mundial apresentaram a proposta de continuidade do Programa para o Nordeste e expressaram a seguinte proposta.

“Combater a pobreza rural, significa na visão do Banco Mundial, oferecer medidas que favoreça o crescimento econômico através do aumento da produtividade e da competitividade para combater a pobreza. O crescimento agrícola será um elemento chave para reduzir a pobreza; o documento também toma por base reformas macro-econômicas em curso com uma moeda estável., o acesso ao mercado, no combate às desigualdades, maior participação do setor privado e descentralização das ações e políticas públicas (MDA, 1998, p. 319-319)”.

Para o governo brasileiro e o Banco Mundial, pobreza é entendida como ausência de renda monetária, saúde, habitação, escolaridade e exclusão do mercado. A pobreza não pode ser analisada apenas sob o ponto de vista da ausência ou carência de bens materiais ou o não acesso ao mercado de consumo.

“A pobreza entendida como forma de repressão que ressalta seu caráter também político, já que numa ótica apenas econômica, ela tende a ser definida como situação apenas dada, herdada, como se o problema se alocasse somente ao nível de pobre, deixando de lado a consideração da dinâmica social que dicotomiza grupos sociais e os mantém pobres (DEMO, 1980, p.10)”.

Além de Pedro Demo, outros teóricos trabalham o conceito de pobreza que perpassa os indicadores de renda monetária, saúde, habitação e escolaridade. A pobreza não é uma situação natural, mas produto de tipos

históricos de organização da sociedade, ou paradigmas de desenvolvimentos. Pobreza não é carestia dada, é desigualdade produzida.

“A pobreza possui muitos rostos e vai bem além da pouca renda. Ela reflete também nas más condições de saúde e educação, na falta de acesso ao saber, nas possibilidades de comunicação, na impossibilidade de exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência de dignidade, de confiança, de respeito próprio. É preciso acrescentar a degradação do meio ambiente e o empobrecimento de países inteiros, nos quais a quase totalidade da população vive na pobreza (DESTREMAU; SALAMA, 1999, p. 82)”.

Ainda com base em informações oficiais (MDA, 1998), o financiamento de imóveis rurais se destina exclusivamente a famílias de trabalhadores sem-terra ou minifundiários, observando, entre outros, os seguintes aspectos principais:

“Financiamento para aquisição de imóvel rural: sem limite preestabelecido e integral, reembolsável no prazo de até 15 anos, com quatro de carência, juros baseados na TJLP, mediante concessão de crédito do Fundo rotativo de terras- FRT; Investimentos prioritários de infra-estrutura, produtivo e social, financiado pelo Projeto São José, Obedecendo os critérios de elegibilidade, procedimentos e normas do mesmo. Neste caso, os investimentos são concedidos a fundo perdido; Público alvo são trabalhadores rurais sem-terra (assalariados, parceiros, pequenos arrendatários) e os que possuem pouca terra, localizados em áreas elegíveis do projeto São José e organizados em associações; Os imóveis elegíveis com potencialidades de exploração sustentável de seus recursos naturais e infra-estrutura produtiva capaz de, com baixo nível de investimentos adicionais, dar suporte às famílias demandantes (MDA, 1998 p. 318)⁵”.

⁵ Atualmente alteradas através das normas e procedimentos para repactuação dos contratos de financiamentos de imóveis rurais, referentes ao componente Ação Fundiária do projeto São José.

Em decorrência das normas de repactuação dos contratos de financiamentos, por meio do Conselho Diretor do Fundo Rotativo de Terras do Estado do Ceará, de acordo com o art. 2º. da Lei 13.070 de 10/2000 e do art. 6º, do Decreto nº 26.368 de 9/2001, são feitas as seguintes regulamentações:

“Considerando que após avaliação procedida pela SDR , EMATERCE e IDACE, nos 44 contratos de financiamentos através do Projeto Ação Fundiária no âmbito do Projeto São José, concluiu-se como necessária e imprescindível a adoção de uma forma de flexibilização das referidas condições originais firmados com o Agente Financeiro; Considerando que essa flexibilização das condições de financiamento dos contratos originais de Ação Fundiária, visa equiparar essas condições, àquelas prevaletentes nos Programas subseqüentes, atualmente de abrangência nacional (programa Cédula da Terra e Crédito Fundiário), que apresentam maior compatibilidade com a capacidade de pagamento das famílias rurais atendidas. As condições dos financiamentos previstos nos referidos contratos, serão alterados através de escritura pública de aditivo de Re-Ratificação, devendo prevalecer o novo Decreto do FRT no. 26.368 de 13.09.2001. Além das demais alterações, está o prazo de 20 anos , incluindo 03 anos de carência. Ou seja, a carência será de 03 anos adicionados do período de tempo correspondente a data do vencimento da primeira prestação, até a data da repactuação. Adicionalmente a carência será acrescida de até 12 meses no final do qual vencerá a primeira prestação” (SDR-Governo do Estado, 2002, p:1,3,5)”.

Desde que foi anunciado, as entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo fazem severas críticas ao projeto, apontando problemas técnicos e políticos. Principalmente porque ele fere a Constituição Brasileira quando afirma que:

“A Reforma Agrária deve ser feita mediante desapropriação de grandes áreas de terras (área superior a 15 módulos fiscais) que não cumprem função social ou são consideradas improdutivas. São classificados como improdutivos os imóveis rurais que não atingem o percentual de 80% no grau de utilização da terra explorável ou

que não alcançam o grau de produtividade de 100% em relação aos índices de rendimento por hectare (SAUER, 2002, p. 13).⁶“

A crítica feita pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária contra a violência no Campo, não altera na sua essência, com as modificações realizadas.

2.2.1.4 Programa Reforma Agrária Solidária e a Relação com o Banco Mundial

O Banco Mundial produziu o documento **Estratégia de desenvolvimento rural e plano de ação para a América Latina e Caribe**, resultado de trabalho inicial denominado **Da visão à ação - uma estratégia setorial**, elaborado em 1998, que tem por objetivo favorecer o debate e a implementação de políticas de desenvolvimento rural no continente latino-americano. Seu enfoque central é “reduzir a pobreza rural e promover um crescimento com base ampla no contexto do manejo sustentável dos recursos naturais” (SAUER, 2002, p.4).

Analisando a partir da realidade da América Latina, o plano de ação estabelece três elementos considerados fundamentais pelo banco para o desenvolvimento rural: a criação e manutenção de um ambiente macroeconômico e comercial favorável; uma nova institucionalidade e boa administração e ainda estrutura de confiança que regule e atraia expressiva participação do setor privado, proporcionando melhor funcionamento do mercado (MDA, 1998 p.319).

A lógica do documento está baseada na necessidade de crescimento econômico com a pretensão de combater as desigualdades como fator

⁶ Pesquisa Cédula da Terra: estudo de caso do Ceará apresentado no seminário realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em maio de 2002. Texto elaborado tomando como referência o relatório nacional da pesquisa sobre a Cédula da Terra (coordenada por várias entidades do Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo) em fase de elaboração por Sérgio Sauer, Mestre em Filosofia pela University of Bergen (Noruega) e Doutor pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

limitante do desenvolvimento. Esta é uma decisão limitada, haja vista a realidade de um continente como a América Latina, marcado por profundas desigualdades, tendo como raiz a concentração da renda e da propriedade. A limitação do programa em combater as desigualdades a partir do crescimento econômico já foi objeto de estudo e análise do Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no campo.

“O documento é baseado numa inversão do real, pois a desigualdade - entendida como resultado da pobreza - é vista como impedimento ao crescimento econômico. Não há qualquer referência à implantação histórica de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração da renda e da riqueza, gerando pobreza e desigualdade em todo Continente (SAUER, 2002, p. 5)”.

Para não se tecer uma análise equivocada da posição do Banco Mundial, é preciso entender a lógica do documento. Na verdade, a maior preocupação é capacitar os pequenos agricultores, sem terra, pobres, para competir economicamente no mercado com vistas a aumentar sua inserção no mercado de consumo. A intenção de envolver as pessoas diretamente nas ações dos projetos tem acima de qualquer boa vontade o interesse de legitimação de tais projetos.

De acordo com o texto de Sérgio Sauer sobre o plano do Banco Mundial, mesmo havendo manifestação do interesse da participação comunitária, em nenhum momento o plano de ação do Banco Mundial se refere aos movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil organizada, e até mesmo desconhece qualquer representatividade política desses movimentos. Assim também é o problema da concentração fundiária, pois o que o Banco Mundial quer é assegurar as transações e, conseqüentemente, aquecer o mercado de terras. Desta forma, a pesquisa quer identificar como estas propostas se sustentam na prática e como garantem a melhoria de vida mediante redução da pobreza rural entre as famílias mutuárias.

Os recursos do programa Cédula da Terra em seu lançamento foram em torno de US\$ 150 milhões, dos quais US\$ 90 milhões desembolsados pelo Banco Mundial nos três anos iniciais, ou seja, entre 1997 e 1999, destinados a financiar infra-estrutura produtiva e social. Os outros US\$ 60 milhões são fontes internas divididas entre governos federal e estaduais e os beneficiários, usados para financiar aquisição de terras. Estes recursos incluem os 44 projetos do Reforma Agrária Solidária, Projeto São José - Ação Fundiária e mais o Cédula da Terra.

No ano de 1997, foram destinados R\$ 3.948.991,34 aos 44 projetos do Reforma Agrária Solidária, Projeto São José - Ação Fundiária, no Ceará, para contratação dos imóveis.

De acordo com informações do IDACE, foi criado o Banco da Terra no Ceará com finalidade de financiar a compra da terra, mas está em fase de transição. As operações ainda são realizadas através do Cédula da Terra.

O Programa Reforma Agrária Solidária, na opinião das entidades que compõem Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, deveria seguir a proposta inicial de ser apenas um projeto experimental, principalmente, para identificar os impactos, eficiência e eficácia do projeto na vida das famílias beneficiadas.

Os consultores contratados pelo NEAD têm outra opinião. Antônio Márcio Buainain e José Maria da Silveira tratam as estruturas de governanças de forma eficiente. Afirmam que o programa piloto é bem-sucedido, portanto, deverá ser ampliado.

Afirmam a necessidade de assentar 50 mil famílias por ano, a custos inferiores, e com maior celeridade, do que aqueles que vêm sendo promovidos pelo INCRA (Buainain, 2000, p.167). No entanto, precisa ser dito que, antes mesmo de um julgamento mais criterioso, uma pesquisa com maior espaço temporal⁷ para avaliar os resultados da experiência (todas as avaliações oficiais foram feitas em 1997, 1998, quando ainda não havia elementos suficientes para concluir), o programa foi ampliado para o Cédula da Terra, em

⁷ Ademais, a última pesquisa de avaliação que foi realizada em 2000, os dados oficiais não estão disponíveis.

seguida a criação do Banco da Terra em alguns estados. Por fim é criado o Crédito Fundiário.

De acordo com estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável (NEAD) (1999), em dezoito meses, o Programa Cédula da Terra seguimento do Programa Reforma Agrária Solidária, alcançou sua meta prevista, que era assentar 15 mil famílias no prazo de três anos. Este dado está relacionado a um dos objetivos do programa, a desburocratização para atingir metas previstas.

Para Navarro (1998), o modelo deste programa, sua forma de implantação, seus mecanismos e características estariam apontando no sentido de que esta nova forma de acesso à terra (viabilizada por ações tipicamente relacionadas às transações comerciais usuais de um mercado de terras estabelecido, daí gerando sua denominação informal de “Reforma Agrária de Mercado”) poderia representar uma real opção à conflituosa e problemática - política e administrativamente – via desapropriação tradicional. Esta, pelos fatos já constatados, não seria uma afirmação mais adequada diante das indagações, dúvidas e contradições existentes sobre o Programa Cédula da Terra.

O programa está em fase de transição, mas conforme as regras iniciais do Crédito Fundiário, que é a continuidade do Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra e Banco da Terra, ele não possibilita alterações na estrutura das grandes propriedades, pois a compra dos imóveis está limitada à área de até quinze módulos fiscais. Por isto mesmo, a medida reforça o modelo concentrador dos meios de produção. As famílias adquirentes da terra terão um prazo de vinte anos para pagar a terra, com três de carência, ou quatro, no caso da repactuação do piloto. Não é possível cumprir esse compromisso com o banco, pois as culturas que produzem em curto espaço de tempo são as de subsistência (milho, feijão, mandioca), que além de terem preço muito baixo, mal suprem a manutenção da família. Considerando essa realidade, como e de que forma o Reforma Agrária Solidária ou o Cédula da Terra contribuirá para a redução da pobreza?

O programa coloca a terra dentro de uma lógica mercantil, pagando preço de mercado apenas pelas terras de proprietários, que por sua

ineficiência "econômico-social", em tese, não valem esse preço. Assim, não propicia alteração significativa na estrutura da propriedade, como comentado anteriormente, preservando as grandes propriedades. O Programa Cédula da Terra reforça o modelo concentrador dos meios de produção, já que só alcança pequenas e médias propriedades. Desta forma, não há indicações de que, com tal medida, seja possível desconcentrar a terra e a renda para redução de pobreza e melhoria de vida das famílias.

De acordo com informações do INCRA (2002), após a implantação do Reforma Agrária Solidária, de 1997 a 2002, 127 áreas foram desapropriadas, sendo 47 em 1997, 53 em 1998, sete em 1999, dezessete em 2000, uma em 2000 e duas em 2002. Estes dados mostram, de forma gradual, a redução das desapropriações por meio do INCRA.

Os estudos realizados pelo NEAD (1998) tendem a apontar o sucesso da experiência piloto e afirmar que as críticas apresentadas pelos atores sociais da Reforma Agrária (organizações de representação dos trabalhadores: sindicatos de trabalhadores rurais; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Pastoral da Terra; ONGs) ao modelo de Reforma Agrária de mercado, são de cunho político-ideológico, feitas por desconhecimento do programa e fundadas em suposições, não em evidências (NAVARRO, 1998, p.9).

Considerando que o Programa Reforma Agrária Solidária se estende por todo o Nordeste, assumindo denominações diferentes: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário, duas forças distintas se posicionam ante o programa. De um lado, os órgãos oficiais de defesa como NEAD e MDA, do outro, as entidades que compõem o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Na verdade, as críticas do Fórum não podem ser reduzidas ao sucesso (econômico, por exemplo) muitas críticas são conceituais, ideológicas, como por exemplo o conceito de pobreza tão discutido atualmente, mas tem dimensões bem mais profundas.

As posturas assumidas por ambas as partes, embora algumas com fundamentos, são prematuras no sentido de que definidas ainda no início do

programa, sem elementos suficientes para se confirmar os pressupostos que conduziriam ao sucesso ou insucesso.

Quando o NEAD realizou o estudo: Projeto Piloto “Cédula da Terra” - Comentários sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente, (da Terra, 1998) em agosto de 1998, o programa estava recém-lançado. Não havia informações oficiais sobre se as famílias que compraram a terra a partir de 1997 tinham conseguido pagar a primeira parcela do financiamento. As referências oficiais do programa sobre a sustentabilidade eram incipientes, mesmo assim, o governo federal o ampliou para outras regiões e vinculou a estratégia do governo do Ceará ao discurso do Banco Mundial - redução de pobreza no campo.

A partir dos dados de pobreza levantados pelo Banco Mundial em seu relatório de 1999, recomenda-se: a) concentrar todos os serviços governamentais de apoio à extensão rural (assistência técnica, crédito) nos pequenos agricultores; b) continuar e ampliar o Projeto São José e a Reforma Agrária Solidária, mas aumentar a transparência na seleção de projetos e assegurar apoio às associações comunitárias. Ou seja, ao ampliar para o Programa Cédula da Terra explicitar e priorizar esta recomendação, o que se precisa investigar é a veracidade de sua sustentabilidade de modo que venha proporcionar a redução da pobreza.

Ao evoluir de Reforma Agrária Solidária para Cédula da Terra, Banco da Terra e por último Crédito Fundiário, o programa foi sendo modificado à mercê das avaliações e observações de técnicos do governo. Ao que se sabe, até então, o Programa de Crédito Fundiário, que é o mais recente e, segundo afirma o Secretario de Agricultura do Estado do Ceará, Pedro Sisnando Leite, o Crédito Fundiário é um aprimoramento, uma melhoria, do Piloto Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra e Banco da terra. No processo das modificações, as avaliações já constatadas pelos mutuários e pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo não foram consideradas, com exceção das últimas mudanças quanto ao pagamento, carência e taxa de juro.

O Estado atuará também na execução do convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para aumentar ao máximo os assentamentos e melhorar a qualidade dos existentes, conforme o modelo descentralizado de Reforma Agrária e o Programa Novo Mundo Rural (SDR, 2002, p. 59).

Sabe-se perfeitamente da fragilidade dessas propostas.

“Em primeiro lugar, o Cédula perdeu completamente o seu caráter experimental com a criação e implementação, também com considerável suporte financeiro do Banco Mundial, do Banco da Terra, antes mesmo da conclusão do projeto piloto. Conseqüentemente, todas as propostas e compromissos de avaliação do processo de implantação e viabilidade desse projeto não passaram de promessas vazias para amenizar a resistência dos movimentos sociais organizados. Em segundo lugar, esse projeto não tem um caráter puramente complementar. Esse argumento também é falacioso porque os recursos estão sendo massivamente deslocados do orçamento do INCRA para o Banco da Terra, com o apoio do Banco Mundial (Dossiê, Programa Cédula da Terra, 1999, Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo)”.

Mas a população trabalhadora vai despertando para essas promessas, como mostra o poema a seguir.

Roceiro

*Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão,
Tenho as mãos calejadas meu senhor
Me falta terra, falta casa e falta pão
Não sei aonde é o Brasil do lavrador. (bis)
Este país é do tamanho de um continente
Mas não tem terra para o homem da mão grossa
De norte a sul, de nascente a poente
Vive à procura de um lugar pra fazer roça.
Escuto o rádio e fico cheio de alegria
Quando se fala que a Reforma vai chegar.
Espero um ano, espero dois e só se cria*

*Falsos projetos prá poder me tapiar.
Sou um soldado retirante sem medalha
Sou estrangeiro quando pego a reclamar
Sou camponês que usa tanga e sandália
Sou brasileiro só na hora de votar.
Só tenho enxada e um título de eleitor
Para votar em seu fulano educado
Que não faz nada pelo pobre agricultor
Que não tem terra pra fazer o seu roçado.
Eu sou comprado por cem gramas de sorriso
Mas sou cismado com um grau de traição
Já vou fugindo dos que têm o rosto liso
Que só me enxergam no tempo da eleição.
(Livro de cantos populares - Diocese de Crateús)*

III – METODOLOGIA

As constatações deste trabalho resultam de uma construção estruturada mediante um conjunto de procedimentos, envolvendo métodos quantitativos e qualitativos, dados secundários e primários iniciados em 2000, quando da elaboração do projeto, definindo o objeto de estudo e as referências teóricas para análise dos dados coletados.

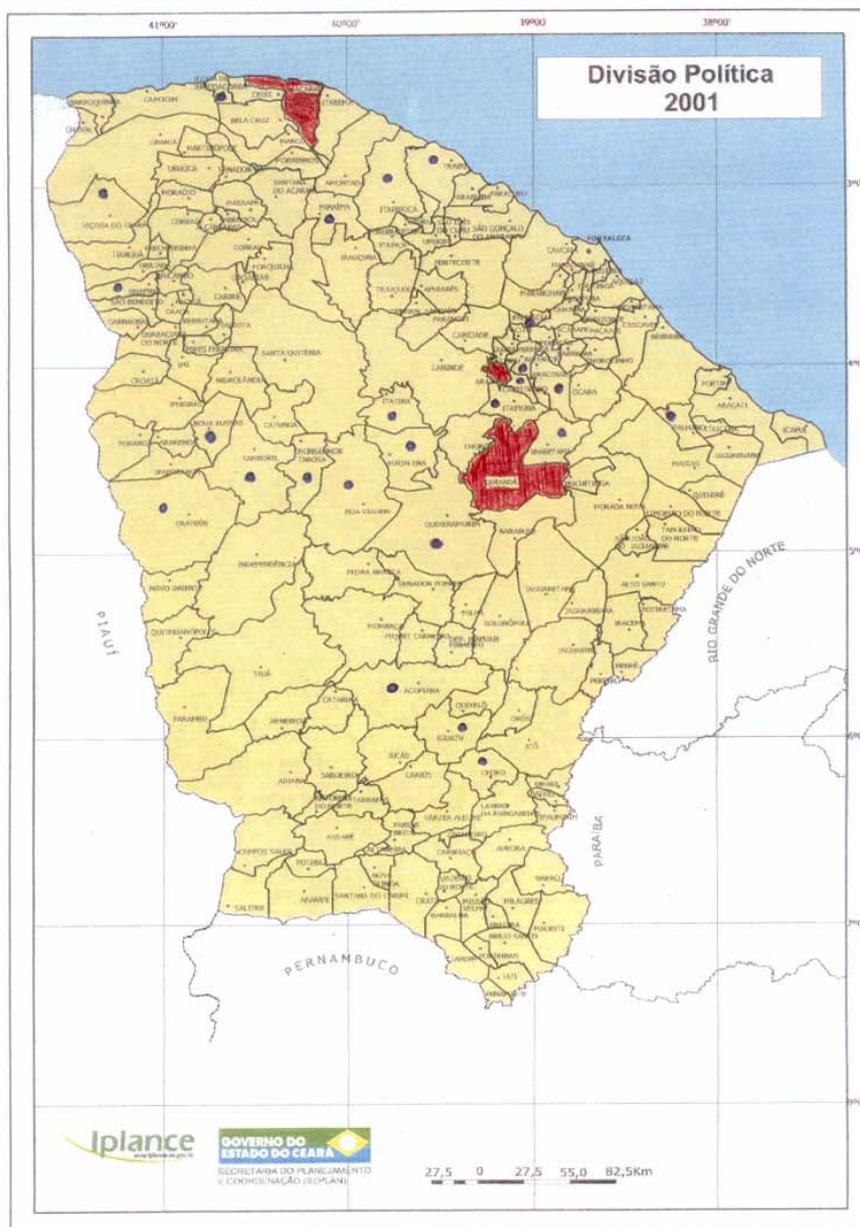
Analisar o Programa Reforma Agrária Solidária exige um resgate da trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para conquistar a terra, envolvem atores da Reforma Agrária e governo. Neste sentido, a revisão da bibliografia existente foi fundamental para conhecer todo o processo de mobilidade da população rural, em face dos movimentos, as organizações da classe trabalhadora e o comportamento do governo diante dos problemas rurais.

A metodologia utilizada permite o conhecimento anterior da realidade das áreas trabalhadas e as condições das famílias beneficiadas, até os impactos positivos e/ou negativos na vida das famílias dentro da área adquirida.

3.1 Procedimentos Metodológicos

3.2 Área de Estudo

(Mapa do Estado do Ceará, com as áreas estudadas).



ASSENTAMENTO DO PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA - EXPERIÊNCIA PILOTO - PROJETO SÃO JOSÉ
LEGENDA

■ - MUNICÍPIOS ONDE ESTÃO IMPLANTADOS O PROGRAMA

■ - MUNICÍPIOS QUE FIZERAM PARTE DO ESTUDO.

3.2.1 Fazenda Video - Município de Aratuba

A fazenda Video está localizada no município de Aratuba, a 9km da sede do município e 122km da capital do Estado do Ceará. Tem uma população de 12.357 habitantes (Censo 2000). O acesso principal é feito por uma estrada de calçamento saindo de Aratuba até o imóvel. Para a capital do estado, o acesso se efetua através da CE-065, CE-060 e CE-356. Limita-se ao norte com o município de Mulungu; ao sul com Itapiúna e Capistrano; a leste com Capistrano e a oeste com Canindé. Integra a microrregião da serra de Baturité. Antes da compra do imóvel, todos moravam na comunidade de Urubu, onde foi iniciada a organização em 1996 com apoio da pastoral da paróquia de Aratuba, com o objetivo de conseguir energia elétrica por meio do Projeto São José. Eram dezesseis famílias, a maioria sem terra e algumas com pouca terra. Todas trabalhavam em propriedades próximas à comunidade onde moravam. Plantavam milho, feijão, fava, tomate, beterraba, cenoura, pimentão. No entanto, quase nada sobrava, pois pagavam uma renda de 50% ao patrão.

A comercialização dos produtos, na maioria das vezes, era realizada pelo patrão, ex-proprietário. Com base em informações do ex-proprietário da fazenda Video sobre a existência do Programa Reforma Agrária Solidária, financiado pelo Projeto São José, a associação passou a procurar um imóvel que comportasse todas as famílias. Infelizmente, a área disponível para venda nas proximidades era de apenas 148 hectares. Fizeram a compra, mas só oito famílias conseguiram obter a terra. Neste caso, foi o próprio proprietário que se encarregou de divulgar o programa e colocar sua terra à venda.

De acordo com os dados contidos no Plano de Desenvolvimento do imóvel elaborado pela EMATER e IDACE, neste local os solos predominantes são: podzólicos vermelho-amarelo, eutrófico e distrófico e bruno não cálcico. Algumas partes, embora apresentem razoáveis qualidades para produção agrícola, possuem limitações quanto ao relevo, com declividade e mecanização e elevado risco de erosão hídrica. Embora pobres e medianamente férteis os solos têm aptidões especiais para cultura de ciclo curto nas áreas de sertão e serra, como feijão,

mandioca e algodão herbáceo. Existem, ainda, aqueles apropriados a culturas de ciclos longos na região da serra, como plantas cítricas, coqueiro, cajueiro e outras fruteiras. A vegetação predominante é a caatinga arbustiva densa e matas secas. Os recursos hídricos são limitados, a água é salitrada. Por isso, não se utiliza para consumo humano, e é inapropriada para irrigação (PDA - 2000).

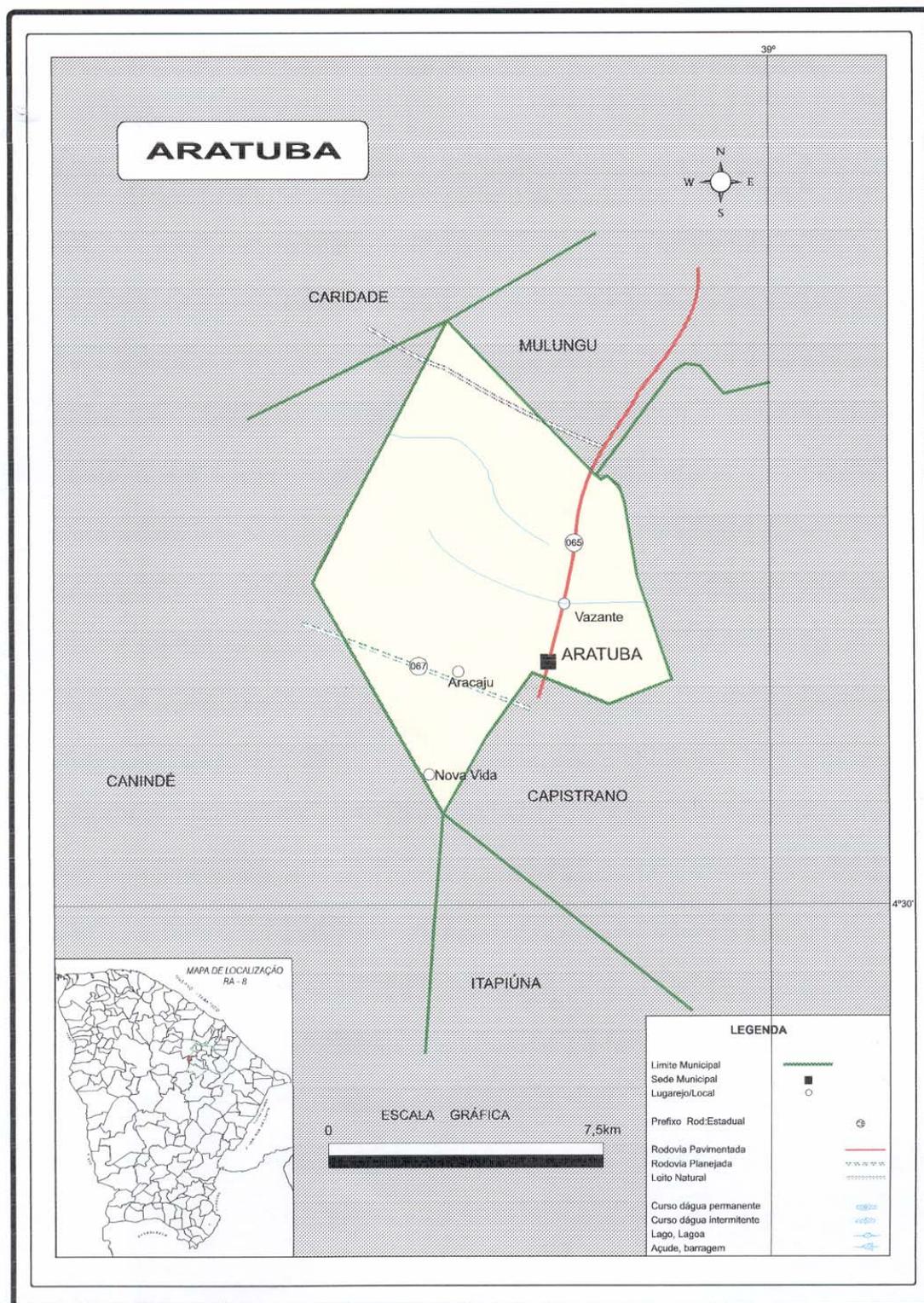
A terra foi adquirida por R\$ 40.280,00 (quarenta mil, duzentos e oitenta reais) a serem pagos em quinze anos, tendo quatro anos de carência. O valor, por família, é de R\$ 5.035,00 sem os cálculos de juros. As famílias receberam ainda R\$ 16.120,00 (dezesesseis mil, cento e vinte reais) para construção de oito casas, recurso este não reembolsável. Além desses dois recursos, as oito famílias contraíram outra dívida no total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) referente ao projeto emergencial de frente de serviço, para construção de dois cacimbões, uma caixa-d'água de 30.000 litros, 500 metros de rede elétrica e aquisição de um motor de 3,5 CV. Este último valor é reembolsável em dez anos, com carência de quatro anos e um rebate de 50% do saldo devedor se a dívida for paga no prazo determinado. Dividindo também esse valor pelas famílias cabe aproximadamente R\$ 1.750,00 por família, sem os cálculos de juros, mas nenhum mutuário conseguiu pagar no período estabelecido. Somem-se, ainda, R\$ 7.685,00 à dívida por família, sem os juros, só com compra da terra e infra-estrutura de investimento. Os recursos referentes à construção das casas são a fundo perdido, portanto, não estão incluídos nesta soma.

Atualmente a comunidade possui uma unidade escolar que conta apenas com uma sala de aula, onde funcionam as turmas I e II pela manhã e à tarde. Os demais alunos que estão em outro nível de escolaridade, até a 8ª série, se dirigem até as localidades de More e Barriguda, com distância de aproximadamente 3 km, em caminhão fornecido pela Prefeitura. Apesar de haver dotação orçamentária para transporte escolar, este vem sendo realizado sem a segurança adequada.

No aspecto da saúde, o atendimento é precário. Segundo informações dos mutuários e dados secundários do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), um agente de saúde visita as famílias uma a duas vezes por mês e a cada

quinze dias há um atendimento médico com consultas, distribuição de remédios e vacinação.

O mapa a seguir mostra os locais onde foi implantado o Projeto Reforma Agrária Solidária em 1997.

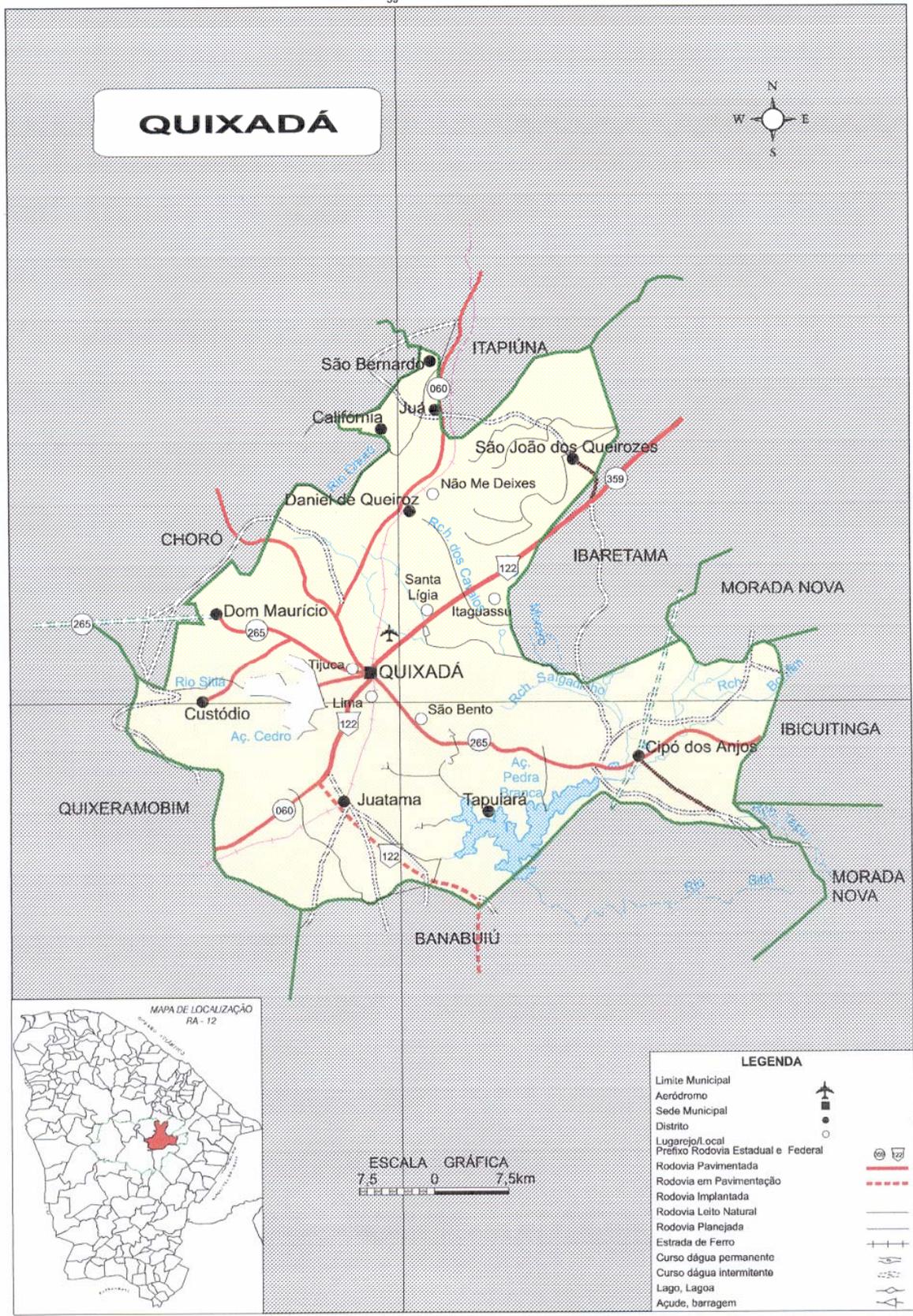


3.2.2 Imóvel Tapuio do Meio II – Município de Quixadá

O imóvel Tapuio do Meio localiza-se em Quixadá, a 57km da sede do município e a 168km da capital do Estado do Ceará. Os principais acessos a Quixadá, partindo de Fortaleza, são através das rodovias BR-116 - 122/359 - CE-359 (152km) e da ferrovia (Estrada de Ferro de Baturité), compreendendo uma distância de 190km. A distância em linha reta é de 144km. Quixadá limita-se ao norte com Itapiúna e Choró; ao sul, com Banabuiú; a Leste, com Morada Nova, Ibaretama e Ibicuitinga e a Oeste com Quixeramobim e Choró. Possui uma população estimada pelo censo do IBGE de 1999 de 69.504 habitantes, densidade populacional de 27,16 hab./km².

O imóvel situa-se entre Quixadá e Ibicuitinga e o percurso até a comunidade é feito por estrada carroçável. São 1.262 hectares comprados por 207.900,00 (duzentos e sete mil e novecentos reais) para 35 famílias, na época da compra; hoje permanecem 34 famílias, cabendo a cada família uma dívida de R\$ 5.940,00, sem contabilizar os juros. Um dos maiores problemas enfrentados pelos mutuários é a falta de água, pois a que existe é salinizada, imprópria para consumo humano e não aproveitável para irrigação.

As informações contidas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado pelo IDACE e EMATER, indicam que o clima é semi-árido. Os solos predominantes são do tipo planossolo, relativamente rasos, com camada arenosa sobre outra argilosa. A maioria das terras do imóvel são formadas por arisco de média fertilidade, próprio para culturas de feijão, milho, mandioca, sorgo, etc. Existe também massapê, próprio para milho e algodão. Em aproximadamente 300 hectares as terras são de carrasco e tabuleiro, prestando-se para criação de ovinos e caprinos.



O imóvel dispõe de dois açudes (médio e pequeno porte), que de acordo com a intensidade das chuvas chegam a armazenar água suficiente para seis meses a um ano. Mesmo assim, não serve para consumo humano, por salinizar muito rapidamente. A água das cacimbas é utilizada apenas para consumo animal, enquanto para consumo humano só é encontrada a 3km de distância.

A vegetação é de floresta caducifólia, além da caatinga densa. Como reserva legal, os mutuários mantêm uma área de 400 hectares. As culturas que predominam na área são: capim sorgo, feijão, milho, mandioca, capim mineirão. Na pecuária registra-se a criação de bovinos, ovinos e caprinos.

Existem dificuldades de organização e problemas de vivência coletiva por parte do grupo de famílias que adquiriram o imóvel, o que tem provocado rejeição ao trabalho coletivo.

3.2.3 Imóvel Córrego Manoel Luiz - Município de Acaraú

O imóvel Córrego Manoel Luiz está localizado no município de Acaraú. O acesso se realiza pela rodovia CE que liga a cidade de Acaraú a Itarema.

Acaraú dista de Fortaleza cerca de 233 km, possui uma área de 922 km² e é limitado ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul por Morrinhos, a leste por Itarema e a oeste pelos municípios de Cruz e Bela Cruz. Possui uma população 45.234 habitantes. Córrego Manoel Luiz é um imóvel que possui 206,80 hectares e dezessete famílias. Foi comprado pelo valor de R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais), gerando uma dívida de R\$ 5.700,00 por família, não incluídos os juros.

Possui clima ameno; solos predominantes do tipo podzólico - vermelho e distrófico (PV), incluindo-se solos profundos e raramente solos rasos. A textura varia de média a argilosa. Encontram-se também areias quartzosas (AM), com excesso de drenagem e baixos teores de argila. São solos aproveitados de preferência com culturas de coco, feijão e mandioca.

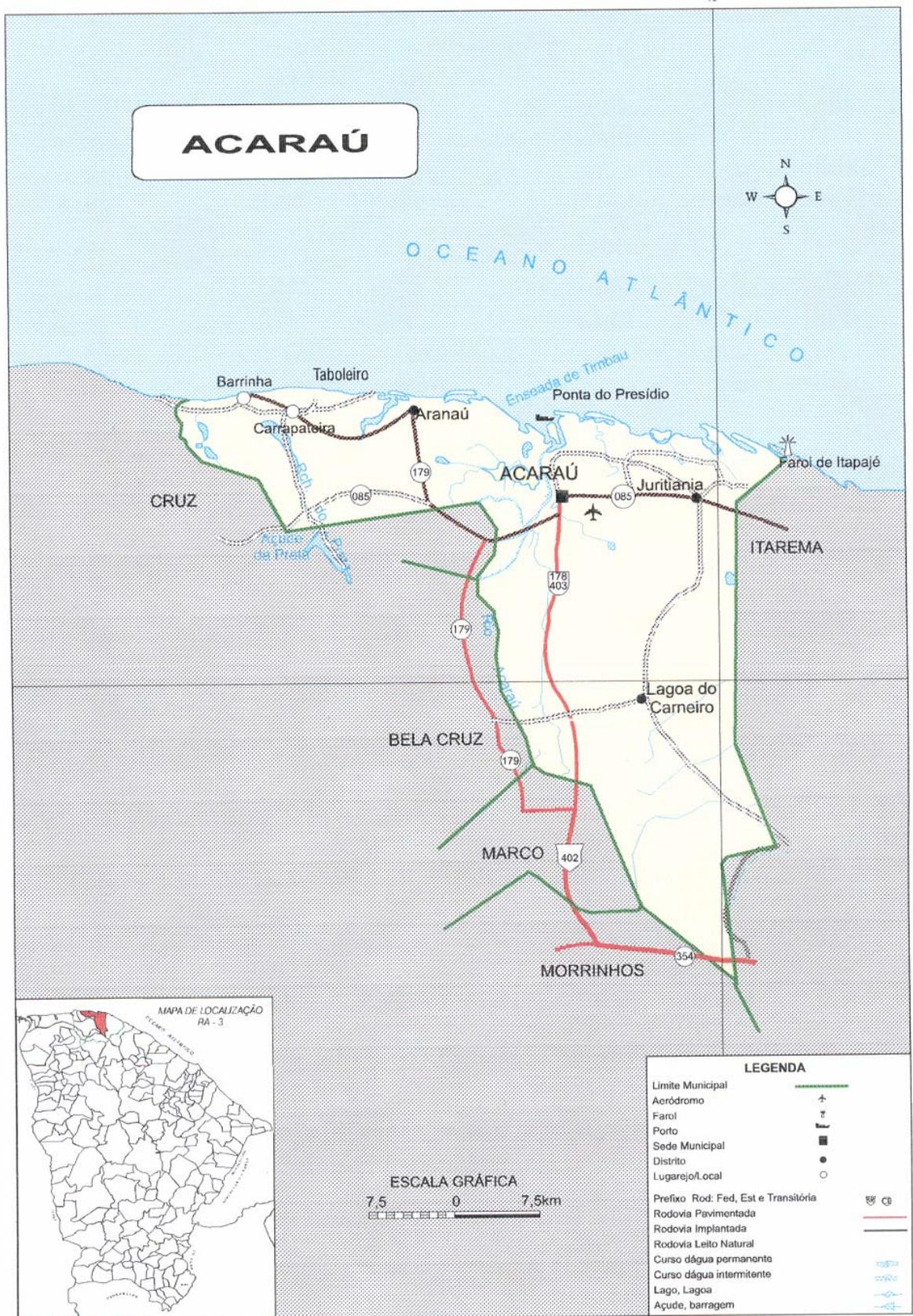
A área é cortada por um córrego corrente e o lençol freático é raso e abundante, com água aparentemente de boa qualidade para consumo humano e animal. De acordo com estudos dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por ocasião da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), existem recursos hídricos suficientes para desenvolver agricultura irrigada em boa parte do imóvel.

Há na área 22 hectares de culturas permanentes (coco e cajueiro); 94,80 hectares de culturas temporárias (milho, feijão e mandioca) e 5 hectares de pastagens litorâneas que estão sendo recuperadas, extintas há bastante tempo. Sua constituição tem vegetação da zona litorânea e grande parte da faixa de terreno costeiro é composta de material geológico clássico, de idade quaternária. Possui 15 hectares de área para preservação permanente, 45 hectares de reserva legal, 5 hectares inaproveitáveis e 20 hectares aproveitáveis mas não utilizados.

Na pecuária existe um rebanho bovino de 36 cabeças. Além da produção agrícola e pecuária, as mutuárias fazem renda de bilro em almofadas, como forma de complementação da renda familiar. A área foi beneficiada com créditos tais como:

- Custeio: R\$ 13.218,00 (coletivo) - advindos do PRONAF A
- Aquisição da terra: R\$ 95.400,00
- Habitação: R\$ 44.580,9
- Investimentos:
 - Coqueiro híbrido - 10 hectares = R\$ 43.875,00
 - Cajueiro anão precoce - 20 hectares = R\$ 77.690,00
 - Perfuração de dois poços = R\$ 14.630,00
 - Rede elétrica = R\$ 23.000,00

No geral os mutuários contraíram uma dívida no valor total de R\$ 254.595,00, o que equivale a R\$ 15.000,00 por família, sem calcular as taxas de juros.



3.3 População e Amostra

Os critérios para selecionar o universo da pesquisa foram: áreas localizadas entre os 27 municípios onde se se implantou o piloto “Reforma Agrária Solidária” em 1997; que represente os três ecossistemas do Ceará, ou seja, serra, sertão e litoral; áreas com maior número de famílias beneficiadas, já que o estudo restringe-se apenas a três experiências.

Considerando o pouco espaço de tempo para o trabalho de campo, definiu-se que a pesquisa se realizaria em três municípios, do total dos municípios onde o piloto foi implantado.

A escolha dos municípios foi mediante sorteio, procedendo-se da seguinte forma: foi feita a listagem dos municípios de cada ecossistema, tendo como critérios os integrantes do projeto. Fez-se o sorteio: um município do sertão, um da serra e outro do litoral. Os três municípios sorteados são: Acaraú (litoral); Aratuba (serra); Quixadá (sertão).

Após a definição dos municípios se fez a escolha das localidades e considerou-se como critério o maior número de famílias. Localidades escolhidas: Sítio Córrego Manoel Luiz, no município de Acaraú, com vinte famílias; Fazenda Tapuio do Meio, em Quixadá, com 35 famílias. No município de Aratuba, o imóvel com maior quantidade de famílias era o Santa Rita. No entanto, por solicitação do IDACE, substituiu-se pela Fazenda Video, com oito famílias, já que o Santa Rita estava com problemas de litígio e não havia dados reais sobre o tamanho da área e das famílias beneficiadas.

As áreas compradas não são grandes, limitando assim o número de famílias na terra. Mesmo tendo como critério comunidades com um maior número de famílias, ainda assim a população era pequena, e por considerar a população de pouco tamanho, optou-se por trabalhar com todas as famílias. Até porque todas se dispuseram e demonstraram interesse em participar, tanto das entrevistas escritas quanto das oficinas.

As três áreas que integram o estudo de caso, fazem parte dos 27 municípios onde se implantou o piloto que totaliza em 695 famílias beneficiadas, dessas 57 participaram do estudo.

3.4 Fonte de Dados

Os dados utilizados no referido trabalho são primários e secundários, revisados, organizados e coletados entre março de 2000 e janeiro de 2002.

A coleta dos dados primários foi feita mediante duas técnicas: 1) Entrevistas por meio de questionários (testados na comunidade de Sítio Baixo/Gamilieira, Tianguá, na serra da Ibiapaba). Após o teste os questionários foram alterados de modo que respondessem aos objetivos da pesquisa, apresentando dados relacionados aos indicadores de melhoria de vida econômicos, sociais e ambientais. 2) Oficinas (três, uma em cada imóvel) para resgatar a história anterior das famílias e registrar a organização social existente. As falas tanto das oficinas quanto das entrevistas revelaram o tipo de gestão predominante no imóvel. Todos eles administrados pelas associações locais, com assessoria pontual do IDACE.

Em relação às entrevistas, uma pessoa por família e outra pessoa representando a associação foram entrevistadas. No total, somam-se 61 pessoas, haja visto que quatro pessoas entrevistadas da fazenda Tapuio do Meio em Quixadá não moram mais na área.

Os dados secundários são: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, coletadas entre 2001 e 2002.

3.5 Métodos de Análise

Com as informações coletadas por meio das entrevistas nas três áreas, fez-se a tabulação e sistematização. Os dados construídos a partir das oficinas estão

relatados e registrados, de modo a facilitar às análises, com vistas a responder aos objetivos da pesquisa, Os produtos tanto das entrevistas quanto das oficinas foram objetos de análise descritiva e tabular. Para ter uma maior garantia de veracidade dos dados coletados, a investigação da sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária realizou-se mediante estudo desenvolvido nos primeiros imóveis que foram financiados pelo programa em 1997, conhecido como experiência piloto, haja vista o espaço temporal que supera o período de carência do programa.

3.5.1 Definição de Parâmetros de Análises

Do ponto de vista econômico, o instrumento de coleta permitiu o registro de variáveis como renda familiar⁸, consumo mensal das famílias, capacidade de produção por hectare, nível de inadimplência perante as entidades financeiras, onde foram contraídas as dívidas. Neste aspecto, as dificuldades foram imensas, pois as entidades financiadoras não disponibilizam com facilidade as informações necessárias e atualizadas. Desta forma, as análises sobre as dívidas baseiam-se em informações apenas dos/as mutuários/as.

No que se refere aos indicadores sociais, foram consideradas como parâmetros, as condições de vida das famílias, tendo como variáveis: moradia, higiene sanitária, alimentação educação, participação das mulheres no trabalho, nas entidades de representação (sindicato, associações, cooperativas), saúde, tipo de água consumida, infra-estrutura (estradas, energia, etc).

⁸ Renda familiar foi considerado renda domicílio. Renda monetária através da safra anual (quanto produziu de cada cultura em quantidade); consumo mensal de alimentos, remédios, insumos; consumo anual de roupas, calçados, utensílios e eletrodomésticos; remuneração de pessoas que trabalham como merendeiras, professoras, agentes de saúde; pensão, aposentadorias e quanto lucrou em dinheiro com a venda de excedente da produção ou de outras atividades econômicas como artesanato, pequenos animais, comércio.

Quanto ao meio ambiente, as variáveis foram: práticas de uso racional do solo, área de preservação legal, área de conservação, tratamento dado ao lixo, práticas agrícolas utilizadas, adubos e medidas de combate às pragas utilizadas.

Todas essas variáveis foram coletadas nas entrevistas por meio da aplicação do questionário. Outras mais qualitativas, relacionadas às relações sociais, organização, foram adquiridas tanto nas entrevistas quanto nas oficinas.

3.6 Fundamentação Teórica dos Parâmetros

Na revisão bibliográfica foram considerados documentos existentes sobre o programa produzido pelo IDACE, NEAD, UFC, SDR, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Rede Brasil, além de documentos diversos sobre Reforma Agrária adquiridos no INCRA, Banco do Nordeste e ONGs que estudam o tema.

Na conceituação de Max Neef, desenvolvimento humano é aquele que promove a superação das necessidades humanas fundamentais e a criação de níveis crescentes de autodependência e da articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e tecnologias de processos globais, integrando interesses pessoais e sociais, mediante um planejamento que garanta a autonomia da sociedade civil perante o Estado.

O desenvolvimento na escala humana orienta para a satisfação das necessidades humanas, para a autodependência. Requer um impulso inicial traduzido em política de mobilização da sociedade civil. Para promover intercâmbios, troca de experiências e mudar a estrutura, a mobilização social deverá assumir como desafio dois elementos fundamentais: O primeiro é potencializar o uso de recursos na construção de projetos coletivos de vida, levando em consideração a satisfação das necessidades humanas. O segundo é potencializar o desenvolvimento local para que sua influência extrapole os

limites dos espaços, de modo que possa contribuir na construção de nova hegemonia em âmbito nacional. Daí a importância de articular o micro com o macro. Vale destacar, porém, que tudo isso só terá sentido e garantia da sustentabilidade se a construção e a expansão desses projetos não se limitarem ao âmbito local, e ações individuais, mas conseguirem impor-se como referência de desenvolvimento de uma nação.

Fez-se a revisão de autores que tratam do tema pobreza, desenvolvimento, agricultura sustentável e melhoria de vida. A proposta é ir além dos conceitos adotados pelo Banco Mundial. Utilizam-se outros conceitos, como por exemplo o de Pedro Demo, onde o conceito de pobreza não é apenas material.

“A pobreza entendida como forma de repressão que ressalta seu caráter também político, já que numa ótica apenas econômica, ela tende a ser definida como situação apenas herdada, como se o problema se alocasse somente ao nível de pobre, deixando de lado a consideração da dinâmica social que docotomiza grupos sociais e os mantém pobres” (DEMO, 1980, p. 10)”.

Utilizou-se o conceito de pobreza de Destremau e Pierre Salama, quando abordam vários aspectos da pobreza, não a restringindo à ausência de escolaridade, de renda monetária, mas com raízes bem mais profundas.

“A pobreza possui muitos rostos e vai bem além da pouca renda. Ela reflete também nas más condições de vida de saúde e educação, na falta de acesso ao saber, nas possibilidades de comunicação, na impossibilidade de exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência de dignidade, de confiança, de respeito próprio. É preciso acrescentar a degradação do meio ambiente e o empobrecimento de países inteiros, nos quais a quase totalidade da população vive na pobreza. (DESTREMAU; SALAMA, 1999, p. 82)”.

Ainda nas análises sobre a sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária, considerou-se as condições de vida das famílias, as necessidades básicas a serem supridas e aí tanto se utilizou Destremeu e

Salama, como também se analisou o consumo a partir da visão de Baudrillard que desenvolveu um conceito de “Sociedade de Consumo”. Para ele, o consumo surge como modo ativo de relação, como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo nosso sistema cultural.

“Chegamos ao ponto em que o “consumo” invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estádio completo e “consumado” na evolução que vai da abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo, até à rede de ambiência sistemática inscrita nas cidades futuras que são os “drugstores”, os party 2 ou os aeroportos modernos (BAUDRILLARD, 1995, p.19)”.

Esse conceito não está sendo utilizado ou citado como negação da necessidade de adquirir determinados bens, mas do ponto de vista da inversão dos costumes e valores, influenciados a partir do poder da mídia. Como a cultura, os hábitos adquiridos expressam a falta de uma visão mais crítica da realidade, mais cidadã. A absorção de hábitos que não são considerados como necessidades primárias pode comprometer a sustentabilidade da melhoria de vida das famílias.

Analisar a sustentabilidade do programa considerando seus objetivos significa não perder de vista as condições globais, dentro de uma visão sistêmica a dinâmica do programa na vida das famílias beneficiadas. Desta forma, Henrique Rattner emprestará seu conceito do que vem a ser sustentável.

“O sustentável envolve condições de melhoria de vida para as populações, do ponto de vista social e econômico. O desenvolvimento Sustentável pode, assim, ser definido como um processo dinâmico de melhorias das condições de vida de uma

população. Minimizando o uso dos recursos naturais e provocando um mínimo de distúrbios ou desequilíbrios ao ecossistema (RATTNER, 1992, p.30)".

Não é possível, dentro de uma visão sistêmica, excluir, do conjunto das atividades que somarão as oportunidades que proporcionarão melhores condições de vida à população, a agricultura. Neste sentido, a avaliação terá como referência teórica o conceito definido por uma entidade da Cooperação Internacional da Holanda (ICCO), que desenvolve experiência na área do desenvolvimento sustentável. Para tanto, a agricultura não está dissociada do conjunto dos elementos que compõem o sistema em estudo.

"A sustentabilidade é um conceito dinâmico, relacionado com a capacidade de adaptação/adequação do sistema (social, agroecológico, econômico) em relação às mudanças internas ou externas ali geradas. Em outras palavras, trata-se de um sistema agropecuário sustentável capaz de recuperar-se de perturbações (secas, etc.) e de adaptar-se a novas condições externas (mercado por exemplo), mantendo sua vitalidade (ARMANI, 1998, p. 21)".

As informações coletadas, foram organizadas de acordo com as variáveis e indicadores definidos, por meio da estruturação de capítulos, a partir das análises e tendo como princípio, os objetivos.

O estudo trata dos aspectos relacionados à sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária, contemplando na sustentabilidade a redução e alívio da pobreza nas áreas onde o programa foi implantado; a melhoria de vida tanto do ponto de vista do governo quanto dos beneficiários do programa, relacionando-a com as teorias sobre pobreza, consumo, aquisição de novos hábitos.

IV - RESULTADOS DOS ESTUDOS - O CASO DO CEARÁ

A coleta de dados secundários e primários iniciada em 2001 e encerrada em março de 2002 fornece resultados que propiciam a oportunidade de analisar as condições de vida das famílias mutuárias. Identificar a qualidade de vida tendo como referência à situação anterior é tecer um contraponto com a situação atual. Neste sentido, faz-se uma análise e se avalia em que medida a melhoria de vida foi alcançada e se a redução de pobreza é real por meio da reestruturação fundiária, nas áreas estudadas.

Os resultados da pesquisa estão organizados em seis aspectos. Um primeiro volta-se para descrever os atores, caracterizando as famílias, mediante uma análise da composição, estrutura e tipo de família, faixa etária e escolaridade. O segundo, que ancora os indicadores econômicos e sociais do Programa Reforma Agrária Solidária, analisa o trabalho produtivo e a relação familiar, as culturas produzidas, hectares explorados por família, o sistema produtivo e o custo da produção. Um terceiro indicador de meio ambiente analisa o manejo do solo e dos recursos naturais e identifica os tratamentos culturais e insumos utilizados. O quarto aspecto analisa o nível de conhecimento por parte dos(as) mutuários(as), das regras e funcionamento do programa. O quinto volta-se para responder ao indicador da organização social, papel da associação, das demais organizações existentes e o engajamento das famílias. O sexto e último aspecto, analisa a melhoria de vida das famílias por meio de indicadores econômicos, sociais, culturais. Aprofunda-se a situação anterior e a situação atual. Hábitos adquiridos, alimentação, saúde, higiene sanitária, renda e consumo.

4.1 Caracterização das Famílias

As famílias compõem-se de pai, mãe e filhos. A TABELA 4, ilustra a composição das famílias nas três áreas pesquisadas. Não foram identificadas famílias agregadas na área, nem mais de uma família morando no mesmo domicílio. Fazendo uma leitura da tabela, o maior número de famílias são as pequenas, ou seja, com até cinco pessoas. Isso pode ter alguns significados. Primeiro, uma prática entre os casais do planejamento familiar, que exige orientação, educação sexual, o que não ficou evidente no estudo realizado. Segundo, pode representar a realidade das famílias que precisam migrar. Filhos ou filhas, maridos que se deslocam para as grandes cidades, ou mesmo as meninas que se deslocam para trabalhar como domésticas na sede do município ou na capital do estado. Um terceiro significado com possibilidade real é que, na sua grande maioria, as famílias são compostas de casais jovens que tem filhos ainda pequenos. Sem deixar de considerar também, nesta última justificativa, que os casais jovens tem mais informações, e planos diferentes de seus pais em relação à composição da família.

TABELA 4 - Número de pessoas por família

NÚMERO DE PESSOAS	% DE FAMÍLIAS
1 a 5 pessoas	56,14%
6 a 10 pessoas	38,60%
Acima de 10 pessoas	5,26%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo - Março de 2002.

A exemplo do depoimento a seguir, a preocupação com o futuro dos filhos e a sustentabilidade de suas vidas podem ser um indicador do número de pessoas que compõem a família.

“Hoje a coisa é diferente, a gente não pode encher a casa de filhos. Além de ser difícil dar o que comer, as terras estão minguadas, e quando crescerem não têm de onde tirar seu sustento (Mutuária, por ocasião de uma oficina na comunidade de Córrego Manoel Luiz, em Acaráu)”.

Ainda sobre a composição da família, fazendo o cruzamento dos dados dos membros das famílias com as faixas de idades, identificou-se que as grandes famílias são em um percentual menor e compostas por casais de idades mais adultas, acima de 50 anos. Nos estudos sobre a família no Brasil, predomina uma característica da família nuclear, conforme definido por Danda Prado, o que tem uma relação com o tipo de família existente nas áreas da pesquisa.

“Apesar da natureza das relações dentro de uma família serem aparentemente estáticas, elas vão se modificando através do tempo, principalmente no que se relaciona à propriedade dos filhos e da mulher, como nas suas relações de gênero. Mas no geral, a composição da família continua sendo o conjunto de pessoas aparentadas que vivem em uma mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou, ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção (PRADO, 1981, p. 7)”.

Quanto à estrutura familiar, no imóvel se obedece a uma norma que é quase geral, com raras exceções. Nas residências moram os donos da casa, considerados o chefe da família, a dona da casa, os filhos. Em algumas famílias, além dos filhos, há netos. A família é a referência de identificação do indivíduo. Tanto que o nome de família é uma forma de identificar a pessoa.

A identidade é um elemento muito forte em relação ao reconhecimento das pessoas. A família é uma das instituições que têm grande nível de contribuição na construção da identidade de um cidadão ou cidadã. As pessoas se identificam pelo local - habitat social; pelo grupo de amigos; pela religião, entre outros. Mas é na família que sua referência se evidencia com maior segurança. Para ilustrar esse argumento um exemplo ocorrido quando

de uma observação participante em oficina um jovem, dos poucos presentes, se apresentou dizendo o nome, o que fazia, onde morava; outras pessoas diziam o nome, o que faziam e de quem eram filhos.

“Meu nome é Raimundo, mas me chamam de Raimundo Ana, acho que é por causa da minha mãe. Moro com meu pai minha mãe e mais 3 irmãos. Tô estudando e quando chego da escola, vou pro roçado, às vezes boto água pros bichos (Jovem participante da oficina em Córrego Manuel Luiz -Acaráú)”

Quanto ao número de pessoas por sexo na família, são mínimas as diferenças. Homens: de cinco a dez; mulheres: de seis a dez. Há uma tendência de redução, pois o número de pessoas por família diminui à medida que a família é mais jovem. Este é um elemento a ser considerado, uma vez que faz parte de todo processo de orientação sobre prevenção e planejamento familiar, muito embora com grandes resistências por parte de segmentos da Igreja Católica. Naquelas famílias mais ligadas às tradições católicas, mesmo jovens, registra-se maior número de filhos.

A população das áreas pesquisadas apresenta uma faixa de idade com elevada concentração de crianças, considerando-se as duas faixas de 0 a 5 anos e de 6 a 10 anos, o que vai somar um total de 29% da população. A maior concentração vai acontecer entre as faixas de adolescentes e jovens: somando as três faixas de 11 a 15 anos, de 16 a 20 e de 21 a 25 anos vai dar 33%. Ao analisar apenas as duas maiores concentrações, considerando que os imóveis não comportam as famílias existentes na área, como ficará o futuro dessas crianças quanto ao espaço de socialização, território de moradia? As áreas agricultáveis não são grandes; ademais, registra-se um vazio de ocupação da mão-de-obra jovem. A tendência em um futuro próximo é de que a pressão demográfica provoque êxodo rural (TABELA 5).

TABELA 5 - População das áreas estudadas e distribuição por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	% DA FAIXA	ACUMULADO
De 0 a 5 anos	16,00	De 0 a 10 anos - 29,00%
6 a 10 anos	13,88	
11 a 15 anos	12,00	De 11 a 25 anos - 33,88%
16 a 20 anos	10,05	
21 a 25 anos	10,05	
26 a 30 anos	8,09	De 26 a 45 anos - 30,00%
31 a 35 anos	10,00	
36 a 40 anos	5,50	
41 a 45 anos	6,19	
46 a 50 anos	3,18	De 46 a + 60 anos - 7,12%
51 a 55 anos	1,36	
56 a 60 anos	1,36	
61 a 65 anos	2,32	
+ de 65 anos	0,90	
TOTAL	100,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa - Março de 2002.

Pensar a sustentabilidade das famílias é fazer projeções a médio e longo prazo, a vida desses jovens, sobre o futuro das crianças.

4.1.2 *Escolaridade*

Em relação ao nível de escolaridade dessas famílias, foi constatado, por meio do levantamento realizado por ocasião da pesquisa, que em 72% das famílias registram-se casos de analfabetismo. Quando, busca a informação sobre as pessoas residentes por domicílio, aquelas que se assumem como

analfabetos estão na faixa a partir de 46 anos, que totaliza aproximadamente 10% da população. As pessoas que não se consideram analfabetas afirmam ter o 1º. grau incompleto. Essa é uma informação bastante complexa de analisar. Na zona rural, no 1º. grau, registra-se jovens e adolescentes que cursam ou cursaram da 1ª série até a 7ª, num total que vai dar em torno de 44%. Por outro lado, existe também pessoas que afirmam ter o 1º. grau incompleto, que no entanto alguns só cursaram até a 2ª.série, outros no máximo a 4ª. série. Mas afirmam que sabem ler muito pouco, mas não sabem as quatro operações. Outras pessoas escrevem apenas o nome e muito mal. Outras escrevem o nome, mas não sabem ler. Ou seja, 30% de pessoas distribuídas nas faixas de 26 a 30, de 30 a 35 , de 36 a 40 e de 41 a 45 anos estão na condição de semi-analfabetas. Incluindo-se aos 10% de analfabetos (já contabilizados no início do parágrafo) tem-se aproximadamente 40% de pessoas em condições de analfabetismo. Somando todos os percentuais que totalizam 84%, sobram exatamente os 16% que são as crianças de 0 a 5 anos.

Além do analfabetismo e da baixa escolaridade serem um indicador de pobreza, eles representam um problema na implantação do Programa de Reforma Agrária Solidária, pois as pessoas sentem dificuldades de entender o programa, as regras, os contratos e condições de pagamentos porque não sabem ler. Em virtude disso, as pessoas que estão inseridas no programa, enfrentam dificuldades quanto à apropriação das informações, oportunidade de leitura, reflexão e poder de decisão. Os vínculos de dependência nestas áreas também acontecem pela baixa escolaridade. No imóvel Córrego Manoel Luiz, a associação é orientada por um político que na linguagem dos mutuários “é o mais letrado”.

Na visão de Henriques, economistas do IPEA, um dos indicadores de pobreza é a escolaridade.

“A sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico está diretamente associada à velocidade e a continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para

o crescimento econômico, aumento de salário e a diminuição da pobreza. A expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social (HENRIQUES, 2000, p. 405)".

É possível afirmar que o grau de pobreza nesta população pesquisada é elevado, não apenas pelo nível de escolaridade como afirma Henriques, mas também pelos demais indicadores constatados na pesquisa de campo, como a renda monetária, o consumo de bens, a alimentação das famílias, as condições sanitárias, o conhecimento e participação política e a consciência cidadã. E no caso mencionado, há uma relação forte entre o analfabetismo e pobreza, mas não suficiente para se afirmar que a condição de semi-analfabetos é a causa da pobreza identificada.

É possível concordar que a escolaridade é uma das ferramentas de apropriação de saber, de igualdade e mobilidade social. A pessoa que alcançou um nível de escolaridade alto tem mais possibilidade de possuir uma visão crítica de mundo; uma participação cidadã na vida política de seu país; de integrar fóruns e esferas de decisões políticas. No entanto, isso não garante redução de pobreza; mesmo um nível de escolaridade alto não garante espaço no mercado de trabalho. Quantos desempregados existem hoje que têm diploma de curso superior?

Atualmente o mercado é incapaz de absorver a mão-de-obra saída das universidades. Portanto, a escolaridade é um elemento que contribui para melhorar a qualidade de vida de uma população, mas não conseguirá, por si só, extinguir a desigualdade e a pobreza.

O Ceará rural tem esta característica. As três áreas são uma amostra, mas esta é representativa. Se no Nordeste há um percentual de 27,90% de analfabetos e, desses, 43,07% estão no Nordeste rural, 9,12% deles estão em três municípios do Ceará. O Programa Reforma Agrária Solidária não adota como critério beneficiar as famílias com baixo nível de escolaridade ou analfabetos. Mas esta é a realidade do Ceará rural.

4.2 Trabalho Produtivo e Relação Familiar

4.2.1 Características

Uma característica muito comum na família rural é o trabalho familiar na produção agrícola. Nas áreas estudadas, 71,93% das famílias ocupam mão-de-obra familiar, numa média de duas a três pessoas, entre as quais uma é a mulher.

No geral, as famílias exploram de 2 até 3 hectares. Em alguns casos, exploram até 4 (14% das famílias), diversificando com outras culturas. Em 57 famílias entrevistadas, seis chegam a explorar 5 hectares, com as culturas de coco, castanha de caju, banana, cana-de-açúcar e fruticultura.

Não existe nas áreas pesquisadas a prática de assalariamento. O que há é o deslocamento de pessoas da família para trabalhar em outras propriedades, vendendo sua mão-de-obra para complementar a renda da família. A TABELA 6 relaciona culturas e hectares explorados por família.

As famílias que adotam culturas diversificadas são poucas, apenas 13%. Estas relacionam-se a fruticultura, hortaliças, milho, feijão e mandioca.

Como se pode ver, a agricultura se destina praticamente à subsistência da família. Ela se apresenta por um lado tradicional, quando utiliza a monocultura, agricultura de sequeiro, muita ocupação da mão-de-obra familiar. Por outro lado, nestas áreas, famílias utilizam a agricultura modernizada, com irrigação, instrumentos que exigem menos mão-de-obra, e ainda a utilização de produtos químicos.

TABELA 6 - Hectares explorados por família e culturas

CULTURA PRODUZIDA	% DE FAMÍLIAS QUE PRODUZEM	Nº DE HECTARES CULTIVADOS	SISTEMA DE PRODUÇÃO
Milho	92,98	3	Consoiciado com feijão e uma pequena parte com mandioca
Feijão	98,21	3	Consoiciado com milho e uma parte pequena com mandioca
Mandioca	45,61	3	Consoiciado com feijão e milho
Coco	19,30	5	Consoiciado com feijão, e irrigado. Áreas de litoral
Castanha de caju	14,04	4	Consoiciado com feijão nos primeiros anos
Banana	10,53	5	Monocultura em áreas de baixio.
Hortaliças	8,77	2	Variedades com sistema de irrigação
Algodão	5,26	4	Consoiciado com feijão apenas no primeiro ano
Fruticultura	13	11	Pomares com goiaba, manga, ata, graviola, cajá, batata-doce, Melão, melancia irrigados. Cana-de-açúcar, milho, feijão.

Fonte: Pesquisa de campo. Oficinas realizadas em março de 2002.

De acordo com Luís Fernando Wolff, engenheiro-agrônomo da UFRGS, coordenador Técnico da Fundação Gaia,

“Chama-se agricultura tradicional o conjunto de técnicas de cultivo que vem sendo utilizado durante vários séculos pelos camponeses e pelas comunidades indígenas. Estas técnicas priorizam a utilização intensiva dos recursos naturais e da mão-de-obra direta. A agricultura tradicional é praticada em pequenas propriedades e destinada à subsistência da família camponesa ou da comunidade indígena, com a produção de grande variedade de produtos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial teve início um processo de declínio da agricultura tradicional praticada até então. Na década de 60, começa a ser implantada uma nova agricultura, chamada moderna, que se caracteriza pelo grande uso de insumos externos, utilização de máquinas pesadas, mau manejo do solo, uso de adubação química e biocidas. A agricultura

moderna existe há poucos anos e já demonstra o colapso de suas técnicas. Desta forma, não pode ser considerada uma agricultura de fato sustentável, ao contrário da agricultura tradicional, que tem centenas de anos de história e sustentabilidade a longo prazo. O termo mais adequado para denominar a agricultura praticada atualmente é agricultura moderna, convencional, química ou de consumo. Esta agricultura teve origem a partir das modificações na base técnica da produção agrícola, o que se chamou de “modernização” E apresenta conseqüências que demonstram sua insustentabilidade (AgirAzul 10-1995)”.

De acordo com os estudos do Laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina, a agricultura tradicional atualmente está num impasse. Ao mesmo tempo que exige muita mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho desestimulam os filhos dos produtores e, as incertezas da colheita e a queda dos preços no período de safra inviabilizam a contratação de mão-de-obra. Essa tese pode-se comprovar nos estudos realizados e conforme já abordado.

Nas três áreas pesquisadas, foi muito comum a prática da agricultura tradicional, como mostram os dados levantados. Considerando que em todas as culturas produzidas, principalmente milho, feijão, mandioca, se destroem as matas, se queima o solo e se utilizam práticas que ocupam muita mão-de-obra, os trabalhadores já se preocupam com a baixa fertilidade do solo.

4.2.2. Culturas Exploradas e Sistemas de Produção

A maioria das famílias exploram até 3 hectares com cultura de subsistência, e dentro de um sistema consorciado, conforme mostra a tabela 7. O percentual de famílias que exploram acima de 3 hectares é pequeno e se refere a culturas permanentes, quais sejam, coco e castanha de caju. Em alguns casos, a fruticultura. Todo o trabalho tem absorção da mão-de-obra familiar. Na maioria, trabalham três pessoas por família. No período do plantio

e da colheita, todos vão ao roçado, homens, mulheres e crianças. Os tratos culturais, geralmente, são atividades realizadas pelos homens, pai e filhos.

A média de 3 hectares por família não é suficiente nem para o sustento da família, muito menos para gerar excedente e garantir uma renda ou poupança extra que possibilite o pagamento da terra. No entanto, a condição financeira das famílias não permite uma quantidade maior de hectares plantados. É mais mão-de-obra, são mais insumos. E os recursos destinados à produção, não garantem os custos.

Conforme observado nas três áreas, 62% das famílias adotam a monocultura (coco, castanha e mandioca); 60% adotam consórcio entre milho, feijão e mandioca; 95,% produzem só agricultura de sequeiro e 5% utilizam agricultura irrigada.

Durante todo o ano, a família está sempre ocupada com suas atividades produtivas na agricultura, no trato dos animais e em alguns casos na pesca. Portanto, a sobrevivência da família depende do envolvimento de todos os seus membros.

De acordo com a pesquisa realizada nos três imóveis, a mão-de-obra utilizada diariamente pelas famílias se resume a duas, entrando uma terceira, que é da mulher em situações sazonais (plantio, colheita, farinhadas, etc.). Neste sentido, contabilizando as diárias, estimando três pessoas trabalhando de segunda a sexta-feira, o resultado é: Força de trabalho/mês = 3 pessoas/família x 5 dias semanais = 15 pessoas/família/semana x 4 semanas = 60 pessoas/família/mês.

(1) Cálculo: valor da diária = R\$ 5,00 (valor pago por um dia de trabalho na região aos homens. As mulheres recebem diárias diferenciadas, menor valor, dependendo do tipo de trabalho, mas variando entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00). O cálculo foi feito com base em R\$ 5,00, porque este é o valor da mão-de-obra paga por dia, portanto, nivelamos no mesmo valor, já que numa concepção da igualdade de gênero, esta desigualdade não se aplica.

a) Quantidade de diárias família/dia = 3 diárias = R\$ 15,00

b) Quantidade de diárias família/semana = 15 diárias = R\$ 75,00

c) Quantidade de diárias família/mês = 60 diárias = R\$ 300,00

d) Quantidade de diárias família/ano = 720 diárias = R\$ 3.600,00

(2) Cálculo: custo diária por imóvel.

Número de famílias (média calculada entre as três áreas) = 17

a) Quantidade de diárias/família/ano = 720 diárias = R\$ 3.600,00

b) Quantidade de diárias/ano/imóvel = $720 \times 17 = 12.240$ diárias = R\$ 61.200,00.

Custo da mão-de-obra por imóvel ano = R\$ 61.200,00.

Essa é uma mão-de-obra não contabilizada, mas assumida pela família. No entanto, precisa ser levada em conta ao se considerar os custos da produção. Em média, cada família dispõe de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) por ano só para mão-de-obra. No final da safra, quer seja a castanha de caju, que é a mais lucrativa, ainda não garante o pagamento da mão-de-obra familiar. Conforme informações dos(as) mutuários(as), pela experiência vivida em todos esses anos que estão na área, ao se calcular pela produção da farinha, milho e feijão, o que há de mais comum nas três áreas, é ainda mais improvável ocorrer compensação da força de trabalho familiar. Se todos permanecerem em suas unidades familiares durante todo o ano, não há como garantir a sustentação das necessidades básicas da família.

Embora na concepção de alguns estudiosos da agricultura familiar a mão-de-obra não deve ser remunerada, pois ela é parte das atividades de reprodução social da família, no caso do Programa Reforma Agrária Solidária, merece algumas considerações. Primeiro, a pesquisa quer investigar a sustentabilidade do programa. Considerando que a sustentabilidade envolve diversas variáveis, a mão-de-obra entra, como um custo da produção, em uma área que foi comprada por determinado valor, e que carece de avaliação todo o trabalho dentro da área, tendo em vista o desenvolvimento da mesma e sua sustentação. Sobre este argumento, há controvérsias.

Em abril de 1999, o INCRA e a FAO divulgaram o resultado da pesquisa: "Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil". Uma das constatações da pesquisa, é a de que o pagamento da mão-de-obra familiar nos créditos de

investimentos, prática comum no Norte e Nordeste, revela-se como paternalismo do Estado.

“Nestas regiões, verificou-se ainda que é comum o crédito de investimento financiar o trabalho da família para destocar, construir cercas ou armazéns, limpar pasto, etc. Esta prática faz com que uma parte significativa dos recursos que deveriam ser investidos em atividades produtivas, seja utilizada para manutenção da família (INCRA; FAO, 1999, p.36.)”.

Na avaliação dos pesquisadores, usar o crédito para pagar a mão-de-obra familiar, fortalece a visão de que só é possível investir na unidade produtiva se o estado pagar. Este argumento, segundo eles, não potencializa a relação do assentado com sua unidade de produção. A mão-de-obra familiar deve ser considerada como contrapartida dos assentados ao crédito de investimento, para também romper com a tradição do assalariamento. Uma espécie de substituição do patrão pelo INCRA.

Outras teorias abordam o custo da mão-de-obra sobre outro aspecto, a tratam-no como elemento fundamental na administração da unidade familiar. No planejamento do trabalho, esse custo não pode ser excluído, como afirma Hoffmann (1987), quando trata da eficiência da mão-de-obra na unidade produtiva:

“Além dos aspectos sociais e políticos de indiscutível importância relacionados com a mão-de-obra, está também grande importância econômica. Estudos de administração rural mostram que a mão-de-obra representa até 60% das despesas diretas em unidades produtivas agrícolas comerciais (HOFFMANN, 1987, p.135)”.

O argumento de Hoffmann justifica o exercício realizado nas oficinas com os(as) mutuários(as) nas três áreas, para levantar os custos da mão-de-obra na perspectiva de identificar a sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária. A necessidade de levantar os custos da produção tem o objetivo de verificar se a partir da produção os(as) trabalhadores(as) têm condições de pagar a terra. Para isso, o levantamento de todos os custos são

fundamentais para esta avaliação. Nesta linha de raciocínio, Hoffmann aconselha que a aferição da eficiência da mão-de-obra seja realizada em um estabelecimento rural em que só prevaleça a cultura agrícola.

“Podemos calcular a área cultivada por equivalente-homem. O valor dessa medida é influenciado pela proporção entre culturas que representam muita mão-de-obra e culturas que requerem pouca, como por exemplo, olericultura e milho, respectivamente; a produção física por equivalente-homem; animais equivalente-homem; unidade produtiva de trabalho-homem por equivalente-homem; renda bruta e renda líquida por equivalente-homem (HOFFMANN, 1987, p.138)”.

Incluir a mão-de-obra no levantamento dos custos da produção é uma medida para se ter conhecimento sobre quanto gasta por hectare com determinada cultura, e comparar a seu retorno financeiro. Não é no sentido de criar uma relação de assalariamento.

O que se faz necessário questionar é se o sentimento de distanciamento e de não aproximação e fortalecimento do assentado em relação a sua unidade produtiva se justifica pelo simples pagamento de sua mão-de-obra. O próprio INCRA dá continuidade à prática paternalista quando, durante todo o processo que compreende desde o momento em que o agricultor é assentado até o período estabelecido para emancipação (até hoje no Ceará não se tem conhecimento de nenhuma emancipação), mantém intervenção direta dentro desses assentamentos.

Para se aceitar esse argumento e concordar que a mão-de-obra não deva ser paga mas assumida pela família como uma contrapartida, exige um estudo sobre as reais condições de auto-sustentação das famílias, até o período de safra. Mesmo assim, esse argumento não se relaciona com o que está colocado nesta pesquisa. O investigado foi a sustentabilidade do programa, e entre as variáveis, a viabilidade econômica. Para avaliar a viabilidade econômica do programa, o levantamento de todo tipo de investimento é fundamental. E neste caso, a mão-de-obra é um investimento na produção. A viabilidade econômica da produção agrícola não pode ser

ignorada; e desse modo fica comprovado que do ponto de vista da produção as atividades e culturas exploradas não garantem a sustentabilidade econômica da produção e muito menos a manutenção das famílias. Tanto é que quando a crise aumenta, em alguns períodos durante o ano (na entressafra), se faz necessário vender a mão-de-obra a outros proprietários vizinhos, para ajudar na complementação da manutenção da família.

Quanto ao beneficiamento, apenas a mandioca é transformada em farinha; mas das 45,61% famílias que exploram mandioca, apenas 14,04% produzem farinha.

Em todas essas culturas está presente a mão-de-obra feminina na proporção de uma mulher para três pessoas da família. Entretanto, o mesmo não acontece com o trabalho doméstico, desempenhado na sua totalidade pela mulher, que assume também tarefas fora do trabalho doméstico.

“A divisão sexual do trabalho na família se define em função de quem são os encarregados de trazer o dinheiro de fora ou de gerar dinheiro pelo trabalho dito doméstico. A última pessoa a trabalhar fora de casa é a esposa, pois seu papel fundamental é garantir a continuidade do armazém (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 47)”.

Nas áreas pesquisadas, as mulheres estão presente no trabalho produtivo, principalmente em atividades sazonais, plantio do milho, feijão; colheita, apanha de castanha, produção de hortaliças e produção de farinha. No entanto, apenas três mulheres são cadastradas como mutuárias. Não sendo mutuárias ou cadastradas como tal, os créditos não se destinam a elas, que trazem, porém, renda monetária para dentro de casa, mas na maioria dos casos a tarefa doméstica continua concentrada na mulher.

4.2.3 Práticas e Técnicas Utilizadas pelas Famílias

Nas áreas onde há depressão no solo, caso de Aratuba ou pequenas elevações, as serras, apenas 3% conhecem e plantam em curva de nível os demais fazem o plantio vertical e a tendência é, com o passar dos anos, a erosão no solo venha a surgir e como consequência a desertificação. Na área de serra pesquisada (Video - Aratuba) não foi identificado ainda indicadores visíveis de erosão, mas, segundo os próprios agricultores mais esclarecidos, a prática continuada desse tipo de plantio, trará em pouco tempo, a desertificação da serra.

“Se a gente continuar plantando desse jeito, serra acima e serra abaixo desta forma reta, quando a chuva vem, além de levar todo o legume, vai formando aos poucos, valas na parte mais alta. Com o passar do tempo, fica um franzido danado na terra. E ai não presta mais pra nada (Mutuário de Video – Aratuba - março 2002)”.

Embora 86% das famílias afirmem usar agrotóxicos e adubos químicos, o percentual aumenta para 97% quando se interroga se fazem a pulverização com venenos para matar as pragas até porque o adubo químico de verdade não é tão comum, principalmente quando não há recursos. Mas, quando se trata da pulverização, a prática é comum, todos a utilizam para combate às pragas, mesmo sem os recursos do projeto. Segundo os agricultores entrevistados, é a forma mais rápida de combater as doenças na plantação e evitar o prejuízo.

Quanto aos tratos culturais ou técnicas adotadas, foi dito pelos mutuários que, quando plantam sem os recursos dos projetos, geralmente usam adubos naturais, orgânicos, independente de orientação técnica. Entretanto, a partir do momento em que têm acesso aos projetos e à assistência técnica da EMATERCE, a presença de técnicas utilizadas na modernização da agricultura tem sido forte e tende a destruir o equilíbrio ambiental. Desta forma, tanto práticas tradicionais de destruição do solo e das

matas para efetivação do plantio, quanto práticas adotadas na agricultura modernizada, como por exemplo: uso de adubos químicos para aumentar a produtividade, agrotóxicos para combater as pragas, que foi o mais evidente nas áreas pesquisadas, favorece o desequilíbrio ambiental, pois tanto causam erosão no solo como é o caso de Video, em Aratuba, quanto o uso de agrotóxicos, identificado em todas as áreas, causam a poluição das águas e deixam o solo pobre. O consumo de produtos químicos foi constatado em todos os imóveis, principalmente quando a EMATER elabora o projeto financiado pelo PRONAF, onde são destinados recursos para os insumos. Por exemplo, no imóvel Video, as famílias mutuárias tiveram despesas com compra de uréia, tamaron, manzate, decis (agrotóxicos). O agricultor desconhece os malefícios causados por tal prática. É como afirma Wolff:

“O desequilíbrio biológico do solo, causado pela utilização de produtos químicos, afeta microorganismos responsáveis pela disponibilidade de nutrientes importantes para a planta que não consegue absorvê-los através de suas raízes. Desta forma, não existe a colaboração de microorganismos do solo para processamento da matéria orgânica. Esta microvida está sendo sistematicamente eliminada. Além disso, quando o agricultor trabalha com adubação química constante, cria a necessidade cada vez maior de utilização de nutrientes químicos, ocorrendo sua dependência econômica e cultural (Wolff, 1995)”.

Vale o destaque que 97% utilizam agrotóxicos por meio da pulverização. Isto demonstra conseqüências no empobrecimento do solo. Os próprios agricultores afirmaram por ocasião das entrevistas que, quando não usam o “adubo da loja” (adubo químico), a produção é muito pequena.

Um percentual significativo de agricultores, 59% dos entrevistados nas três áreas, ainda adotam as queimadas que deixam o solo cada vez mais pobre e acentuam a desertificação, pois como a cada ano nova área precisa ser desmatada, as áreas vão ficando desertas e quentes. Entretanto, 86% utilizam adubos químicos conforme dados coletados na pesquisa de campo. O empobrecimento do solo diminui a produtividade e os agricultores recorrem aos adubos químicos constantemente, para obter uma boa produtividade.

Ademais, a monocultura deixa o ambiente favorável às pragas, e, para combatê-las, recorre-se ao uso excessivo de agrotóxicos. Tudo isso vem gerar desequilíbrios no solo e no ambiente. Os adubos químicos e os defensivos (venenos) poluem as águas dos rios e ressecam a terra, provocando erosões no solo.

Estas práticas dificultam a manutenção de um ambiente saudável, de uma produção sadia e conseqüentemente a sustentabilidade ambiental e da saúde da população que ali reside e se alimenta de produtos contaminados por agrotóxicos. Até a água consumida é poluída e envenenada. Sem falar de um elemento fundamental, que é a renda produzida nas áreas. Pelos depoimentos dos mutuários, a produção não garante o sustento da família durante todo o ano. Se não, como poderá sobrar para pagar os investimentos?

Só a título de ilustração dos dados comentados, a pesquisa de campo, realizada em novembro de 2001, revelou que 59% das famílias adotam a prática das queimadas; 24% fazem compostagem e 31% praticam a cobertura vegetal.

Diante dos dados levantados sobre as práticas agrícolas adotadas nas três áreas, é possível afirmar que, se houver uma continuidade das referidas práticas de destruição do solo, a atividade agrícola enfrentará sérios riscos e provocará danos ao ambiente como já mencionado.

Para se ter uma agricultura sustentável, segundo Johannes Van Leeuwen (ICCO, 1998), se faz necessário uma alta diversidade em recursos genéticos; manejo diversificado: parcelas pequenas, consórcios, diferentes datas de sementeiras ou plantio de mudas; manejo adequado do solo e dos recursos hídricos, mantendo ou melhorando a sua qualidade para uso agrícola; produção satisfatória e estável ao longo dos anos; não agressão ao ambiente; número de espécies e a variabilidade dentro da espécie constituem a diversidade genética. O manejo diversifica a propriedade usando diferentes ambientes (exemplo: várzea e terreno que não inunda) e práticas agrícolas como consórcios, rotações, etc.

Está claro que as práticas e a realidade dos imóveis que foram pesquisados não possuem estas características, até porque a própria

orientação dada pelo órgão de extensão rural, nos referidos imóveis, não tem na política agrícola uma visão agroecológica. A técnica de sustentabilidade, concordando com Johannes Van Leeuwen, exige recursos humanos, saber, capacidade de gestão e investimentos. No entanto, são pressupostos para garantir a sustentabilidade das famílias, considerando ambiente, produção, integração social. Tudo isso exige educação, recursos financeiros, assistência técnica dentro de uma visão agroecológica. O que não se constatou nas áreas pesquisadas.

4.3 Conhecimento dos Mutuários e Mutuárias sobre o Programa

4.3.1 Conhecimento do Programa.

A maioria das famílias estudadas desconhece o programa no qual estão envolvidas, embora afirmem ter tomado conhecimento deste, e a partir daí se interessado em ser proprietários/as. A TABELA 7 mostra como estas famílias tomaram conhecimento do programa.

TABELA 7 – Como as famílias tomaram conhecimento do programa

COMO CONHECERAM	% DE FAMÍLIAS
Por meio da associação local	57
Por meio da propaganda do governo na televisão	22
Pela EMATER	10
Pelos políticos e proprietários de terra	11
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo. Novembro de 2001

Como se pode ver, 57% tomaram conhecimento por meio da existência do Programa Reforma Agrária Solidária via associação local já criada para comprar a terra; 22% mediante propaganda do governo na televisão; 10% pelos técnicos da EMATER; 11% via políticos locais e proprietários (vereadores, prefeito, cabo eleitoral).

Estes dados permitem perceber a cadeia existente entre os vários canais de informações sobre o programa. O percentual maior cabe à associação, que, por sua vez, foi criada para este fim. Foi comum nas três áreas pesquisadas o fato de que algumas famílias tomaram conhecimento do programa pela associação, mas, sendo convidadas para integrar o grupo de compradores da terra. Daí por que se justifica a falta de conhecimento sobre as regras do projeto e até mesmo o direito de escolher a terra. No caso de Video onde já existia uma organização antiga dos moradores da região por meio da paróquia de Aratuba, o próprio proprietário, quando tomou conhecimento do projeto, se encarregou de divulgar aos trabalhadores e acabou vendendo sua terra, muito embora, para isto, várias famílias que já pertenciam à associação existente, não fossem beneficiadas, haja vista o tamanho da propriedade. Portanto, percebe-se uma estreita relação entre os diretores da associação com os proprietários e políticos locais. Por exemplo: em Córrego Manoel Luiz, a associação tem forte relação com o vereador, que foi um dos dirigentes da associação.

Por outro lado, o vereador mantém relação forte com o ex-proprietário da terra. Em Video, por exemplo, o ex-proprietário também articulou a criação de outra associação para que a compra da terra fosse feita, já que a associação existente possuía um número bem maior de associados, portanto, não era possível atender ao interesse de todos. A saída encontrada foi dividir e criar outra associação.

Esses elementos indicam a fragilidade dos trabalhadores quanto ao domínio da informação para adquirir a terra, e por outro lado uma forte articulação entre os interessados em vender, proprietários, políticos locais fazendo circuito de informação e formação com as associações. Esses

procedimentos influenciam na organização das famílias, como será visto mais adiante

Quanto às informações sobre o funcionamento e regras do programa, tem-se uma variedade de informações. Apenas 36,84% das famílias entrevistadas afirmam ter conhecimento do programa, inclusive dos recursos recebidos e da parcela inicial para instalação das famílias. O restante desconhece o programa, não sabem em quantos anos irão pagar, nem quando será o prazo para o pagamento da 1ª parcela da compra da terra; desconhecem as taxas de juros.

A única informação que a maioria demonstra ter, ou seja, 92%, é sobre o valor pelo qual a terra foi comprada. Mesmo que 45% afirmem que têm conhecimento da forma de pagamento, esta afirmação não se confirma quando se indaga sobre o prazo para o pagamento total da dívida e em quantas parcelas: poucos sabem. As respostas variam entre quatro a vinte anos para pagamento total da terra. Ou seja, percebe-se insegurança nas respostas e até inversão do período de carência e prazo de pagamento total da terra.

Este nível de desinformação está relacionado com a forma de como o trabalhador tomou conhecimento e se integrou ao programa. Como já foi mencionado, há uma vital deficiência da comunicação; há por parte das direções das associações falha ao repassar as informações corretamente sobre o programa, além do sério problema na gênese das associações, como já ressaltado.

Um fosso ou vazio foi identificado entre o que o BIRD defende e a realidade constatada. O BIRD quer manter os beneficiários informados. Nesta falta de informação, registra-se um grave problema: sem informação os mutuários tornam-se mais vulneráveis e mais facilmente manipulados.

A informação é um forte instrumento de poder. Muitas vezes a comunicação entre a população rural ocorre de forma bastante deficitária. Quase sempre, seu interlocutor é o patrão, o dono da terra ou os políticos. Ou seja, outra classe de pessoas, com outros interesses.

Portanto, quando os trabalhadores têm acesso a determinado tipo de medida ou política, já a obtêm por meio de uma terceira pessoa, que comunica do modo que lhe interessa.

4.3.2 *Conhecimento e Situação dos(as) Mutuários(as) em Relação às Dívidas*

Em relação ao não pagamento da primeira parcela, a resposta de todos foi a mesma: 100% responderam que não pagaram. No entanto, ao se perguntar quais os motivos, foram obtidas múltiplas respostas, conforme TABELA 8.

TABELA 8 - Razões justificadas pelos/as mutuários/as entrevistados/as para o não pagamento da 1ª parcela da compra da terra

MOTIVO	PERCENTUAL
Falta de condições financeiras. Não houve acúmulo de dinheiro resultante da produção que garantisse o pagamento da terra	100,00
Falta de informação	100,00
Sabia do prazo, mas não pagou porque não tinha recurso suficiente	00,1
Não sabia do prazo, mas mesmo que soubesse não havia como pagar	99,00

Fonte: Pesquisa de campo. Novembro de 2001.

Das famílias entrevistadas, apenas uma, do assentamento Córrego Manoel Luiz, em Acaraú (representada pelo presidente da associação), afirmou ter conhecimento do vencimento da primeira parcela da compra da terra ter sido em 2001. Mas 100% das famílias entrevistadas não pagaram a

parcela vencida em 2001, por duas razões: 1ª: falta de condições financeiras; 2ª: falta de informações. A verdade é que as pessoas desconhecem os prazos.

Analisando a tabela, percebe-se nitidamente que todas as pessoas tinham motivos para o não pagamento da dívida. Basta ver a quantidade de respostas para as opções apresentadas. Exceto a opção não sabia do prazo, mas mesmo que soubesse não tinha como pagar, que foi um percentual mínimo, todos apresentaram o mesmo percentual de respostas. Ou seja, as famílias mutuárias não reuniram as condições de pagamento da primeira parcela da terra.

O que garante a alimentação é a complementação, em algumas famílias, de outras rendas, como aposentadorias, pensões, alguém na família que trabalha como merendeira na escola ou é agente de saúde. Ou ainda a venda de mão-de-obra para proprietários da região. Da produção agrícola, fica difícil garantir até a alimentação, portanto, não existem condições que permitam a garantia do pagamento da terra. Como é possível afirmar que um programa dentro destes moldes se sustenta?

Os projetos, quando chegam, já tem passado o período de plantar e mesmo assim não existe assistência técnica. Os solos são pobres, fracos. Na zona do litoral, há muita areia; no sertão, pedra e semi-árido; e na serra, um declive forte, pedras com alta depressão e erosão. Desta forma fica difícil, dentro da realidade dos três sistemas, ter um retorno positivo por meio da atividade agrícola.

Em nenhum dos imóveis pesquisados os(as) mutuários(as) têm conhecimento de que o vencimento da primeira parcela do pagamento da terra vencia em 2001.

Algumas falas também denunciam a situação:

“Sei que compramos essa terra, não sei bem, mas parece que foi R\$ 95.000,00, depois teve mais aí um dinheiro para construir as casas, teve mais uns projetos que eu não sei direito, quem sabe mesmo é o presidente da associação, e tem mais um dinheiro que veio para cavar poço, plantar coco irrigado, cajueiro anão precoce, sei lá, foi um dinheiro que veio, mas não sei direito falar sobre ele e nem se

vou pagar (Depoimento de um mutuário do imóvel Córrego Manoel Luiz, ocasião da oficina em outubro de 2001).

A terra parece que foi mais ou menos entre 40 ou 50 mil reais, teve mais um dinheiro para as casas e um projeto da emergência. Mas não sei quanto é de verdade que eu devo nem como vou pagar. Numa terra dessa onde a água é a coisa mais difícil, a que tem não presta, é salgada, como é que se pode pensar em pelo menos produzir? Quem dirá pagar (Depoimento de um mutuário da fazenda Video-Aratuba, novembro de 2001”.

Quanto à dívida da terra, são muitas. Quando se se analisa o conhecimento das famílias sobre a entidade financeira que contraiu a dívida com o Programa Reforma Agrária Solidária, constata-se que 6% das famílias afirmam que devem ao Banco do Brasil e 94% das famílias afirmam que devem ao Banco do Nordeste. Estes dados revelam uma certa falta de conhecimento e informação do mutuário sobre sua dívida, uma vez que, nas áreas onde a pesquisa foi realizada, os contratos foram efetivados no Banco do Nordeste.

No restante é desinformação total. Sem as informações, mais difícil fica o planejamento da família para cumprir o pagamento da dívida. Esta é uma comprovação concreta da falta de informação sobre o funcionamento e regras do projeto. Não há conhecimento também quanto ao juro a ser pago, nem sobre o valor devido ao banco que forneceu o crédito para compra da terra.

No processo da compra da terra, três recursos fizeram parte do projeto, quais sejam: a) Aquisição da terra, reembolsável em quinze anos com quatro anos de carência; b) Projeto de habitação a fundo perdido; e c) Projetos de infra-estrutura (construção de açudes, perfuração de poços, eletrificação, implementos agrícolas, etc.) reembolsável em dez anos, com quatro anos de carência. Se a dívida fosse liquidada no prazo estabelecido, haveria um rebate de 50% do saldo devedor.

Outra constatação quanto à total falta de informação sobre esses recursos é que apenas algumas poucas pessoas da direção da associação, como o presidente e o tesoureiro, sabem do que ocorre. As demais pessoas

não têm conhecimento de onde vêm os recursos, como chegam nem quais são e como serão pagos.

Este é um dado comprobatório do desconhecimento das regras que garantem o funcionamento do programa. Ora, se o mutuário ou mutuária que contraiu a dívida não sabe em quantos anos terá de pagar, nem quando vence a primeira parcela desta dívida, é pouco provável que as famílias se preparem para pagamento.

As áreas pesquisadas vivem realidades diversas e perversas. Apesar de uma delas estar localizada no Maciço do Baturité, a fazenda Video, é uma serra seca, a vegetação é arbustiva. Nas demais áreas, predominam a caatinga arbustiva densa e matas secas. A vegetação litorânea pouco se destaca, a não ser as culturas de coco e caju.

Os diagnósticos contidos nos Planos de Desenvolvimento das áreas, elaborados com assessoria do IDACE e EMATER, são bastante favoráveis na identificação dos potenciais. Já os depoimentos dos trabalhadores que trabalham e conhecem a terra se diferenciam. Na opinião dos mutuários, a verdade é que em relação à qualidade dos solos, incluindo aí a fertilidade, relevo e até a disponibilidade de água, tem grandes precariedades, como mostram os depoimentos dos próprios trabalhadores. A produção dos imóveis não gera renda suficiente nem mesmo para sobrevivência, impedindo desta forma qualquer tipo de acumulação, capitalização e novos investimentos produtivos.

“Aqui nós enfrentamos muitos problemas. Não tem água para a gente beber. E para a plantação ainda é pior, a água é salgada. O solo é pobre e muito seco. Não podemos nos enganar nem enganar as outras pessoas, dizendo que aqui está uma maravilha (Mutuário de Tapuio do Meio II - Quixadá).

Precisamos de apoio e assistência técnica. É difícil esperar dessa terra, sem água e com as matas acabadas, um bom resultado. É preciso que a gente receba orientação para usar a terra da melhor forma e assim ter uma produção que garanta pelo menos o alimento dos nossos filhos. Do jeito que está, a tendência é piorar cada vez mais (Mutuário de Tapuio do Meio II - Quixadá)”.

Diante dos dados coletados, é possível afirmar que os depoimentos dos agricultores entrevistados, as observações feitas sobre a vegetação, a paisagem, o solo e as culturas produzidas nas áreas adquiridas pelo Reforma Agrária Solidária onde se aplicou a pesquisa sugerem que as terras não possuem de qualidade suficiente para de garantir uma produção que permita a sustentabilidade das famílias.

Estas observações seguem a linha de evidência de Sauer (2002, p.23) quando afirma que o Programa Reforma Agrária Solidária, na mesma condição do Cédula da Terra, não conseguiu cumprir a promessa “de inserir pessoas no mercado, possibilitando a produção e a geração de renda no meio rural. Ao contrário, acaba reproduzindo situações de precariedade que forçam ao assalariamento de membros da família para sobreviver”.

Toda essa realidade levantada e registrada na pesquisa de campo não deixa dúvida quanto à impossibilidade dos/as mutuários/as cumprirem o compromisso de pagamento da terra. Não conseguem produzir o necessário para sobrevivência de suas famílias, muito menos para acumular de modo que permita pagar os débitos no banco. Não se trata de não querer pagar, pois todas as pessoas entrevistadas demonstravam honestidade ao ressaltarem a intenção de pagar a dívida, mesmo sem saber quanto, e nem quando havia vencido, embora não vislumbrassem nenhuma possibilidade de pagamento. É a produção das famílias que é insuficiente para possibilitar o pagamento da terra.

4.4 Formas Organizativas Existentes e o Grau de Participação dos(as) Mutuários(as)

Não há grandes diferenças na condição organizativa das famílias mutuárias estudadas. O que difere é a forma como elas se agregaram para adquirir a terra, mas no geral a única entidade de congregação coletiva existente nos imóveis são as associações, como verificado nas áreas onde a

pesquisa foi realizada, compreendendo a organização como alternativas e instrumentos capazes de agrupar interesses comuns.

Segundo MORAIS (1989) o comportamento ideológico do indivíduo inclui valores culturais, morais e políticos determinados pelo papel que desempenha em determinado processo produtivo. O autor simplifica o comportamento ideológico da organização quando atribui sua determinação ao processo produtivo. Logicamente este processo está presente em quase todas as fases da vida. No entanto, muitas vezes, até para a produção ter resultados positivos, se faz necessário uma pré-condição, constituída pela força que une os produtores, os mobiliza, que os motiva a produzir.

Esse elo, essa sinergia capaz de juntar em torno de interesses, sonhos, é a organização. Se ela não existe, a própria estrutura institucional que abriga esse agrupamento de pessoas, independentemente de característica, seja de associação ou cooperativa, perde um pouco a função.

“O sindicato, a cooperativa e mais ainda a cooperativa de serviços múltiplos, são mecanismos sociais de estrutura orgânica complexa, cujo objeto ou a ação que se propõe realizar conta com a intervenção de vários indivíduos. Ninguém começa e termina o mesmo produto. Quando os trabalhadores rurais resolvem formar um sindicato ou uma cooperativa de múltiplos serviços não tarda que, por circunstâncias políticas ou administrativas, pouco tempo estas organizações sofram deformações em seu funcionamento. Desaparece o processo produtivo que teoricamente deveria estar socialmente dividido e o Presidente ou alguns dos diretores passa a realizar todas as funções e tarefas que corresponderiam a outros associados (MORAIS, 1989, p.3-38)”.

No caso do estudo das três áreas, foi constatada a existência de três associações, todas elas com diferenciações em sua funcionalidade. Vale destacar que todas as famílias cadastradas como mutuárias são associadas, até pela exigência feita por ocasião da compra e contração da dívida no banco. Analisando melhor essa medida, percebe-se uma artificialização da organização, com a criação de associações ou até dividindo as existentes em duas, para

responder a um critério do programa, para efetivação da contratação da dívida, feita por meio da associação.

Se a política adotada pelo Programa Reforma Agrária Solidária, desenvolvesse a capacitação e a sensibilização das famílias, com objetivos associativistas, a realidade nas áreas pesquisadas seria de organizações sólidas, com capacidade de gestão e autonomia no planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável das famílias. Ao contrário, as três associações das áreas pesquisadas são frágeis. Possuem um quadro social amorfo. As decisões são tomadas pela diretoria que apenas comunica aos demais sócios. Não há periodicidade de reuniões e nas que acontecem, segundo depoimentos de seus dirigentes, a participação é inexpressiva. Não há um plano de trabalho. As assembleias realizam-se anualmente ou em situações emergências mediante de convocação extraordinária.

Portanto, o procedimento em relação à formalização de uma associação para compra da terra, mostra que, na prática, só tem atrapalhado e dividido a organização social das famílias.

“Nós aqui de Video morávamos na comunidade de Urubu, pertinho daqui, e nós, as 18 famílias, trabalhávamos para o patrão que era dono da fazenda Video. Um dia nós ficamos sabendo através do nosso patrão, digo nosso patrão porque trabalhávamos nas terras dele, que o governo estava fazendo uma reforma agrária solidária, mas que era preciso a gente se organizar numa associação. Nós já tínhamos uma (Imóvel Video -Aratuba).

Nós passamos a procurar a terra que comportasse todos nós, as 18 famílias, mas não encontramos. Essas terras por essas bandas de cá, é difícil achar pra vender, só se não for boa. Aqui faz parte da serra do Maciço do Baturité e tudo é caro e ninguém quer vender. O jeito foi comprar essa terra aqui, que só dava para 8 famílias. As outras 10 ficaram de fora. Foi muito ruim, a gente precisou criar outra associação e causou um grande descontentamento nas outras famílias que ficaram sem terra (Presidente da associação de Video”).

Esses depoimentos são a prova real de como as informações chegam até os mais necessitados. Elas vêm com o conteúdo de quem deseja transmiti-las. Neste exemplo é possível perceber que a organização existente não foi considerada, pois outra associação foi criada, enquanto as demais famílias, que eram maioria, ficaram fora do projeto.

Não houve por parte do órgão responsável a adoção de uma metodologia capaz de atender às dezoito famílias na busca de uma área que comportasse todas as famílias. A saída mais fácil e rápida foi comprar um imóvel de apenas 148 hectares, mesmo sabendo não comportar o total das famílias e que poderia estar provocando um problema de desmobilização, organização e união dessas famílias.

Tanto é verdade que em 2001, depois de quatro anos de implantação do projeto, a organização nos imóveis continua precária, as famílias não conseguiram se envolver no processo participativo.

Considerando as diretrizes básicas do Banco Mundial para o financiamento de programas “sociais”, entre as quais a participação, podemos dizer que decisões como estas contrariam as diretrizes. Desde o início do programa, irregularidades relacionadas a este tipo de critério já haviam sido constatadas, como consta o relatório de Sauer (2002) sobre a Cédula da Terra.

A avaliação preliminar do Cédula da Terra, que se pode ter como referência para o Reforma Agrária Solidária, já havia constatado uma série de problemas relacionados com a formação e decisões dessas associações, incluindo-se a influência e participação de políticos locais, proprietários de terras na organização e criação das mesmas. Esses problemas são recorrentes nos depoimentos das pessoas entrevistadas. Apesar de reafirmar a importância da associação, a maioria afirmou que tem pouca participação (SAUER, 2002, p.2).

Apenas uma associação, a do imóvel Video no município de Aratuba, possuía uma história de organização anterior à compra da terra. Dezesseis famílias viviam no entorno da comunidade Urubu. Em janeiro de 1996, essas famílias resolveram se unir, por meio da assessoria da pastoral local, e criar

uma associação com o objetivo de lutar pela eletrificação rural. Todos eram pequenos produtores que plantavam, em média, de 0,5 a 1 hectare por família, pagando renda de até 50% ao patrão. Havia atendimento do Programa de Saúde da Família, produziam em maior escala hortaliças e comercializavam com o atravessador.

A associação ainda existe, mas desestruturada. Não funciona, apenas a diretoria ou o presidente decidem e encaminham procedimentos burocráticos da entidade.

“Aqui não tem reunião nenhuma. Até pra reunir a associação é difícil. As pessoas não se interessam, só se tiver dinheiro. Mas elas não entendem que até pro dinheiro chegar por aqui, a gente tem que chegar junto, estar unido, organizado. E aí tanto faz estar organizado ou não, participar da comunidade ou não, porque quando o projeto vem os que não fizeram nada, que não lutaram, recebem igual aos outros que se esforçaram. Isso vai desmotivando os que trabalham para organizar (Mutuário de Tapuio do Meio II-Quixadá).

Foi muito difícil e ainda está sendo difícil viver por aqui da forma como fomos colocados no imóvel. Antes a gente tinha uma associação grande, com muitas famílias, a gente se reunia, lutava para conquistar as coisas. Hoje é mais difícil. Cada um fica na sua, parece até que já ganhou o céu. Enquanto isso a gente não tem terra de boa qualidade, a escola não ensina considerando nosso meio, nossa realidade, continuamos com o problema do atravessador, e o povo se dividiu (Mutuário da fazenda Video-Aratuba)”.

No imóvel Tapuio do Meio II a história da associação é mais antiga. Iniciaram o processo em 1985 e eram 62 famílias que se uniram na luta por melhoria de vida. Em 1997, com as informações do Programa Reforma Agrária Solidária, 35 famílias ligadas à associação resolveram comprar um imóvel de 1.262 hectares.

Nem todas as famílias aceitaram o processo de compra de terra, mas cinquenta destas estavam dispostas a comprar, embora apenas 35 tenham se

cadastrado como mutuárias. Diante desta realidade, a associação se dividiu, e foi criada outra associação. Entretanto, nenhuma das duas consegue realizar um trabalho voltado para a organização sociopolítica e econômica do imóvel.

No imóvel Córrego Manoel Luiz, a associação foi criada com vistas à compra da terra, já que anteriormente havia uma associação que congregava trabalhadores de várias comunidades situadas nas proximidades da área adquirida. No entanto, a proposta de compra da terra não unificou todas as famílias e a saída encontrada foi dividir e criar nova associação para negociar a terra.

Este é um fator fundamental a ser observado. A experiência nos últimos vinte anos junto aos trabalhadores no campo, na luta pela terra, permite afirmar que o processo da desapropriação foi produto de muita organização. As famílias se juntam, se unem para conquistar a terra. Quando acontece a desapropriação, se organizam para o processo produtivo. Aqui no Ceará, a maioria das terras desapropriadas, por decisão dos próprios assentados e com aprovação do INCRA, não foram parceladas. A terra, portanto, é coletiva muito embora todos possuam sua área de produção individual. Mas existe um sentimento de pertencimento, de apropriação da terra que os tornam acolhidos, organizados na luta para conquistar outras melhorias como a infra-estrutura do imóvel, a melhoria das escolas, os projetos de produção agropecuária, a assistência técnica, etc.

Nas três áreas ocorrem situações diferentes, mas com algumas características semelhantes. Por exemplo, a quebra da organização existente, que fragiliza as famílias, as deixa vulneráveis para acatar as pressões de proprietários, interessados em vender parte de suas terras. Aquela que não lhe interessa mais, só dá prejuízo.

Das famílias entrevistadas, 85,96% pessoas estão associadas à associação comunitária local. Dessas, apenas 0,42% são mulheres. Em relação à participação feminina na direção da associação, registra-se 0,35% de mulheres.

Percebe-se perfeitamente a quantidade inexpressiva das mulheres seja como sócias seja como diretoras. Mas se apenas 0,42% estão

associadas, é pertinente que este percentual de mulheres na direção também seja reduzido.

Em nenhum dos imóveis estudados existe cooperativa. No entanto, dois homens das três áreas são integrantes de cooperativas, não local, mas no município.

No que se refere à participação dos/as mutuários/as em outras organizações, observar a TABELA 9.

TABELA 9 - Engajamento e participação dos/as mutuários/as nas demais organizações

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	(%) PESSOAS ENGAJADAS	(%) DE MULHERES
STR	59,65	0,85
Partido político	5,26	1,50
Pastorais populares (catequese)	3,00	3,00
Fórums e conselhos municipais	1,70	00,00

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2001.

Como mostra a tabela, a maior integração se dá no STR, com 59,65% associados, dos quais 0,85% são mulheres. Em relação à organização para engajamento político-partidário, é bem mais frágil. Apenas 5,26% das famílias são integradas ou filiadas a partido político, e destas, 1,50% são mulheres.

As organizações informais, tipo grupo de jovens, grupo de mulheres, movimentos catequéticos e pastoral popular, são quase inexistentes, apenas na catequese e na pastoral da criança registram-se 3% de presença das mulheres. Nas representações perante fóruns e conselhos, tem-se 1,7% de pessoas que integram essas organizações em seus municípios. As falam comentam dificuldades nesse aspecto.

Ao fazer uma análise desses dados e informações, pode-se concluir que é muito frágil a organização nestas áreas, e o programa fragilizou ainda mais. As associações são completamente artificiais, surgem apenas para formalizar um contrato no banco, e repassarem recursos dos projetos.

A natureza das associações já limita bastante sua capacidade de desenvolvimento e de organização voltada para interesses de todas as famílias, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Não existe nenhum trabalho com vistas à educação cidadã. Não há conhecimento das políticas públicas, conseqüentemente, inexistente qualquer ação voltada para atender às necessidades humanas fundamentais.

Sem organização, não é possível planejar atividades capazes de assegurar em cada uma das áreas a viabilidade econômica, o equilíbrio ambiental mediante práticas que respeitem o meio ambiente, com atividades econômicas socialmente justas.

A fragilidade da organização compromete a autonomia do grupo, dificulta a possibilidade de ações reivindicatórias de caráter coletivo, enfim, reforça o individualismo exacerbado, componente do paradigma de desenvolvimento atual do Brasil e dos demais países em processo de acumulação de riqueza, o chamado projeto neoliberal, apoiado pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), no caso do Programa Reforma Agrária Solidária, o Banco Mundial.

4.5 Condições de Vida das Famílias – Análise Comparativa

4.5.1 Condições de Vida Antes e com o Programa.

Alguns indicadores podem medir as condições de vida das famílias estudadas. Entre estes se ressaltam: higiene sanitária, consumo de água, custos e hábitos alimentares e consumo de produtos ofertados.

4.5.2 Aspectos de Higiene Sanitária

Antes de adquirir o imóvel, ou tornar-se uma família mutuária, 33,4% das famílias possuíam banheiro com fossa em suas residências, embora somente 30% fizessem uso dele. Depois da compra da terra, quando todas as famílias passaram a ter casa própria, de alvenaria e 100% das residências dispunham de banheiro com fossa, apenas 35% fazem uso adequadamente. Ou seja, as alterações são insignificantes. Em termos relativos, a situação anterior se apresenta bem melhor que a atual. Antes, 45,61% das famílias possuíam casa própria, e destas apenas 33,4% possuíam banheiro e 30% faziam uso. Atualmente, todas as famílias possuem casa própria de alvenaria com banheiro e fossa, no entanto, apenas 35% utilizam os banheiros. Dados coletados na pesquisa de campo.

A partir desses indicadores é possível afirmar que nos aspectos sanitários as condições de vida das famílias não melhoraram. Nas oficinas realizadas com as famílias, os depoimentos justificam a não utilização dos banheiros. Conforme algumas pessoas afirmaram, a água é um dos fatores a impedir o uso dos banheiros, principalmente se estes forem dentro de casa. Inexistindo água, não há como se servir do banheiro. Daí, a maioria das famílias optam por fazer uso dos matos, dos morros ou até mesmo dos quintais. Em outros casos, constroem o banheiro fora de casa. Mesmo assim, preferem não usar em virtude da falta de água para lavá-lo. Via de regra, eles se destinam apenas às visitas (técnicos, políticos, padres, etc.). Outras pessoas afirmam que muita gente não utiliza por questão cultural, já se acostumou, como disse um jovem de umas das áreas pesquisadas. “Ah! Muita gente não usa o banheiro porque já se acostumou a fazer suas necessidades no mato, e é muito mais fácil, não dá trabalho, terminou é só cobrir com areia ou mato.”

Essa realidade fundamenta-se em outras justificativas que requerem aprofundamento. Em qualquer uma delas, porém, fica clara a inexistência de política destinada à população. Do ponto de vista da falta de água, já discutido

em itens anteriores, as compras dos imóveis são feitas sem as devidas avaliações. A ausência de um recurso natural essencial como é a água significa inviabilidade para sobrevivência, tanto em relação à produção agrícola quanto à reprodução familiar.

Outro aspecto a ser considerado relaciona-se com o trabalho educativo e a assistência à saúde dessas famílias, pois nesse ponto falta orientação e prevenção. A ausência das condições de higiene sanitária é pressuposta para alastramento de doenças. Reforçando a fala recém-exposta, existe total falta de informações e orientações sobre esses aspectos sanitários. Por outro lado, o comportamento de pessoas como as referidas, que preferem o mato, os morros ou quintais porque dá menos trabalho, revela nível de desinformação e acomodação.

É dever do poder público propiciar as condições favoráveis às populações, quer seja em assuntos sanitários com orientações, cursos, seminários por meio da equipe Médico da Família, quer seja na prestação dos serviços essenciais como a água, que influi até na reprodução familiar. Neste sentido, é possível afirmar haver omissão do poder público quando não oferece orientação sobre a saúde, bem como quando não possibilita o acesso à água de boa qualidade.

Por outro lado, também existe por parte da população o não exercício da cidadania, a acomodação, a pobreza cidadã, como conceitua Pedro Demo.

Na TABELA 10, referente ao consumo de água, pode-se observar a qualidade e as condições da água usada pelas pessoas (como não mutuária e como mutuária).

Esta situação não é tão diferente da anterior. Antes de adquirir a terra, as famílias consumiam água que vinha das cacimbas e das lagoas, mas 5,26% das famílias utilizavam o filtro, ou consumiam água tratada. Atualmente a origem da água é mais segura, ou seja, 40,35% provêm de poços profundos, com o uso da bomba, e 59,65% do rio. No entanto, apenas 5% utilizam o filtro para tratamento da água. Mesmo existindo a agente de saúde, que visita as casas mensalmente e orienta sobre o uso do hipoclorito de sódio não há o devido controle, acompanhamento e capacitação para seu uso correto. O fato

é que as pessoas apenas coam a água para retirar a sujeira visível, os “ciscos”.

TABELA 10 - Consumo de água

QUALIDADE E CONDIÇÕES DA ÁGUA CONSUMIDA ANTES DA SITUAÇÃO DE MUTUÁRIO/A		QUALIDADE E CONDIÇÕES DA ÁGUA CONSUMIDA NA SITUAÇÃO DE MUTUÁRIO/A	
Origem da água	% de famílias que utilizam água filtrada	Origem da água	% de famílias que utilizam água filtrada
Das cacimbas - 59,65% Lagoas – 40,35%	5,26%	Poço (bomba) - 40,35% Rio - 59,65%	5,00% utilizam o filtro 66,67% não tem filtro; 28,07% não concordam com nenhum tipo de tratamento

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2001.

Diante dos dados, avalia-se que tanto por parte do poder público quanto das famílias, e da própria entidade gestora do imóvel, registra-se falta de informação e responsabilidade em relação a esta população no que se refere ao consumo de água. Por um lado inexistente orientação e acompanhamento da área de saúde sobre os riscos quando se consome água sem nenhum tratamento. Por outro, as poucas informações repassadas pelos/as agentes de saúde não são valorizadas pelas famílias. As próprias lideranças que administram o imóvel desconsideram problemas deste tipo, ou seja, quando foi elaborado o diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, as ações estratégicas definidas e planejadas não foram gerenciadas de forma que garantissem sua execução.

No Ceará, o órgão responsável pelo Programa Reforma Agrária Solidária, ou Cédula da Terra, é o IDACE. Cabe a ele acompanhar e assessorar a associação local sobre a gestão dos projetos e programas implantados, facilitar o processo de parcerias com o órgão de extensão rural para garantir a assistência técnica, bem como contribuir na implementação do

PDA das áreas onde já existe e viabilizar a elaboração deste onde não existe. Segundo depoimento dos mutuários, o órgão vai eventualmente. A última vez que esteve em uma das áreas foi no início de 2001, quando da preparação para elaborar o PDA.

Quanto à gestão local dos imóveis, é de responsabilidade das associações comunitárias. Pelos depoimentos coletados nas oficinas e nas próprias entrevistas com mutuários e dirigentes, a associação não reúne capacidade de gestão dentro de uma visão mais sistêmica. Sua função está restrita a negociar com quem elabora e libera projetos. E de acordo com os depoimentos dos/as mutuários/as, os imóveis estão praticamente abandonados.

Desta forma, ocorre total distanciamento entre os mutuários e o IDACE, provocando abandono, atraso nas políticas a serem implementadas, incluindo-se a liberação de projetos. O mesmo pode ser dito quanto à EMATERCE, responsável pela extensão rural no Ceará.

Por outro lado, tanto no quadro social quanto nas direções, a associação dos mutuários comporta pessoas desprovidas dos conhecimentos básicos de cidadania e gestão. Não têm capacidade nem foram preparadas para administrar os projetos econômicos, a vida e os problemas sociais das famílias que moram na área. Geralmente ficam na dependência da EMATERCE, dos políticos locais ou até dos ex-proprietários, em alguns casos.

Esta condição dificulta a implementação de um plano de trabalho que venha possibilitar o desenvolvimento das famílias que moram naquele território. O fato é que os dados mostram que o programa não conseguiu alterar as práticas utilizadas tanto na agricultura quanto nos hábitos cotidianos, de planejamento e de gestão do imóvel.

4.5.3 Hábitos Alimentares.

Outro aspecto a ser considerado refere-se aos custos e hábitos alimentares das famílias, de acordo com a renda familiar, depois da compra da terra, como mostra a TABELA 11 a seguir.

TABELA 11- Custo e hábitos alimentares depois da compra da terra

CUSTO DE ATÉ R\$ 100,00 = 71,93% DAS FAMÍLIAS		MAIS DE R\$ 100,00 ATÉ R\$ 200,00 = 22,81% DAS FAMÍLIAS	MAIS DE R\$ 200 ATÉ R\$ 300,00 = 1,75% DAS FAMÍLIAS
Melhorou a alimentação	6,50%	5,00%	3,53%
Não melhorou a alimentação	73,50%	83,00%	70,07%
Continua se alimentando da mesma forma	10,00%	10,00%	20,00%
Não dá mais para comer carne uma vez por semana	10,00%	2,00%	6,40%

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2001.

A tabela revela que o maior percentual da população, ou seja, 71,93%, tem um custo com alimentação de até R\$ 100,00 (cem reais) e é justamente 6,50% dessa população que afirmam ter melhorado a qualidade alimentar. No entanto, 73,50% afirmam que não melhoraram a qualidade alimentar, enquanto 10,00% dizem que continuam do mesmo jeito e mais 10,00% dizem que piorou, pois antes comiam carne uma vez por semana, e agora não dá para comer nenhum dia.

As famílias que afirmaram ter um consumo maior do que R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 200,00 (duzentos reais) apresentaram menor melhoria alimentar, 5,00%, mas esta se reduziu ainda mais naquelas cujo consumo variou de mais de R\$ 200,00 (duzentos reais) até R\$ 300,00 (trezentos reais). Os resultados obtidos entre as famílias nas áreas pesquisadas sugerem que

não houve melhoria na qualidade alimentar. Quanto maior o valor em reais do consumo familiar mensal, menor a afirmação da melhoria na qualidade alimentar.

A qualidade dos produtos consumidos é bastante diversificada, em decorrência do preço. O feijão mulatinho, por exemplo, é mais caro que o de corda. O óleo é outro produto que tem preço variado, como o arroz e a carne. Enfim, a diferença nos percentuais de família que afirmam ter melhorado a alimentação, mesmo com diferenças no valor consumido mensalmente, está também ancorada na oscilação de produtos e seus preços, incluindo-se do mercado consumidor.

Algumas famílias compram na mercearia local, outras, no comércio da cidade, que vende mais caro. Outra variável a ser considerada nestes resultados é a quantidade de alimentos consumidos por família, ainda que com o mesmo número de pessoas. Existem pessoas cujo organismo requer maior quantidade de alimentos que outras. Neste caso o consumo é maior, portanto, o valor gasto também aumenta.

Ao considerar os dois momentos, antes (1977) e hoje (2002) constata-se, tanto nos depoimentos das entrevistas quanto nas oficinas, existir um conteúdo muito subjetivo relacionado às necessidades e ao nível de aspirações das pessoas. Mesmo quanto ao total que afirma ter melhorado de vida, 15,3%, tendo em vista os três níveis de valor de consumo, faz-se necessário compreender qual o nível de aspiração dessas famílias antes, em relação à maioria que afirmou não ter melhorado a qualidade alimentar. Neste sentido, as que dizem ter melhorado se baseiam no fato de que, em comparação ao que consumiam antes, hoje, mesmo com um baixo valor de consumo, conseguem adquirir alimentação mais diversificada e até, como alguns afirmam, comer carne uma vez por semana. Outro dado que não pode ser desprezado é o nível de pobreza.

Os dados coletados na pesquisa, relacionados a educação, condições sanitárias, qualidade alimentar, renda monetária, consumo mensal, conscientização cidadã, sugerem uma avaliação, de que a população se enquadra numa situação de pobreza. O nível de pobreza é que difere de uma

família para outra, embora exista um parâmetro das necessidades básicas, que se fundamenta na quantidade de calorias necessárias a sobrevivência humana, como justificam Destremau e Salama.

“Trata-se primeiramente de determinar o mínimo necessário de bens para a estrita reprodução do indivíduo. Calcula-se, então, o número de calorias necessárias à subsistência, que é convertida em uma série de bens de alimentação, ligados aos costumes alimentares do conjunto da população. A população em questão não se limita aos pobres, a fim de evitar que leve em conta, unicamente, bens que os pobres podem adquirir em razão de sua baixa renda (DESTREMAU, SALAMA, 1999, p. 55)”.

Avaliando pelo lado das necessidades básicas alimentares, ou seja, os tipos de alimentos exigidos para garantir o mínimo de equilíbrio para o funcionamento do corpo humano, vitaminas, sais minerais, nutrientes, e relacionando-os aos alimentos consumidos, afirmados pelas famílias e constatados nas oficinas e conversas informais, está evidente pelo que se coletou nas informações sobre os tipos de alimentos consumidos pelas famílias, que não houve melhoria alimentar, mesmo no pequeno percentual que fez essa afirmação. “As necessidades básicas têm como característica principal o fato de serem consideradas universais, comuns aos homens de diferentes culturas e civilizações” (DESTREMAU; SALAMA, 1999, p. 75).

Outro item analisado refere-se ao consumo de produtos ofertados no mercado. A TABELA 12 fornece elementos de avaliação onde, por um lado, algumas famílias conseguiram ter mais sucesso na aplicação dos recursos e, com o lucro ou sobra, adquiriram tais objetos de necessidade. Por outro lado, as famílias sofrem influência dos meios de comunicação, da mídia, que as leva a consumir determinados objetos, como a antena parabólica e TV, mesmo sendo uma necessidade criada. Não há nesta análise uma negação do direito dessas famílias adquirirem tais bens, muitos menos negar essa necessidade criada, mas a forma como essa necessidade foi criada.

“Chegamos ao ponto em que o “consumo” invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estágio completo e “consumado” na evolução que vai da abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo, até à rede de ambiência sistemática inscrita nas cidades futuras que são os “drugstores”, os Parly 2 ou os aeroportos modernos (BAUDRILLARD, 1995, p. 19)”.

TABELA 12 - Consumo de mercadorias ofertadas no mercado: Aparelhos ou eletrodomésticos adquiridos pelas famílias após a compra da terra

MERCADORIA	% DE FAMÍLIAS QUE ADQUIRIRAM
Fogão a gás	93,0%
Rádio	84,3%
Televisão	72,0%
Bicicleta	63,5%
Liquidificador	54,5%
Geladeira	50,5%
Antena parabólica	33,4%
Moto	31,6%
Som 3 em 1	19,5%
Batedeira de bolo	7,5%
Carro	5,5%

Fonte: Pesquisa de campo. Oficinas - Março de 2002.

Analisando os itens adquiridos, dois bens como o fogão a gás e o rádio, 68,5% das famílias entrevistadas já possuíam antes de se integrarem ao programa. Atualmente registra-se um aumento no uso do fogão a gás para 93,0%, rádio para 84,3%. No entanto, os demais objetos foram adquiridos na condição de mutuário/a. Alguns deles exigem aprofundamento quanto à sua obtenção. A TV foi adquirida por 72,0% das famílias. Liquidificador e geladeira, por metade das famílias, sem esquecer que geladeira é um produto caro. A antena parabólica também é usada por 33,4% da população mutuatária, além de outros objetos como batedeira de bolo, bicicleta, moto, sons de tecnologia avançada e até carro.

O que se percebe é o grau elevado da compra de TV, mais que a geladeira entre as famílias, após a inserção no Programa Reforma Agrária Solidária. A necessidade de comunicação com o mundo, estimulada pela própria mídia, como bem justifica Baudrillard, faz com que as pessoas busquem as possibilidades de igualar-se às demais e a TV é um dos instrumentos que satisfaz tal necessidade.

Sobre o consumo de mercadorias, os meios de transporte, como bicicleta, moto e carro, até encontrar explicação mais racional, são meios de locomoção, concebidos como necessidades. Mesmo assim, a moto com um percentual de 31,6% de pessoas que adquiriram e o carro com 5,5%. São percentuais pequenos, mas produtos de altos custos.

Ao analisar a situação sob o ponto de vista de Baudrillard, percebe-se que as famílias assumem uma característica do consumo de mercadorias não corresponde a suas necessidades primárias ou imediatas. O conjunto das suas relações sociais interna e externa à área do imóvel já não representa relações de pessoas, de vizinhanças que se assemelham e se ajudam solidariamente, mas relações imediatas via mensagens diárias emitidas pela mídia. Quem não tem uma TV vai começar a criar a necessidade de tê-la e comprá-la. Uma simples antena de TV já não permite entrar em contato com outros canais de comunicação que mostram o mundo, a realidade fora do seu mundo bem real e leva a cada família as maravilhas de sedução. Neste caso, a única saída é adquirir uma antena parabólica.

Neste sentido, a criação das necessidades e dinâmica está intimamente ligada ao meio vivido, ao território socializado e compartilhado. Desta forma, Max Neef (1993) argumenta que as necessidades são ampliadas na medida em que as aspirações também se ampliam.

Assim, é possível avaliar o nível de informação, entendimento e consciência das pessoas que se fixam em determinado território. Pode-se falar, como Bourdieu (1998), de capital simbólico. O campo ocupado, hábitos construídos. A organização, a consciência cidadã, as conquistas adquiridas por meio da organização são indicadores de melhoria de vida. A criação de novas necessidades nem sempre vão sendo ampliadas na medida em que as fundamentais já foram atendidas. “O poder simbólico é poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo do mundo social)” (BOURDIEU, 1998, p. 9).

Quando as necessidades básicas não são satisfeitas mas determinada população adquire hábitos que deveriam ser secundários, é um indicador da presença forte de uma pobreza cidadã, pobreza política, conceito de Pedro Demo. É também um estímulo exacerbado ao consumo, ao apelo da mídia. E ainda com o olhar sobre o campo da produção simbólica, na visão de Bourdieu, “como uma luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 1998, p. 12).

Na próxima seção, analisar-se-á a melhoria de vida das famílias, aprofundando mais as considerações sobre esse tipo de consumo, em relação a outros consumos fundamentais para a vida humana. Nas palavras de Baudrillard

“À nossa volta, existe hoje uma espécie de evidência fantástica de consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens materiais, originando como que uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana. Para falar com propriedade, os homens da opulência não se

encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objetos” (BAUDRILLARD, 1995, p.15)”,

4.6 Melhoria de Vida e Hábitos Adquiridos

Falar das condições de vida das famílias mutuárias das áreas pesquisadas significa se debruçar sobre os dados registrados durante as visitas por ocasião das entrevistas e oficinas e olhar com os olhos de analista cauteloso/a, para evitar deduções aparentemente muito óbvias em relação aos costumes e hábitos adotados.

Como afirma BOURDIEU (1998), romper com as deduções aparentes ou com o senso comum é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento de construção da realidade social (com as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste campo especializado e, particularmente, no campo das ciências sociais. A história concebida assim não está inspirada por interesses de antiquário, mas preocupada em compreender por que se compreende e como se compreende. Neste sentido, as análises produzidas refletem a realidade apreendida, tendo em vista tal orientação.

Ao se deter nas informações coletadas, pode-se identificar a aquisição de utensílios domésticos, meios de comunicação, transporte, entre outros aos quais as pessoas não tinham acesso antes de se integrarem ao programa. Hoje, muitas famílias podem ser proprietárias de tais bens.

Nas oficinas realizadas com as famílias mutuárias, ficou evidente que alguns utensílios, como liquidificador e batedeira de bolo, eram subutilizados. Eles possuíam o liquidificador e a batedeira, mas não usavam porque não dispunham de frutas para fazer vitaminas nem de materiais para produzir bolos. A geladeira não é utilizada pelas famílias, como recurso para de conservar alimentos cozidos. Ainda não adquiriram a cultura desse uso. Frutas, verduras como foi registrado por meio dos dados sobre consumo, não

fazem parte do cardápio alimentar das famílias, logo, a geladeira também não tem a função de conservá-los. Assim, a geladeira tem como função apenas gelar água, suco ou refrigerante. Em algumas famílias do litoral, conservam o peixe que é destinado à venda.

As necessidades nestes casos foram invertidas. O liquidificador, que deveria ser usado para diversificar a criatividade no uso de frutas para enriquecer a alimentação e garantir a saúde e vitalidade do corpo humano, tem a função de adorno.

Outro bem a ser analisado é a antena parabólica, adquirida por 33,4% das famílias, mesmo sem terem desenvolvido hábitos de consumo de outras mercadorias consideradas primárias e necessárias.

De acordo com os dados, enquanto apenas 5% das famílias utilizam o filtro e 35% fazem uso adequado dos banheiros, ainda que em 100% das casas exista banheiro com fossa, as famílias conseguem comprar TV, antena parabólica, moto, carro.

Isto evidencia o poder da globalização para influenciar o consumo de produtos que interessa vender e a mídia faz o papel de convencimento, desperta interesse e cria subjetivamente as necessidades.

Paralelamente existe a omissão dos órgãos responsáveis pelo trabalho de orientação, extensão rural e educação.

A maioria das famílias afirmam não terem melhorado a alimentação. Algumas, como as incluídas na variação entre 6,4 e 10%, antes de estarem integradas ao Programa Reforma Agrária Solidária, conseguiam comer carne vermelha, uma vez por semana; após a mudança de vida, com a compra da terra, não conseguem manter esse hábito, substituindo-o pelo uso do frango. Para estas famílias, comer carne vermelha é uma referência de boa alimentação. Por isso este é um elemento a ser destacado.

A sociedade, como bem afirma o francês Jean Baudrillard (1995), é marcada pelo consumo, que na qualidade de novo mito tribal transformou-se na moral do mundo contemporâneo. Encaminha-se para a destruição das bases do ser humano, isto é, do equilíbrio, que desde os gregos o pensamento europeu manteve entre as raízes mitológicas e o mundo dos "logos". Quando

se fala de melhoria de vida, aponta-se a representação deste estado de melhoria, que em síntese é a felicidade.

“A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para realizar por si mesmo. Advém-lhe, sócio-historicamente, do fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da igualdade. Toda virulência política e sociológica, com que este mito se encontra lastrado desde a Revolução Industrial e as Revoluções do Século XIX, foi transferência de felicidade. Que a felicidade ostente, à primeira vista, semelhante significado e função, induz conseqüências importantes quanto ao respectivo conteúdo: para ser o veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja mensurável (BAUDRILLARD, 1995, p. 47)”.

Recorrendo mais uma vez ao que argumenta Baudrillard, a mensuração da felicidade se dará por meio dos objetos, do conforto, do bem-estar. A Revolução do Bem-Estar é herdeira da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda revolução que erige um princípio de igualdade dos homens sem conseguir realizá-la. Assim agindo, o princípio da democracia passa a ser transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais da felicidade no seu sentido verdadeiro, na sua essência, para a igualdade de obtenção de objetos ou êxito social. E aí se cria uma falsa felicidade. No entanto, todos se integram na maratona de conseguir tais objetos, para, em uma falsa imagem, estabelecer o contrato da igualdade social.

É bem verdade que todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de acesso aos bens que lhes proporcionem o bem-estar e a felicidade. Mas é inaceitável continuar alimentando uma rede que forja e difunde o consumo de produtos não representantes das necessidades básicas para obtenção da felicidade.

E esse poder que estimula tal consumo é o mesmo que se omite, permitindo que as pessoas deixem de usar água tratada por falta de um filtro ou porque inexistente a devida orientação sobre os instrumentos necessários. Não é possível admitir que famílias não utilizem os banheiros com fossa e

continuem a fazer suas necessidades no “mato”, morros ou quintais, deixando as fezes expostas, e expondo-se também a sérios riscos de contrair todo tipo de doenças, pela falta de acesso a água.

Diante do quadro verificado nas áreas pesquisadas, os índices de melhoria de vida são inexpressivos e mesmo assim questionáveis. Os dados sobre consumo alimentar, condições sanitárias, renda e consumo familiar, escolaridade, infra-estrutura das áreas, organização social e política, coletados junto as famílias de Video, Córrego Manoel Luis e Tapuio do Meio, expressam uma linha sem grandes alterações na vida dessas famílias. A mera aquisição de bens de consumo não significa melhoria de vida. Se não há melhoria de vida, não pode haver redução de pobreza.

A inserção da família no mercado de bens de consumo não quer dizer que ela deixou de ser mais pobre. Pelo contrário, algumas se encontram em condições inferiores às de antes. Adquiriram o bem e diminuíram a alimentação essencial, deixaram de comprar um produto necessário para garantir o consumo de algo supérfluo, por influência da mídia, como por exemplo a compra de TV, antena parabólica, e a não aquisição de um filtro, de verduras e frutas para alimentação.

V – CONCLUSÃO

As análises dos dados coletados nas áreas pesquisadas, os estudos das teorias sobre reforma agrária, pobreza, sustentabilidade, desenvolvimento, melhoria de vida, meio ambiente, consumo e a ilustração com os depoimentos dos/as mutuários/as do Programa Reforma Agrária Solidária permitem afirmar, com base nesses dados, que as condições de vida das famílias não apresentam indicadores de melhoria de vida, a pobreza permanece. A análise dos dados permite concluir que nas áreas estudadas a pobreza se apresenta também como fenômeno produzido pelo modelo de desenvolvimento institucionalizado no Brasil, que tem como maior vetor o crescimento econômico concentrador de renda.

Os resultados constatados na pesquisa empírica nas três áreas estudadas demonstram mediante indicadores que a maioria das famílias afirmam a melhoria de vida apenas nos aspectos da infra-estrutura do assentamento. No entanto, as expectativas eram bem maiores. Era o “ir além da casa, da estrada e da energia elétrica”. Quanto a energia, poucos a utilizam para irrigar e aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo, identifica-se a ausência de orientação por meio de uma extensão rural mais comprometida com a agricultura sustentável. A impraticabilidade de uma política agrícola que melhor potencialize os recursos existentes para se obter maior produtividade.

A mudança de vida relaciona-se com a esperança de que a terra é a alternativa de sustento da vida. Crêem na possibilidade de superar o *status quo* e de realmente se concretizar a sonhada melhoria de vida, usando os produtos saídos da mãe terra. Ainda não é uma realidade.

Desse modo, conforme mostra a realidade analisada, não é possível afirmar que um programa de compra de terras, com políticas e medidas que apenas amenizam a fome, seja capaz de reduzir o quadro de pobreza tão absurdo quanto o do nosso país e do Estado do Ceará.

Pelos depoimentos dos/as mutuários/as desde sua origem, o programa não contribui para garantir a organização e mobilidade social de cada

comunidade. Pelo contrário, estimulou a divisão da comunidade em duas associações, com o objetivo da compra da terra. Este fato dificultou a reintegração das famílias na vida comunitária e a crença de que a partir da organização viessem a melhorar de vida, considerando que grande parte das famílias integrantes da associação já existente ficaram fora do projeto. Desta forma, percebe-se a quebra da simbologia dos laços, ao separar grupos já socializados e identificados por sangue, parentesco, amizades e compromissos cidadãos.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) não foi assimilada pela comunidade. A associação não foi capaz de perceber as prioridades nele existentes e executá-las. As famílias são totalmente isoladas, prevalecendo o individualismo. Assim, na comunidade tudo é improvisado. Inexiste planejamento da associação e sendo assim, não há participação dos associados em trabalhos da comunidade voltados para a organização social. No entanto, o desejo das pessoas é que a organização, a associação funcione e a vida melhore, e para isso se percebe uma disposição grande dessas pessoas, o que falta é o componente aglutinador.

As mulheres e os jovens pouco participam dos trabalhos que geram renda. Embora as mulheres trabalhem na atividade agrícola, continuam acumulando tarefas dentro de casa. Poucas participam da associação, não estão no STR e nem nos partidos políticos.

No aspecto da produção agrícola, a pesquisa indica que, em médio prazo, se as práticas de manejo do solo e recursos naturais não forem alteradas, impactos negativos são previstos em relação ao equilíbrio ambiental, à preservação das matas nativas, ao uso adequado da água. Os projetos de apoio à produção agrícola estimulam o uso de adubos químicos e agrotóxicos, quando incluem em seu orçamento recursos para insumos. A prova concreta é que mais de 96% das famílias entrevistadas fazem uso de químicos, quando têm projetos.

Em relação à gestão da unidade produtiva, conclui-se que não há capacitação dos trabalhadores quanto à melhoria do sistema produtivo, muito menos quanto à gestão da produção. Apenas no imóvel Córrego Manoel Luiz,

conforme o presidente da associação, houve melhoria da produção, e a EMATERCE vai uma vez por mês para orientá-los. Mas o atravessador continua a pegar o produto na porta.

Da forma como o Programa Reforma Agrária Solidária vem sendo operacionalizado, não há como alterar a estrutura fundiária, conforme se conseguiu registrar nas falas das pessoas. Somente as pequenas ou médias propriedades são vendidas e a preço de mercado, mesmo que não estejam cumprindo seu papel social.

Por outro lado, as medidas adotadas, as políticas aplicadas não constituem um processo político com vistas à inclusão social de milhões de famílias que vivem em condições subumanas no meio rural e nos bairros periféricos das grandes cidades. Elas devem ser encaradas como medida de democratização da terra, tendo em vista oportunidades de trabalho, aumento da produtividade, renda; para melhoria de vida e autonomia dos trabalhadores, o acesso à terra deve ser considerado como emancipação e cidadania, transcendendo a necessidade de combater a pobreza por meio de medidas distributivas, sendo, portanto, uma alternativa economicamente viável para geração de emprego e renda, resultando na melhoria das condições de vida da população rural. Deve propor uma reinvenção no mundo rural, respeitando as tradições e culturas. A terra é o espaço que vai além da função produtiva e reprodutiva da família; a terra representa o espaço das relações sociais, da construção do convívio, da troca, da construção da identidade.

A associação não tem vida ativa e os associados não dinamizam a vida comunitária, pois foram separados pela política do programa que dividiu as famílias, destruindo laços de vizinhança e amizade. Essa intervenção alterou um componente subjetivo muito importante, que é a identidade construída mediante simbologia do território como espaço de vivência e compartilhamento de amizades, cumplicidade e objetivos comuns.

As análises apresentam uma inversão de hábitos e costumes, em relação ao padrão de consumo. Percentual alto de aquisição de TV, geladeira, liquidificador, carro, moto, antena parabólica, em detrimento de um filtro. Este indicador de inserção das famílias no mercado de bens de consumo responde

a um dos objetivos do Banco Mundial, embora o essencial, que é a melhoria da qualidade de vida, não se comprove pelos dados coletados.

Outro impacto identificado foi o pavor de trabalhadores (as) diante da contração da dívida e o medo de não poder pagá-la. Isso provoca a intranqüilidade e um grau de submissão aos técnicos e ao órgão gestor do projeto.

Diante de todo o quadro apresentado, a constatação é de que na verdade essa proposta de Reforma Agrária adotada pelo Banco Mundial e aceita pelos governos dos estados do Nordeste não tem possibilidade de garantir a sustentabilidade das famílias. Os indicadores de renda, de consumo, de escolaridade, de higiene sanitária, de práticas agricultáveis, de gênero, aspectos organizativos, mostram a fragilidade deste programa.

A premissa deste trabalho é analisar a sustentabilidade do programa, na sua essência, que é a melhoria de vida das famílias, reduzir e aliviar a pobreza rural. Desta forma, se faz necessário retomar as duas idéias dominantes e opostas em torno do programa. A do governo, que afirma a sustentabilidade do programa, considerando: a desburocratização e agilidade na democratização e acesso à terra; a redução de custos com a livre negociação da terra; a redução dos conflitos e violência no campo; a contribuição do Ministério para o ajuste fiscal mediante contenção de gastos, colocando o projeto no âmbito estrutural impostos pelo FMI. E a segunda, das entidades que compõem o Fórum Nacional de Reforma Agrária pela Justiça no Campo, que negam a sustentabilidade do programa e contestam a afirmação do governo.

As conclusões deste estudo, apontam aspectos que confirmam não ter o programa sustentação. As condições postas não garantem a viabilidade econômica, tanto que os trabalhadores não conseguem pagar a terra conforme as regras estabelecidas (pelos prazos, pelos juros, pela qualidade dos solos, pelas culturas produzidas, pela assistência técnica); a criação de uma associação para garantir o acesso ao crédito fundiário mascara a realidade, traz problemas para as famílias, que não conseguem sustentar a organização sócio política do imóvel; os trabalhadores passam a depender dos políticos

(vereadores ou cabos eleitorais), patrões que foram protagonistas na criação da associação, no caso, para vender sua própria terra.

Dentro da lógica do Banco Mundial, o programa respondeu parcialmente a seus interesses: inserir trabalhadores no mercado, ou seja, passar a consumir mercadorias, mesmo que estas não sejam necessidades básicas, o exemplo mais real e concreto é o de algumas famílias que, mesmo sem aumentar sua renda, sem melhorar a alimentação, sem reservar dinheiro para comprar um filtro ou para consumir água tratada, compraram TV, geladeira, antena parabólica, liquidificador, batedeira de bolo, bicicletas, motos, carros. Esses indicadores, entretanto, não podem ser considerados como melhoria de vida e redução de pobreza. A pobreza continuou do ponto de vista monetário e aumentou do ponto de vista da cidadania, da pobreza política.

É perfeitamente visível que quando o governo afirma que os atores da Reforma Agrária fazem críticas ideológicas ao programa, a intenção do próprio governo também tem caráter ideológico. Agilizar o processo desburocratizando, evitando o conflito, numa forma clara de impedir a organização voltada para uma luta mais coletiva e impedir a mobilização para impossibilitar pressão politizada e direcionada à conquista da terra mediante desapropriação é uma atitude ideológica, pois explicita claramente o propósito de fragilizar e inibir a ação do MST, que representa o maior movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Camuflar a dimensão ideológica e política de um Programa de Reforma Agrária é intenção do próprio governo quando propaga o mecanismo de compra e venda no intuito de evitar o caráter conflitivo da luta para conquistar a terra, pois assim ele inibe a expansão do movimento social no campo - isola e desestimula a classe trabalhadora rural na luta contra a concentração da terra, o latifúndio. Isso é uma ideologia, portanto, não há como afastar desta análise conclusiva o caráter ideológico. Desburocratizar para agilizar e evitar o conflito é sem dúvida uma proposta também com caráter ideológico. Dentro de um mesmo patamar, colocam-se trabalhadores e patrões, classes com interesses diferenciados, para negociar a terra. Evitar o

conflito e querer impedir a organização dos excluídos, dos sem-terra, dos marginalizados, conforme seus interesses, significa renunciar à tradição de organização da classe trabalhadora rural na luta pela sobrevivência e pelo seu espaço sagrado de vida, que é a terra.

Concluindo, reafirma-se que, a partir dos estudos realizados, o programa não oferece condições favoráveis nem garante a viabilidade econômica das famílias. Ou seja, não foi possível constatar nem o fator fundamental para o Banco Mundial, que é o aumento de renda para inserção no mercado. Apenas um percentual muito pequeno conseguiu ter um aumento de renda, embora relacionado a aposentadorias, pensões, bolsa-escola.

A pobreza é um fenômeno resultante do modelo concentrador de terra, de renda. Reduzir e combater a pobreza rural significa romper com o modelo de desenvolvimento.

Mas, homens e mulheres do campo não perdem a esperança, continuam na luta, trabalhando, proclamam versos e cantam.

Migrante

*Eu era o Senhor da terra,
Da terra que Deus me deu
Veio o progresso e tomou
Tudo aquilo que era meu
Hoje eu vivo pelo mundo
Longe do meu velho chão
Procuro alguma coisa
Porque roubaram meu chão.
Assim o mundo vai
Não pode sobreviver
Sem terra pra cultivar, sem ter pão pra se comer (bis)...*
(Livro de cantos populares - Diocese de Crateús)

5.1 Considerações sobre o Estudo

Sabe-se da responsabilidade que representa uma produção científica, principalmente pela contribuição que a sociedade espera obter, após os estudos e análises sobre o objeto investigado. A compreensão dessa importância, leva a reconhecer lacunas existentes no conjunto das análises, que, com certeza, se preenchidas, os resultados seriam bem mais completos.

O tempo disponível no mestrado destinado à realização da pesquisa de campo e suas análises, é insuficiente, principalmente porque o PRODEMA propõe uma análise e produção interdisciplinar, com uma visão sistêmica.

Neste sentido, registra-se a fragilidade das informações em relação às variáveis econômicas (débito dos mutuários relacionado à compra da terra, somado-se aos juros; projetos e valores destinados a cada área para a produção; acesso aos laudos de cada imóvel avaliado para compra) que fundamentariam uma análise de custo-benefício bastante precisa. As informações sobre os projetos têm como fonte os PDAs, na maioria das vezes, não batem com as informações dos agricultores.

A entidade financiadora não forneceu os dados relacionados aos débitos de cada mutuário. Não foi possível fazer uma análise mais profunda sobre a relação custo-benefício da agricultura familiar dentro do programa. No entanto, todos os cálculos de mão-de-obra utilizada por família/ano e por imóvel/ano foram levantados.

A falta de informações de indicadores de pobreza e de desenvolvimento atualizados em nível de município, foi um fator que impossibilitou conclusão mais segura sobre a situação de pobreza no município. As conclusões se deram a partir de indicadores estaduais e das observações e dados coletados em âmbito nível local e se referem às localidades pesquisadas. Ainda assim, as análises produzidas a partir das informações coletadas, não deixaram dúvidas sobre a insustentabilidade do programa nas áreas pesquisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Domingos (org). **Agricultura e pobreza - construindo os elos de sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Redução da pobreza, crescimento econômico e equilíbrio fiscal no Estado do Ceará**. Banco Mundial, 1999.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências no conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 20, p.14-24, 1992.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis : Vozes, 1984. 144p.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Mourão. Rio de Janeiro: Ed. Elfos. Lisboa: Edições 70, 1995. (Coleção Ciência e Sociedade - 3).

BITTENCOURT, Alceu Gilson. **Análise econômica e exemplos de financiamentos**. Brasília: Ed. Boletim do Desert, jun.1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUAINAIN, A.M. **Reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis**. Documentos Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD). Brasília, 1998.

COCHRAN, William G. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório Final**. Comissão mista especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Brasília, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 27).

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza - economia política da distribuição de renda**. Tradução de Heloisa Brambatti. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, n.1.2, p.30-33, jan./jun.1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas - Antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **Desafios da reforma agrária**. Cadernos de Textos – Conferência estadual de reforma agrária. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **O massacre da fazenda Santa Elmira**. Petrópolis: Vozes, 1989.

HENRIQUES, Ricardo (org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da empresa rural**. 5. ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 1987.

IDACE, EMATERCE. **Plano de desenvolvimento do assentamento.** Fortaleza, 2000.

INCRA, FAO. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária no Brasil.** abr. 1999. (mimeo).

INCRA. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações de reforma agrária.** Brasília, 1998.

INCRA. **Estatuto da Terra. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Brasília, 1983.

LEEUWEN, Johannes Van – **A dimensão agroecológica da promoção da agricultura sustentável no Nordeste: Aspectos técnicos.** Porto Alegre, TOMO Editorial; Holanda: ICCO 1998.

MARTINS, Mônica. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária.** 1. ed. Fortaleza: Edição ANCA Gráfica e Editora Peres-BNB, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões.** Ed. Data Terra. 1993.

MDA - **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável** - Brasília, 2000.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **A crise agrária e a luta de classes.** Brasília: Horizonte, 1980.

MORAIS, Clodomir Santos de. Peasant leagues in Brazil. In: Rodolfo Stavenhagen (ed.), **Agrarian problems and peasant movimento in Latina América**. Garden City: Anchor Books, 1970.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização**. Ed. IATTERMUND, Brasília 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinato no campo - Crime e impunidade. 1964-1986**. Editora Global, 1987.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população - Estagnação e incorporação regional**, Petrópolis: Vozes, 1980. Cadernos do CEBRAP n. 32

NAVARRO, Zander. **O projeto piloto “Cédula da Terra”**. Comentários sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. Documentos Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Disponível: [www. Dataterra. org. br](http://www.Dataterra.org.br).

NEAD. **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Estudos do NEAD 2. Brasília: MDA, 2000.

NEAD. **A economia da reforma agrária - Evidencias internacionais**. Estudos NEAD 5. (org). Edson Teófilo. Brasília: MDA, 2001.

NEEF, Manfredo A. Max. **Desarrollo a escala humana**. Montevideo: Nordan Comunidad REDES, 1993.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho - relações sociais na “plantation”. **Contraponto**, ano II, no. 2. novembro 1977.

PEREIRA, José Kleber Costa; PAULA, Luiz Antônio Maciel de. **Pesquisa: Projeto Cédula da Terra - Modelo alternativo de reforma agrária?** Fortaleza: UFC/Departamento de Economia Agrícola, 2001.

PORTELA, Ana Maria. **Dinâmica das áreas de assentamento de reforma agrária no Ceará.** Fortaleza: IPLANCE, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1960.

PRADO, Danda. O que é Família - Coleção primeiros passos - 50. 1ª. Ed. Brasiliense - São Paulo - 1981.

RATTNER, Henrique. **Globalização, pobreza e meio ambiente.** Programa de liderança em meio ambiente. Rio de Janeiro, 1993. (mimeo).

RATTNER, Henrique. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável.** Revista São Paulo em Perspectiva. n.1-2, p. 30- 33. jan./jun. 1992.

ROSTOW, Walt. W. **Algumas tarefas de desenvolvimento na América Latina.** São Paulo, 1964 (mimeo).

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo.** Cadernos de textos - Conferência estadual de reforma agrária e o desenvolvimento do estado - Governo de Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 2001.

SAUER, Sérgio. **Projeto Cédula da Terra - A reforma agrária de mercado – Do Banco Mundial no Brasil.** Relatório de pesquisa. Cédula da Terra - Fórum Nacional de Reforma e Justiça no Campo – CPT. Fortaleza, 2002.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade - A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Tese (Doutorado), Brasília: UnB, 2002. (mimeo).

SINGER, Hans. **Journal of Development Studies**, vii, 1970.

STÉDILLE, João Pedro; GOORGEN, Frei Sérgio Antônio (org.). **Assentamentos a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

TEIXEIRA, Gerson. **A problemática agrária no Brasil contemporâneo**. Artigo publicado em janeiro de 2001, no Seminário “Taller: La pobreza rural em América Latina – Desafios para el diseno y gestion de políticas y programas sociales” Washington, 2001. (mimeo).

VIGNA, Edelcio; SAUER, Sérgio. Os financiamentos dos programas agrários e agrícolas do BIRD e do BID para o Brasil. In: BARROS, Flávia (org.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil**. Análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 2002.

WOLF, Luciano; SAUER, Sérgio. O painel de inspeção e o caso do Cédula da Terra. In: BARROS Flávia (org.). **Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização**. A experiência brasileira com o painel de inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001.

WEITZ, Raanan. **Desenvolvimento rural integrado**. Tradução de José Alexandre Robatto Orrico. Fortaleza: BNB, 1979.
<http://www.Dataterra.org.br/Documentos/buainaim.htm>.1998.

WOLFF, Luís Fernando. **Agricultura ecológica-agricultura sustentável e sistemas ecológicos de cultivo**. Edições AgirAzul, n.10. Rio Grande do Sul, 2000.

A N E X O S